



vida pastoral

REVISTA BIMESTRAL PARA SACERDOTES E AGENTES DE PASTORAL



CONJUNTURA BRASILEIRA

Carta do 13º encontro nacional de presbíteros — p. 3

Os desafios do próximo governo (e os nossos também) — Fernando Altemeyer Junior, Ivo Lesbaupin — p. 6

O pacto da governabilidade de Lula: avanços e desafios — Claudemiro Godoy do Nascimento — p. 13

Redução da desigualdade social e regional — Francisco Carlos Teixeira — p. 20

A revolução do educar — Marcelo Barros — p. 23

Tributação, democracia e distribuição da riqueza no Brasil — Hideyo Saito — p. 25

Incompreensões em torno do bolsa família — Luis Nassif — p. 29

Grande mídia vs. nova mídia na política brasileira — Venício A. de Lima — p. 30

Imprensa e desigualdade social no Brasil: abordagem a partir de um caso atual — Pe. Jakson Ferreira de Alencar, ssp — p. 38

Roteiros homiléticos — Pe. Johan Konings, sj — p. 47

Aos nossos leitores e leitoras

Graça e paz!

“Lugar de padre é na sacristia”, diziam muitos que eram contra o envolvimento de padres e bispos na luta contra a ditadura militar no Brasil. Hoje muitos repetem essa ideia, acreditando que a Igreja não deve “se meter em política”. Trata-se de ponto de vista reacionário e deslocado do cerne da vida cristã e do evangelho de Jesus Cristo. Lugar de padre e de toda liderança cristã é “onde o povo está”, exercendo o tríplice múnus de profeta, sacerdote e pastor. O cuidado com o rebanho implica o cuidado integral da vida humana e não apenas de um aspecto espiritual desligado das outras dimensões da vida.

O cristianismo, fundado na encarnação de Deus na realidade humana, não pode deixar de interessar-se pela integralidade da vida. Uma espiritualidade cristã que pensa que basta cuidar da “alma” não é tão cristã, pois o próprio Deus teve também um “corpo” e se inseriu na história, criticou as injustiças e os poderes de seu tempo.

Tudo isso não tem nada que ver com a danosa união entre Igreja e Estado que vigorou durante algum tempo na História. A Igreja deve ser independente do Estado para que possa apoiar o que é bom e criticar o que é ruim, sem segundos interesses de nenhuma das partes. O Estado deve ser independente da Igreja e não deve usar a autoridade eclesial para legitimar-se. Sua legitimação deve emanar do bom funcionamento das instituições democráticas e do respeito ao povo.

A salvação é integral e começa nesta vida, e não apenas em outra dimensão, embora saibamos que o reino de Deus compreende o “já e ainda não”. Ele começa a ser construído aqui, mas nenhuma realização intramundana o esgota, pois chegará à plenitude apenas quando Deus vier escatologica-

mente ao nosso encontro para completar a caminhada desde o ponto que conseguirmos alcançar na história.

Cientes do direito e do dever da Igreja de colaborar no cuidado integral da vida humana, oferecemos nesta edição diversos artigos sobre a conjuntura brasileira, às vésperas da importante eleição de 2010. Nos artigos faz-se, sobretudo, uma avaliação do governo Lula e, de um ponto de vista cristão, se vislumbram alguns desafios para o próximo governo. Nossa intenção é que as reflexões ajudem a nortear, neste período, a postura de nossas lideranças, que não podem pautar-se apenas pela mídia hegemônica e suas posturas cegas e manipuladoras. Ainda que apresentem visões diversas, os artigos, de forma geral, reconhecem que o atual governo realizou parte de importantes anseios de nossa população, aspirações que muitos de nós, como cristãos, víamos como urgente necessidade. Certamente sonhávamos com que as mudanças fossem maiores. Entretanto, a correlação de forças existente em nossa sociedade e as vicissitudes da vida política, carente de uma reforma profunda – o que envolve as forças conservadoras da ordem social vigente –, não permitiram avanços maiores.

De acordo com a nossa linha editorial, de fé cristã encarnada na realidade, acreditamos que não devemos encerrar esse processo de transformação; é hora de avançar mais, e um passo significativo nesse sentido pode ser dado por meio das próximas eleições. Omitir-se nessa tarefa, com a ilusão de que fazê-lo significa não envolver-se com política, é a pior forma de envolver-se com ela.

Pe. Jakson Ferreira de Alencar, ssp
Editor

Editora PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO

Diretor Pe. Zolferino Tonon

Editor Pe. Jakson F. de Alencar – MTB MG08279JP

Equipe de redação Pe. Zolferino Tonon, Pe. Darci Luiz Marin,
Pe. Valdêz Dall'Agnese, Pe. Paulo Bazaglia,
Pe. Jakson F. de Alencar, Pe. Manoel Quinta

Editoração PAULUS

ASSINATURAS assinaturas@paulus.com.br
(11) 3789.4000 • FAX: 3789.4004
Cx. Postal 2534 • CEP 01060-970 • São Paulo/SP

Redação © PAULUS - São Paulo (Brasil) • ISSN 0507-7184
vidapastoral@paulus.com.br

12570-000 - APARECIDA/SP
Centro de Apoio aos Romeiros - Lojas 44,45,78,79
T.: (12) 3104.1145 • aparecida@paulus.com.br

49010-000 - ARAÇAJU/SE
Rua Laranjeiras, 319 • T.: (79) 3211.2927
aracaju@paulus.com.br

66019-100 - BELÉM/PA
Rua 28 de setembro, 61 - Campina • T.: (91) 3212.1195
belem@paulus.com.br

30160-906 - BELO HORIZONTE/MG
Rua da Bahia, 1136 - Ed. Arcângelo Maleta
T.: (31) 3274.3299 • bh@paulus.com.br

70304-900 - BRASÍLIA/DF
SCS - Q.1 - Bloco I - Edifício Central - Loja 15 - Asa Sul
T.: (61) 3225.9847 • brasilia@paulus.com.br

13015-002 - CAMPINAS/SP
Rua Barão de Jaguará, 1163 • T.: (19) 3231.5866
campinas@paulus.com.br

79002-205 - CAMPO GRANDE/MS
Av. Calógeras, 2405 - Centro • T.: (67) 3382.3251
campogrande@paulus.com.br

95010-005 - CAXIAS DO SUL/RS
Av. Júlio de Castilho, 2029 • T.: (54) 3221.7797
caxias@paulus.com.br

78005-420 - CUIABÁ/MT
Rua Antônio Maria Coelho, 180 • T.: (65) 3623.0207
cuiaba@paulus.com.br

80010-030 - CURITIBA/PR
Pça. Rui Barbosa, 599 • T.: (41) 3223.6652
curitiba@paulus.com.br

88010-030 - FLORIANÓPOLIS/SC
Rua Jerônimo Coelho, 119 • T.: (48) 3223.6567
florianopolis@paulus.com.br

60025-130 - FORTALEZA/CE
Rua Floriano Peixoto, 523 • T.: (85) 3252.4201
fortaleza@paulus.com.br

74023-030 - GOIÂNIA/GO
Rua Seis, 201 - Centro • T.: (62) 3223.6860
goiania@paulus.com.br

58010-670 - JOÃO PESSOA/PB
Praça Dom Adauto, S/N - Junto à Cúria - Centro
T.: (83) 3221.5108 • joaopessoa@paulus.com.br

36016-311 - JUIZ DE FORA/MG
Av. Barão do Rio Branco, 2590 • T.: (32) 3215.2160
juizdefora@paulus.com.br

69010-210 - MANAUS/AM
Rua Itamaracá, nº 21, Centro • T.: (92) 3622.7110
manaus@paulus.com.br

59025-260 - NATAL/RN
Rua Cel. Cascudo, 333 - Cidade Alta • T.: (84) 3211.7514
natal@paulus.com.br

90010-090 - PORTO ALEGRE/RS
Rua Dr. José Montauri, 155 - Centro • T.: (51) 3227.7313
portoalegre@paulus.com.br

50020-000 - RECIFE/PE
Av. Dantas Barreto, 1000 B • T.: (81) 3224.9637
recife@paulus.com.br

14015-040 - RIBEIRÃO PRETO/SP
Rua São Sebastião, 621 • T.: (16) 3610.9203
ribeiraopreto@paulus.com.br

20031-145 - RIO DE JANEIRO/RJ
Rua México, 111-B • T.: (21) 2240.1303
riodejaneiro@paulus.com.br

40060-001 - SALVADOR/BA
Av. 7 de Setembro, 80 - Rel. de S. Pedro • T.: (71) 3321.4446
salvador@paulus.com.br

09015-200 - SANTO ANDRÉ/SP
Rua Campos Sales, 255 • T.: (11) 4992.0623
stoandre@paulus.com.br

65020-450 - SÃO LUÍS/MA
Rua da Paz, 121 - Centro - T.: (98) 3231.2665
saoluis@paulus.com.br

15015-110 - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
Rua XV de Novembro, 2826 • T.: (17) 3233.5188
riopreto@paulus.com.br

29010-120 - VITÓRIA/ES
Rua Duque de Caxias, 121 • T.: (27) 3323.0116
vitoria@paulus.com.br

PAULUS EM SÃO PAULO

01001-001 - PRAÇA DA SÉ
Praça da Sé, 180 • T.: (11) 3105.0030
pracase@paulus.com.br

05576-200 - RAPOSO TAVARES
Via Raposo Tavares, Km 18,5 • T.: (11) 3789.4005
raposotavares@paulus.com.br

01060-970 - ASSINATURAS / DISTRIBUIÇÃO
Via Raposo Tavares, Km 18,5
caixa postal 2534 • São Paulo/SP
T.: (11) 3789.4000 • Fax: 3789.4004 • assinaturas@paulus.com.br

04117-040 - VILA MARIANA
Rua Dr. Pinto Ferraz, 207 - Metrô Vila Mariana
T.: (11) 5549.1582 • vilamariana@paulus.com.br

CARTA DO 13º ENCONTRO NACIONAL DE PRESBÍTEROS

Estimado irmão presbítero!

1. Itaici – Indaiatuba (SP) –, local emblemático para a Igreja no Brasil, transformou-se de 3 a 9 de fevereiro de 2010 num grande cenáculo com 466 presbíteros vindos das dioceses do Brasil, vários bispos e convidados, para celebrar o jubileu de prata de nossos Encontros Nacionais de Presbíteros, no contexto do Ano Sacerdotal, por ocasião do sesquicentenário da páscoa definitiva de são João Maria Vianney, o Cura d’Ars. É o 13º ENP com o lema místico e significativo para todos os que querem ser seguidores do Mestre: “Eu me consagro por eles” (Jo 17,19a). Nessa perspectiva de consagração, quisemos celebrar e fortalecer nossa comunhão presbiteral.

2. Às vezes, caro irmão, tem-se a impressão de que tudo já foi dito e, por isso, nossos encontros nacionais podem não apresentar o mesmo elã dos anteriores. O 13º ENP, porém, deu-nos a alegria de percebermos quanto podemos nos fortalecer entre nós, presbíteros, e sobretudo na missão eclesial, em profunda comunhão com nossos irmãos(ãs) leigos(as), com nossos pastores e com o sucessor de Pedro.

3. Nesses encontros nacionais, vivemos a oportunidade única de contemplar, em tempo e espaço tão curtos, uma variedade imensa do ser presbítero da Igreja no Brasil. No primeiro, éramos delegados de 13 mil presbíteros e, nesse 13º ENP, representamos mais de 20 mil irmãos de ministério, espalhados pelo nosso querido Brasil. Irmãos nossos que gastam até duas horas de barco para atender uma das comunidades mais próximas de sua paróquia; outros que

vivem imersos na complexidade dos grandes centros urbanos, nas suas sofridas periferias; muitos estão em pequenas cidades do interior deste país-continente; há também os que se dedicam à formação dos novos presbíteros ou ao mundo acadêmico; cresce o número dos padres afrodescendentes e de origem indígena. Constatamos um número sempre maior de irmãos padres que se dedicam ao mundo da comunicação e às coordenações pastorais. Enfim, a identidade do presbítero, hoje, passa pela multiforme maneira de exercer o ministério, nas mais diversas realidades.

4. Fazendo memória dos 25 anos dos ENPs, lembramos dos temas transversais que nos desafiam e perpassam este quarto de século de nossa caminhada: discernimento a partir da realidade, prioridade da evangelização, modelos de Igreja, orientação do magistério, identidade presbiteral, novo estatuto social do sacerdote, o ministério específico, a mística e a espiritualidade e a missão. Nesse 13º ENP, ajudados pelo nosso irmão pe. Paulo Suess, sentimos, na ótica da Conferência de Aparecida, o apelo a abrir nossas paróquias à missionariedade, saindo de uma teologia da metafísica rumo à teologia trinitária da relação, harmonizando pluralidade e unidade, na perspectiva da contraculturalidade do evangelho e do resgate da profecia.

5. O assessor nos ajudou a perceber como podemos nos tornar presas fáceis do processo de aceleração imposto pela mentalidade neoliberal. Tudo se apresenta como tão urgente, que terminamos por não discernir o que realmente tem urgência. E, nesse mesmo espírito neoliberal, somos tentados a mergulhar num processo de

consumismo e de acumulação sem sentido que, além de esvaziar o núcleo humano de todos nós, termina por afetar todo o ecossistema. Fomos, durante nosso encontro, desafiados a buscar o essencial da missão para, com coragem e profetismo, desencadearmos entre nós real despojamento de tudo o que é supérfluo e que fomos agregando na vivência de nosso ministério.

6. No 13º ENP, emergiu ainda o anseio de definirmos melhor nossa identidade de presbíteros, no prisma do sacerdote elementar que, segundo pe. Paulo Suess, é, hoje, mais necessário que o dotado de dons extraordinários. O sacerdote elementar é o presbítero do bom senso, teologicamente perspicaz, bem informado e inteiro; livre no acolhimento de sua vocação e no seguimento de Jesus Messias; contemporâneo com o povo que carrega um fardo pesado e com todos os que buscam um sentido na vida; traz consigo uma eclesiologia da missão que o faz ir ao encontro das pessoas. É o presbítero que fundamenta sua relação e vivência com o povo no seu encontro pessoal com Cristo missionário. É o homem de vivência eucarística e de comunhão eclesial, que entrega sua vida, sobretudo aos pobres e oprimidos, sabendo que só Deus basta e vivenciando, assim, o primado da graça.

7. Por meio do pe. Joel Portella, percebemos ainda que a aceleração e a acumulação fazem parte da construção de um novo *éthos*, engendrado na cultura atual de mudança de época que recompõe a hierarquia dos principais elementos que constituem e interpelam a vida. Tal recomposição, na pós-modernidade, afirmou o pe. Joel Portella, gira em torno do papel que se atribui ao sujeito individual, como base para um novo pensar, sentir e agir. A exacerbação do individual, própria de uma subjetividade fechada, só será enfrentada pela força do valor evangélico da gratuidade. Gratuidade como marca de um estilo de vida e de novas relações humanas. Nessa perspectiva, fomos interpelados a construir um novo *éthos*, conscientes de que, nessa mudança de época, a Igreja tem seu lugar social mudado, como também mudou o lugar social do presbítero. Mas nada de ficarmos lamentando o lugar mudado ou perdido, pois importa reconhecer que as mudanças de época são períodos profundamente libertadores para a construção do Reino.

8. De maneira muito madura, os presbíteros vêm percebendo quanto é atual a afirmação do papa João Paulo II: “O ministério ordenado tem uma radical forma comunitária e pode apenas ser assumido como obra coletiva” (PDV 17). Nesse sentido, o 13º ENP fortaleceu em nós a convicção de voltar às Igrejas particulares com a missão de dinamizar a pastoral presbiteral. Vimos, com alegria, que ela cresce e se organiza, cada vez mais, por todo o território nacional, com belos exemplos de solidariedade, principalmente em relação aos presbíteros idosos, jovens e aqueles que assumem paróquias mais pobres e distantes. Essa pastoral vem se constituindo num instrumento valioso de comunhão presbiteral e predispondo os padres para um mais fecundo exercício do pastoreio. O padre bem integrado no presbitério enfrenta com audácia e alegria os desafios da missão, pois sabe que não está só. O Decreto Conciliar *Presbiterorum Ordinis* centra na caridade pastoral o ministério presbiteral; por isso, ela se configura a alma e a forma da pastoral presbiteral (cf. DAp 70). Essa caridade pastoral é o eixo para o agir do presbítero, que se torna, por meio dela, instrumento do Espírito na História e, a exemplo de Jesus, homem consagrado ao povo que lhe é confiado. É a caridade pastoral a maneira proposta pela Igreja aos presbíteros para a sua missão de anunciadores do Reino.

9. O 13º ENP também foi marcado pelo espírito das palavras do papa Bento XVI, que nos convoca a um encontro pessoal com Cristo. Afirma o Santo Padre que ser cristão não se reduz a uma decisão ética ou à adesão a uma grande ideia, mas ocorre por meio do encontro com um acontecimento, com uma Pessoa, que dá novo horizonte à vida e, com isso, uma orientação decisiva. E Aparecida nos lembra que a própria natureza do cristianismo consiste em reconhecer a presença de Jesus Cristo e segui-lo (cf. DAp 243-244). Tudo isso ganha um sentido ainda mais contundente para nós que fomos chamados a viver o ser cristão de forma radical, como ministros ordenados.

10. Percebemos, com a ajuda do pe. Estevão Raschiatti, que ser missionário passa pelo insubstituível tempo de discipulado junto do Mestre, pois não anunciamos conceitos, mas uma Pessoa que se fez carne e habitou entre nós, com a qual precisamos nos encontrar ao longo de toda a

nossa existência. Comunhão e missão se tornam, nesse contexto, o binômio por excelência para a vida e o ministério de todos os presbíteros, convidados a estar sempre disponíveis para ir ao encontro das pessoas afastadas e das comunidades distantes. Essa missão se faz desafiadora no seu contexto próprio *ad gentes*, nos difíceis ambientes das grandes metrópoles e em outras regiões. Mereceu grande destaque entre nós o desafio missionário na Amazônia, da qual muito se fala e pouco se conhece. Nesse sentido, foi feito grande apelo para uma presença mais significativa dos presbíteros de outras regiões do país junto ao povo amazônida.

11. Tudo o que se ouviu foi rezado, meditado e contemplado nos vários momentos celebrativos e no retiro espiritual, orientado pelo cardeal dom Odilo Pedro Scherer. Tempos de profunda vivência do mistério da comunhão com Jesus Cristo e com toda a Igreja, sobretudo na eucaristia, em que a memória de nosso compromisso ministerial se fazia presente em cada prece e em cada canto, chamando-nos a viver decididamente como presbíteros animadores das comunidades de discípulos-missionários. Em outros momentos, tais como nas oficinas, plenários e trabalhos de grupo, os temas foram também debatidos.

12. Recebemos inúmeras mensagens de irmãs e irmãos que nos acompanharam por meio de orações e, dentre elas, destacamos as de dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo emérito de São Paulo, dom Pedro Casaldáliga, bispo emérito de São Félix do Araguaia, dom Alberto Taveira, arcebispo eleito de Belém, do Departamento Vocações e Ministérios do Celam e de dom Cláudio Hummes, prefeito da Congregação para o Clero. Dom Cláudio, em sua mensagem, lembrou-nos repetidas vezes que os presbíteros devem ser homens de oração e o fez com veemência, afirmando: “Não nos iludamos: se falta a oração pessoal na vida do presbítero, sua ação pastoral será estéril e correrá o risco de perder de vista o ‘primeiro Amor’, ao qual entregou incondicionalmente sua vida naquele dia memorável e cheio de generosidade, o dia da sua ordenação sacerdotal”.

13. Caro irmão, para reforçar nossa alegria no seguimento de Jesus Cristo, fizemo-nos

romeiros e, reunidos na eucaristia, entusiasticamente presidida por dom Geraldo Lyrio Rocha, presidente da CNBB, no Santuário Nacional de Aparecida, pusemo-nos sob o manto de Nossa Mãe para nos comprometermos com seu Filho, construindo um novo *éthos* com bases sólidas na profecia e gratuidade e sabendo que a fé cristológica traz implícita a opção preferencial pelos pobres, como tão bem nos lembrou o papa Bento XVI. Da celebração do 13º ENP saímos mais convictos de que a nossa configuração a Cristo, Bom Pastor, permite-nos somar a nossa vida à dele e dizer: “Eu me consagro por eles”.

Presbíteros participantes do 13º ENP

Para refletir com o presbitério:

1. Como abrir nossas paróquias à missionariedade?
2. Quais são as principais iniciativas de nossa diocese no âmbito da pastoral presbiteral?
3. Qual foi a importância do Ano Sacerdotal para nós e para todo o povo de Deus?
4. Quais são os elementos constitutivos do sacerdócio elementar? Por quê?

LITURGIA DIÁRIA

LITURGIA DIÁRIA facilita o contato com a Palavra de Deus e uma melhor participação e compreensão da liturgia.

Traz a liturgia do mês
(leituras e orações de cada dia),
partes fixas da missa, prefácios
em consonância com as festas litúrgicas
do mês, orações eucarísticas
para a missa diária, artigos
e esclarecimentos sobre a liturgia.

Para adquirir LITURGIA DIÁRIA,
basta escrever para a Cx. Postal 2534,
cep 01060-970, São Paulo-SP,
ou telefonar para (11) 3789-4000.
E-mail: assinaturas@paulus.com.br.

OS DESAFIOS DO PRÓXIMO GOVERNO (E OS NOSSOS TAMBÉM)

Fernando Altemeyer Junior*, Ivo Lesbaupin**

Este artigo pretende compreender e avaliar a atual situação política brasileira e apontar alternativas para a sociedade civil. Quais desafios e projetos o próximo governo deve encampar? Que dizer e fazer como cristãos inseridos no processo eleitoral? Como contribuir de forma concreta para o aprofundamento dos projetos de distribuição de renda, de melhoria da educação, de respeito à ecologia e à sustentabilidade, de democratização das comunicações e de inclusão digital, assim como para o aprofundamento dos programas sociais, da integração regional sul-sul e da urgente reforma política participativa que precisam ser assumidos pelo próximo governo brasileiro com início em janeiro de 2011?

Breve avaliação crítica dos resultados do governo Lula nos ajudará a lançar a perspectiva para o futuro próximo dentro do cenário complexo da realidade internacional. Os dados concretos e a tensão eleitoral criada pela disputa dos partidos políticos não devem nos fazer esquecer ingenuamente da presença ostensiva dos grupos econômicos que comandam, de fato, os processos eleitorais. Qual é a palavra da ética cristã nesta hora? Qual é o nosso papel como sujeitos históricos?

Nosso olhar precisa ser o de quem participa ativamente na construção da democracia e crê que ela precisa ser radicalizada (ir à raiz da questão: poder que emana do povo, controlado pelo povo, para o bem do povo). Nossa perspectiva será a dos valores cristãos inseridos na vida pública, e a nossa meta, ajudar a discernir o joio do trigo nesta hora de colheita democrática que envolve não só a escolha do presidente da República, de senadores e governadores, mas de novas Assembleias Legislativas Estaduais e

de uma novíssima Câmara Federal imunizadas de corruptos.

1. As mudanças recentes no mundo

O mundo foi transformado drasticamente nos últimos 30 anos pela prática e pela ideologia neoliberais: pela globalização e pelas políticas neoliberais nacionais. A transformação foi completada pelo processo de reestruturação produtiva, que mudou radicalmente o mundo do trabalho.

* políticas neoliberais: Estado mínimo e livre mercado (desregulamentação), isto é, redução dos investimentos sociais (saúde, educação etc.), ajuste fiscal, foco no controle da inflação, prioridade ao pagamento da dívida, superávit primário, juros altos, privatizações (parcerias público-privado inclusive).

* globalização neoliberal: pela qual os países do Terceiro Mundo (África, Ásia, América Latina) são explorados pelos do Primeiro Mundo e pelas multinacionais, com a quebra da produção nacional, das indústrias nacionais e, não raras vezes, do país por meio, sobretudo, da abertura comercial (redução ou supressão de barreiras alfandegárias, Tratados de Livre Comércio) e da abertura financeira (não controle dos fluxos de capital).

O resultado geral dessas políticas foi a produção de um desemprego estrutural, massivo.

Por quê?

– As políticas de ajuste fiscal têm como resultado baixo crescimento econômico ou recessão;

– o Estado foi se retirando, reduzindo investimentos em várias áreas (infraestrutura, serviços públicos, políticas sociais);

– o Estado flexibilizou as leis trabalhistas (diminuiu as garantias de proteção social para os trabalhadores);

– a globalização significou: imposição da abertura comercial, com a consequente quebra de empresas nacionais; imposição da abertura financeira (não controle de fluxos de capital), com o consequente aumento da vulnerabilidade do país, que se tornou refém dos “mercados”;

– a reestruturação produtiva e empresarial praticamente interrompeu a tendência de redução da jornada de trabalho: se, entre 1830 e 1980 – em 150 anos, portanto –, a jornada nos países desenvolvidos foi reduzida à metade (de 14-16 horas por dia a 7-8 horas), nos anos 80 houve como que uma paralisação e um retrocesso. Hoje, apesar da utilização de tecnologias muito avançadas – que elevam a produtividade e permitiriam trabalhar menos –, a jornada é maior do que há 20 anos, seja nos países menos desenvolvidos, seja nos EUA, e encontramos jornadas tão longas quanto em meados do século XIX.

Esse conjunto de fatores está gerando situações que nos fazem lembrar o início do capitalismo industrial: trabalho escravo, exploração de crianças, tráfico de mulheres, tráfico de crianças, tráfico de trabalhadores (da Ásia para a Inglaterra, da América Latina para os EUA, da África para a Europa), transporte em condições subumanas, trabalho sem qualquer proteção, regime de campo de concentração. Viviane Forrester já nos tinha chamado a atenção para isso num livro intitulado, sugestivamente, *O horror econômico* (1997).

2. Consequências na vida cotidiana

A produção de desemprego em massa e a crescente precariedade das condições de emprego (para a maioria dos que o conseguem) – ao mesmo tempo em que se desfazem as instituições e os serviços de proteção social – destroem o tecido social, destroem as relações sociais, deixam as pessoas entregues a si próprias. No âmbito das cidades, como mostrou Mike Davis (*Planeta favela*, 2006), há um crescente processo de favelização que se difunde por todo o mundo, seja em São Paulo, no Recife, na Cidade do México, em Karachi, em Mumbai, em Quito, em Nairóbi, em Dacca ou em Johannesburg.

A sociedade, em vez de ser fonte de segurança e proteção para seus membros, retira deles a fonte de sua sustentação (o trabalho), restabelece situações de exploração do trabalho há muito desaparecidas, torna os serviços públicos meios de exploração dos cidadãos (privatização) ou os torna piores (reduzindo os recursos públicos). Esses são resultados bem palpáveis, evidentes, das políticas e da globalização neoliberal.

Assistimos, nos últimos anos, a uma escalada da violência criminal: cresce o número de roubos, furtos, assaltos, assassinatos, chacinas. No Brasil, várias entidades têm denunciado o forte aumento (88% em dez anos, entre 1993 e 2002) da morte, por armas de fogo, de jovens entre 15 e 24 anos. Quando, dez anos atrás, David Harvey, em seu livro *A condição pós-moderna*, explicou o que era o capitalismo neoliberal – chamado por ele de “acumulação flexível” –, ficou claro que a pobreza, a miséria, a desigualdade e também a criminalidade no Brasil teriam um aumento exponencial se essas políticas fossem implementadas. Os fatores que levam a esse aumento da violência são múltiplos, mas em geral conhecidos: um deles é o aumento da desigualdade social, o contraste crescente entre ricos e pobres. Outro fator é a redução ou o bloqueio da mobilidade social ascendente, isto é, a redução da oportunidade de melhoria de vida para grande parte da sociedade, o que afeta especialmente as expectativas dos mais jovens. Isso é causado sobretudo pelo desemprego e pela baixa perspectiva de emprego: a sociedade e os jovens das classes populares percebem que dificilmente terão um amanhã melhor que hoje.

Mas há outro fator que, articulado aos anteriores, vai contribuir sobremaneira para essa consequência. A política neoliberal que foi se difundindo por todo o mundo a partir de fins dos anos 70 veio acompanhada pela difusão de uma nova ideologia, pela qual os antigos valores que constituíam a base da sociedade foram substituídos por novos, novas ideias tomaram o lugar das antigas.

Os novos valores que se propuseram substituir os antigos não são capazes de promover a coesão social, pelo contrário. A valorização do esforço individual, a depreciação da solidariedade, a valorização da competição, a negação da proteção social promovem uma luta de todos contra todos, seja pela sobrevivência, no caso dos

mais pobres, seja pela ascensão a qualquer preço, também nos setores médios e abastados.

3. As opções fundamentais do governo Lula

A política macroeconômica do governo Lula permanece submissa aos interesses do capital financeiro e dá continuidade à política neoliberal do governo FHC (mesmo depois da eclosão da crise econômica mundial em 2008): prioridade ao pagamento da dívida externa (superávit primário e juros reais altos); ajuste fiscal e foco no controle da inflação (o que implica juros reais altos); Banco Central autônomo de fato, embora não de direito. Isso se revela claramente ao examinar o orçamento realizado: quase metade do orçamento (em torno de 50%) vai para o pagamento da dívida externa e interna, juros e amortização e rolagem da dívida; menos de 5% vai para a saúde, menos de 3% para a educação, menos de 1% para ciência e tecnologia. Assim, a cada ano, são cerca de R\$ 200 bilhões para os banqueiros e os rentistas (que não chegam a 1 milhão de pessoas), enquanto sobram R\$ 10 bilhões para as 11 milhões de famílias atendidas pelo Bolsa-Família (45 milhões de pessoas).

A dívida externa brasileira era de 52,8 bilhões de dólares em 1978; chegou a 148 bilhões em 1994, logo antes de se iniciar o governo FHC, e atingiu 248 bilhões em 2002, ao final de seu governo. Mesmo depois de o governo Lula pagar 15,5 bilhões de dólares ao FMI, ela está agora em 267 bilhões de dólares (dezembro de 2008).

Em 1995, início do governo FHC, a dívida interna era de R\$ 62 bilhões; em fins de 2002 – último ano de seu governo –, chegou a R\$ 662 bilhões. Nos oito anos do governo FHC, a dívida interna decuplicou. Em 2006 – ao final do quarto ano do governo Lula –, atingiu R\$ 1,2 trilhão. Ela quase dobrou em apenas quatro anos. Agora, está em mais de R\$ 2 trilhões.

4. Os aspectos positivos do governo Lula

- A renda média real aumentou;
- houve um aumento real do salário mínimo (de 44,95%, entre 2003 e fevereiro de 2009), embora, segundo o Dieese, ele deveria ser 2 mil reais (é 510 reais – 1/4 do que deveria);
- o índice de Gini (parâmetro para medir a desigualdade de distribuição de renda) diminuiu de 0,563 para 0,544 (o menor desde 1981);

- a taxa de desemprego diminuiu e o número de empregos formais cresceu (antes da crise de 2008);

- o atendimento à rede de energia elétrica aumentou (“Luz para Todos”);

- o acesso à educação melhorou;
- o Bolsa-Família atinge hoje 11 milhões de famílias e o valor da bolsa aumentou; houve a unificação do cadastro das famílias necessitadas;

- em 2007, o PIB cresceu 5,6%;

- cresceu a produção industrial;

- o mercado interno aumentou;

- o consumo das famílias aumentou;

- houve desoneração de inúmeros itens de materiais de construção;

- o combate ao trabalho escravo se tornou mais sistemático (foram libertados 11 mil trabalhadores entre 2003 e 2007);

- houve enorme incremento das operações da Polícia Federal (216 operações entre 2003 e 2006) e, pela primeira vez no Brasil, elas envolveram indivíduos ricos;

- as reservas internacionais atingiram o maior volume da história do país;

- redução da taxa de juros nos últimos meses, de 13,75% a 8,75% (dezembro de 2008 a julho de 2009);

- política externa mais independente: aproximação aos países da América Latina; defesa da Venezuela; relações cordiais com a Bolívia; negociação com o novo governo do Paraguai (Itaipu); o abrigo dado a Manuel Zelaya (presidente de Honduras deposto por um golpe) na embaixada brasileira e a rejeição ao golpe.

- a regularização dos imigrantes latino-americanos, assinada recentemente pelo presidente;

- após a crise econômica mundial de setembro de 2008, o governo tomou uma série de medidas para evitar o aumento do desemprego: entre outras, reduziu o percentual do superávit primário; reduziu o imposto de alguns produtos (eletrodomésticos, automóveis etc.).

Tudo isso evidencia que houve efetivas melhorias para o conjunto da população, especialmente para a população mais pobre. O maior programa de distribuição de renda do país, a Previdência Social, permanece; visto que tem como piso o salário mínimo, a distribuição de renda melhorou (em razão do aumento real do salário mínimo). O Bolsa-Família atinge a grande maioria das famílias muito pobres e, com isso, também melhora a distribuição de renda.

Tais políticas diferenciam o atual governo (governo Lula) do anterior (governo FHC): neste sentido, pode-se dizer que o atual não é simplesmente a cópia do governo anterior. Na comparação, há várias iniciativas positivas.

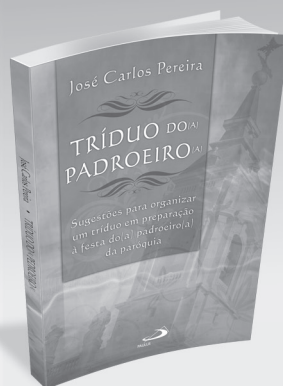
Cabe salientar que todas essas diferenças não mexem no fundamental. No essencial, a opção do atual governo foi feita desde o começo e não mudou: a política econômica é centrada nos interesses do capital financeiro, no atendimento dos interesses dos usineiros (de etanol), das empreiteiras (transposição, hidrelétricas, obras do PAC) e dos grandes proprietários de terra vinculados à exportação (agronegócio). Basta olhar a diferença, no orçamento, entre o que vai para o pagamento dos juros e da dívida e o resto: 200 bilhões por ano, no mínimo (em 2008, foram 282 bilhões), para os banqueiros e rentistas (que não chegam a 1 milhão de pessoas) – o que dá uma média de 200 milhões para cada pessoa rica – e 10 bilhões para o Bolsa-Família (cerca de 45 milhões de pessoas), em que o valor máximo é 200 reais por família.

Talvez a consequência mais séria do governo Lula tenha sido o abandono de um projeto alternativo de sociedade por parte de muitos que compõem a esquerda. Este setor abandonou a luta contra o neoliberalismo (objetivo comum dos participantes dos Fóruns Sociais Mundiais). Os objetivos de transformação social se reduziram a pequenas melhorias dentro do modelo neoliberal e ao assistencialismo (que não é senão a visão do Banco Mundial).

O governo e a mídia podem comemorar as melhorias sociais que têm sido feitas apenas porque os governos anteriores (FHC e Collor) praticamente nada fizeram na área social. Na verdade, as melhorias são limitadas não por falta de tempo ou por problemas burocráticos, mas porque o essencial do governo está sendo dirigido para o atendimento aos interesses dos grandes (bancos, investidores financeiros, rentistas, grandes empreiteiras, multinacionais da agricultura). O que vai para os serviços públicos, o que vai para a grande maioria da sociedade é o resto, o que sobra depois de o principal ter sido atendido.

Outras políticas fundamentais que deixaram de ser feitas efetivamente produziram a redução da desigualdade social (entre o capital e o trabalho) e gerariam verdadeiro Estado de bem-estar

Louve a Deus pelas maravilhas que Ele realizou na vida dos santos da Igreja!



Tríduo do(a) padroeiro(a)
Sugestões para organizar
um tríduo em preparação à
festa do(a) padroeiro(a) da
paróquia
José Carlos Pereira
96 págs.

Este roteiro de celebração leva em conta a vida do(a) padroeiro(a) da paróquia, a vida da comunidade que o(a) homenageia e também a vida da Igreja. Os temas aqui abordados abarcam a vida eclesial na qual o fiel está comprometido, conduzindo-o a momentos de profunda oração e vivência comunitárias.



Mensagens dos santos
Pedro Teixeira Cavalcante
496 págs.

Neste livro, encontram-se pensamentos de santos de todos os tempos, estados e condições sociais, de todas as faixas etárias, de todos os continentes e das mais variadas espiritualidades. Obra que oferece pensamentos para todos os gostos, circunstâncias e situações.

Vendas: (11) 3789-4000

SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



Criação PAULUS / A PAULUS se reserva o direito de alterar ou retirar o produto do catálogo sem prévio aviso. Imagens meramente ilustrativas.

social: a mudança da política econômica – em uma nova concepção de desenvolvimento –, o controle dos fluxos de capital, a instalação da auditoria da dívida externa, a mudança do sistema tributário regressivo, a imposição sobre a propriedade rural, a reforma agrária, a mudança da política agrária e agrícola, a interrupção da política privatista e privatizante, a política energética, uma política de transporte condizente com a sustentabilidade.

5. O que fazer? Reinventar a democracia

É preciso empoderar os setores populares, para que, juntos, tenham força de pressão, força de transformação. Para o desenvolvimento desse *poder popular*, é preciso articular movimentos sociais, redes de movimentos, ONGs, Igrejas e outras entidades representativas da sociedade civil. Isso implica reforçar na base o processo de organização popular, de resistência e de luta. É preciso reforçar os movimentos dos setores populares e sua autonomia em face dos poderes constituídos, sejam eles quais forem. É preciso reforçar a sua organização de forma democrática, para que não se reproduzam neles os vícios que caracterizam as organizações políticas tradicionais. É preciso que os movimentos se reforcem por meio da articulação em redes desde as bases, para que a capacidade de ação e de impacto seja maior. Uma boa tentativa desse tipo de articulação é a *assembleia popular*.

Não basta organizar um partido comprometido com os interesses populares. É preciso que suas estruturas, seu modo de funcionamento, sejam radicalmente democráticos, de modo que a maioria possa efetivamente interferir na sua direção. Do contrário, ele nasce popular, democrático, e pouco a pouco se torna elitista, centralizador e autoritário (cf. a obra clássica de Robert Michels, *Os partidos políticos*, publicada em 1912).

É preciso que o governante eleito esteja de tal modo comprometido com o programa por conta do qual se elegeu, que não possa se desfazer dele. Hoje, basta-lhe dizer que não pôde cumpri-lo e está justificado. É preciso que os cidadãos tenham meios, na forma de instituições políticas, para obrigar o governante a cumprir o programa em que votaram ou para destituí-lo se não o fizer. Seria preciso existir, nesse caso, um direito de revogabilidade, se o eleito abandonar o programa que lhe possibilitou a eleição.

Decerto um direito como esse deve ser cercado de séria regulamentação, para não ser usado irresponsavelmente.

Há propostas que podem contribuir para tornar efetivo o poder do povo (a soberania popular). Uma é o plebiscito. A proposta de Fábio Comparato, assumida pela OAB e pela CNBB, de regulamentação do plebiscito e do referendo, para que ele não dependa unicamente do governo e da maioria do Congresso, vai nesse sentido: é preciso que a própria sociedade civil, apoiada por uma minoria no Congresso, possa propor plebiscitos.

Outra proposta, originária de Oded Grajew, é que um Conselho, composto de representantes de entidades da sociedade civil, controle, a cada período – digamos, um ano –, se o eleito (seja presidente, governador ou prefeito) está cumprindo as promessas de campanha, seu programa eleitoral. E que esse controle seja publicado. Com isso, vincular-se-á o candidato ao seu programa. Ele será responsável, perante a sociedade, pelo programa pelo qual foi eleito, pelas promessas feitas.

É preciso estabelecer o *controle social da esfera pública* (por via institucional e não institucional). Conviria, por exemplo, organizar um “comitê de cidadãos” para controlar e fiscalizar o Banco Central. Uma experiência que vai nessa direção e está sendo bastante eficaz como forma de controle do cidadão em nível municipal é o chamado *Grupo de Acompanhamento do Legislativo*. Podemos também fazer o acompanhamento do Executivo (municipal, estadual, nacional): o acompanhamento das licitações e dos contratos (de transporte coletivo, de coleta de lixo, de publicidade, de obras etc.). Esse tipo de acompanhamento revela-se mais exigente que o do Legislativo, requer maior capacidade técnica, mas é possível. Esses são apenas alguns exemplos, algumas medidas, entre as muitas que deveriam ser tomadas para garantir um processo efetivamente democrático.

A experiência bem-sucedida do orçamento participativo levou-o a ser adotado até em municipalidades de países do Primeiro Mundo (na Espanha, na França, na Alemanha, para citar alguns exemplos). Os conselhos de cidadania (municipais, estaduais, nacionais), se implementados de forma democrática – com representantes da sociedade civil, quando se consegue evitar

a cooptação por parte do Executivo –, são ótimo meio para participação nas decisões, controle e fiscalização por parte da sociedade.

É preciso *radicalizar a luta pelos direitos humanos*. Vivemos num período em que, a despeito do discurso que mantém a aparente centralidade dos direitos humanos, eles estão sendo abandonados e destruídos. Desde os direitos civis, tornados relativos pela ideologia da “guerra ao terror”, capaz de tornar todo “Estado democrático” num “Estado de exceção”, até os direitos sociais, desprezados e destituídos da categoria de “direitos” para se transformarem em possibilidades (isto é, não direitos) graças à ideologia neoliberal, que transfere todas as responsabilidades para o indivíduo e destitui o Estado de sua função social. Se, depois da barbárie da Segunda Guerra Mundial, os direitos humanos tiveram seu momento de exaltação, a hegemonia neoliberal e os interesses dos países centrais do capitalismo tendem a desmontar o valor que lhes era atribuído. Cabe radicalizar a luta para estabelecer a sociedade sobre o alicerce dos direitos humanos, os direitos na sua integridade e indivisibilidade: direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

É preciso manter bem viva a nossa opção e o nosso compromisso com a *ética na política*. Num momento em que todo tipo de alianças vem sendo justificado em nome de um fim supostamente justo, em que a ética vem sendo considerada um atributo descartável, temos de reafirmá-la. Porque a sociedade mais justa e mais democrática, mais solidária e participativa que almejamos não será construída por meios autoritários ou corruptos. A utilização dos recursos públicos (de toda a sociedade) para fins privados – a corrupção – sempre foi o meio escolhido pelas elites para manter a dominação. Uma nova política, democrática, transparente, participativa, não nascerá de um parlamento capaz de se vender – que precisa de meios escusos para fazer seus negócios. Os meios que empregamos na política revelam os fins que buscamos.

Um elemento fundamental para a efetividade da democracia é a conquista da *transparência*, da publicidade, do acesso de todos os cidadãos à informação, do conhecimento sobre aquilo que é público. A condição para evitar a corrupção – ou, ao menos, para reduzir sua possibilidade – é a transparência. Por incrível que pareça, já

existem prefeituras no Brasil que põem suas contas, seu orçamento, à disposição na internet, abrindo-os ao conhecimento público.

É preciso conquistar a *democratização dos meios de comunicação*. A mídia, até pelo fato de certos setores seus usufruírem de uma concessão pública (como é o caso das emissoras de rádio e televisão), tem de obedecer a normas democráticas, expressar os interesses presentes na sociedade, e não apenas os interesses dominantes. Enquanto a mídia for uma atividade exclusivamente privada, submetida apenas à vontade do seu proprietário – e não um serviço ao público, com normas próprias –, dificilmente se conseguirá fazer valer os interesses da maioria.

No entanto, não devemos esperar: mantendo a luta pela democratização da mídia, temos de construir os mais variados meios de comunicação alternativos possíveis. Jornais, boletins, rádios, canais de televisão, agências de informação, redes de comunicação, *sites*, *blogs*: usar o mais possível, e da melhor forma, as novas tecnologias de informação e de comunicação. Para que as eleições, as campanhas, deixem de ficar sob o controle do poder econômico, dos bancos, das grandes empresas, das empreiteiras, será preciso conquistar o *financiamento público das campanhas eleitorais*.

É preciso – nós precisamos – criar instituições que possibilitem o controle, a influência dos cidadãos sobre o governo *durante o período governamental* – isso deverá incluir o plebiscito, o referendo, conselhos da sociedade civil, comissão de acompanhamento do mandato (ou algo semelhante) e vários outros instrumentos, inventados pela criatividade dos cidadãos organizados. A mobilização nas ruas para derrubar um presidente (o que aconteceu há poucos anos na Bolívia, no Equador, na Argentina) só é utilizada quando a cidadania não tem meios institucionais para fazer valer a sua vontade. Esses meios precisam ser criados e desenvolvidos.

6. Tarefas pré-eleitorais

É fundamental que cristãos e cidadãos, de forma criativa e articulada, no atual momento eleitoral:

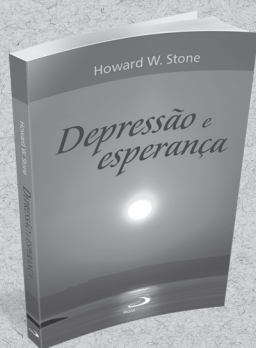
- estudem detidamente os projetos e planos de governo que estarão em disputa em outubro;

- evitem a neutralidade apática no processo eleitoral, a qual pode gerar ainda maior ignorância política;
- evitem a manipulação do voto da comunidade cristã por meio do voto de cabresto (seja de direita, seja de esquerda);
- apresentem aos candidatos as propostas concretas da sociedade civil e peçam a sua incorporação no projeto pessoal e partidário deles;
- analisem, com uso de lupa potente, o passado político de cada candidato;
- promovam debates democráticos e equilibrados entre os candidatos e partidos de sua cidade;
- reúnam os grupos da sociedade civil para trocar informações sobre as candidaturas;
- valorizem os pontos concretos descritos nesses programas e destaquem os valores cristãos na construção de uma nova sociedade civil brasileira onde a pessoa humana e sua dignidade estejam no centro das atenções (pessoas, não lucros!);
- escolham candidatos que possuam a ficha limpa;
- não vendam seu voto (pois voto não tem preço, tem consequências);
- assumam sua cidadania no dia a dia pós-eleitoral em grupos de pressão;
- façam parte de algum grupo de debate democrático plural e aberto para decidir nomes e projetos;
- verifiquem quais serão as propostas para os primeiros cem dias de governo ou mandato parlamentar;
- descubram qual será o programa de impostos do novo governo e quem pagará a conta em 2011;

- perguntem aos candidatos quanto dinheiro real será investido em saúde e educação;
- conheçam o programa de reforma agrária de cada candidato e de seu partido;
- verifiquem como os candidatos unem a política local com a regional, a nacional e a global;
- perguntem aos candidatos sobre suas fontes de financiamento eleitoral;
- discutam os projetos para a juventude, a infância e a terceira idade de cada programa partidário;
- visitem o juiz eleitoral, convidem-no para vir até a comunidade para falar sobre o processo eleitoral e o controle popular da democracia;
- evitem o voto de última hora, sem discernimento ou convicção;
- atuem, no momento eleitoral, com espírito maduro de respeito cristão diante de aliados ou adversários;
- rezem, antes de digitar o seu voto, frases do Salmo 51: “Tu amas o coração sincero e, no íntimo, me ensinas a sabedoria. Cria em mim um coração puro e renova no meu peito um espírito firme. E a minha língua cantará a tua justiça”.

* Mestre em Teologia e Ciências da Religião pela Universidade Católica de Lovaina, doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP.
E-mail: fajr@pucsp.br.

** Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e doutor em Sociologia pela Université de Toulouse-Le-Mirail, da França. É professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro da equipe Instituto de Estudos da Religião – Iser.



Compreenda melhor a depressão e oriente sua vida para um caminho feliz e cheio de esperança!

Depressão e esperança
Novas visões para o aconselhamento pastoral
Howard W. Stone
248 págs.

Guia especializado e confiável, que aborda as formas apropriadas de pensar e tratar a depressão. Apoiado em sua prática de aconselhamento, pesquisa e experiência pessoal, o autor explica, entre outros temas, a compreensão atual da depressão e seus sintomas.

Vendas: (11) 3789-4000 | SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



O PACTO DA GOVERNABILIDADE DE LULA: AVANÇOS E DESAFIOS

Claudemiro Godoy do Nascimento*

Enfim 2010 chegou! Os primeiros dez anos do século XXI foram importantes para a transformação da sociedade brasileira. Lembro-me das comemorações, em 2000, dos 500 anos de “descobrimento-colonização”, da imagem do índio desconhecido com um policial lhe apontando um rifle, como se fosse um criminoso perigoso que devia ser contido. A celebração litúrgica dos 500 anos do Brasil foi marcada por momentos de culto à colonização e à evangelização europeia. Houve poucos momentos de reflexão por parte dos representantes da política brasileira e até dos bispos que ali se encontravam. Não fosse o pronunciamento de dom Tomás Balduino, o destino dessa celebração seria realmente a inércia crítica da história.

Em 2002, Lula disputava pela quarta vez a presidência da República, tendo como opositor o candidato do PSDB, José Serra. Era um momento de esperança, a qual despontava no imaginário coletivo de milhões de brasileiros. Acredito que muitos e muitas pensaram: “Vamos ver no que vai dar, vamos votar no Lula”. Lula se elegeu com o maior número de votos da história política brasileira. Foi um acontecimento marcante. O Brasil necessitava de uma mudança de rumos, de sentidos e de diretrizes. Lula se tornou o primeiro presidente da história proveniente das camadas populares. Apenas esse dado já é substancial para entendermos a base sobre a qual a cultura política brasileira está, ainda hoje, alicerçada. Trata-se de uma cultura patrimonialista, que preconiza práticas políticas atrasadas, dentre as quais se destaca o coronelismo com sua cultura do favor. Essa cultura política ainda se encontra bem viva no imaginário coletivo dos brasileiros e brasileiras (Nascimento, 2009).

Nesse contexto, Lula foi um marco histórico que conseguiu romper com essa cultura política do atraso. Por outro lado, além da cultura política patrimonialista, o Brasil vivia os áureos anos de outra cultura política e econômica defendida por Collor (1990-1992), Itamar (1992-1994) e, principalmente, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a saber: o neoliberalismo.

1. Do neoliberalismo ao pós-neoliberalismo socialista

No Brasil, o neoliberalismo encontra sua essência na velha e clássica concepção de liberalismo aqui existente, o qual difere do liberalismo europeu. O liberalismo brasileiro, assim como nos outros países da América Latina, traz em si simbolismos de um autoritarismo ditatorial. Francisco de Oliveira trabalha com a ideia de divisor de águas entre o velho liberalismo ditatorial e o surgimento do neoliberalismo, que se dá com a efetivação do Plano Real no governo Itamar Franco, em 1994. Na época, o ministro da Fazenda era o então senador Fernando Henrique Cardoso, que viria a ser, por oito longos anos, presidente da República. Na verdade, a efetivação do Plano Real alavancou a candidatura de FHC, que venceu o candidato da oposição Luiz Inácio Lula da Silva em 1994 e em 1998. O Plano Real, se fez a economia se recuperar, em contrapartida fez o social piorar. Para Francisco de Oliveira (1998, p. 28), o governo implementou o programa neoliberal desde 1993 e pretendeu realizar a “destruição da esperança e a destruição das organizações sindicais, populares e de movimentos sociais que tiveram a capacidade de dar uma resposta à ideologia neoliberal”.

Recentemente, o mundo assistiu atordoado à brusca queda das bolsas de valores em todos os países, especialmente nos Estados Unidos e na Europa. Houve um sobe e desce de números, alta do dólar, queda nas transações. Enfim, a bola da vez se chama “crise”. Mas o que seria essa crise? O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos convida-nos a olhá-la na perspectiva da ampliação do Estado e, talvez, da minimização do mercado total.

A crise não se encontra no Estado; pelo contrário, está no mercado. O mercado entrou em crise por conta das dívidas dos norte-americanos com o setor imobiliário; e, com os financiamentos para pagar as dívidas, o problema tornou-se maior ainda, atingindo países da Europa, da Ásia e da América Latina. O efeito cascata tomou proporções extraordinárias. Contudo, uma questão podemos evidenciar nesse mar de sujeiras: agora o mesmo Estado foi chamado para socorrer os bancos em falência, bem como os aflitos e moribundos do mercado total que, até pouco tempo atrás, “arrotavam” barbáries contra a presença estatal.

Não se trata de defender a tese da “estadolatria”, pelo contrário: precisamos de um Estado popular em que os princípios democráticos estejam realmente a serviço de todos e todas. O Estado, no passado, cometeu erros nos dois extremos, seja com o nazifascismo, seja com o comunismo socialista das antigas repúblicas soviéticas. E ainda comete erros quando se curva em adoração ao mercado. Não seria o momento de romper definitivamente com a doutrinação do mercado, alavancada de forma mais feroz desde o “Consenso de Washington”?

Nesse sentido, o neossocialismo tem a missão de ser um novo momento para a história, ou seja, o momento de pós-neoliberalismo. Um evento e um momento novo para a humanidade, que passa por dramas e tramas neste cenário dialético de mundialização e exclusão. Reverter esse quadro é tarefa dos governos populares que assumam como caminho o neossocialismo. Quanto aos descontentes, são livres para realizar suas críticas e praticar o ritual de defendimento do capital, do deus “mercado”, das ideologias elitistas. São livres para se afirmarem também como pessoas humanas. Mas, como já dizia Emmanuel Mounier (1976), “a Liberdade é sempre condicionada”. Nesse caso, a crítica ao

neossocialismo é bem-vinda desde que não haja falsidade nos discursos e mentiras “ideológicas” que pareçam verdades absolutizadas.

2. O pós-neoliberalismo de Lula: o pacto da governabilidade

Nesse sentido, análises sobre o governo Lula estão sendo ecoadas por vários autores e cientistas políticos. Alguns destacam o continuísmo do primeiro e do segundo mandato em relação ao governo anterior, baseados no convencimento de que as coisas se mantiveram ortodoxas no plano econômico. Outros discernem a mudança de paradigma do atual governo, especialmente ao verificarmos o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), assinado em dezembro de 2009, que provocou um alvoroço nas consciências elitistas. Particularmente, partilho das convicções de que uma nova plataforma política se encontra em construção neste cenário de refluxo do paradigma neoliberal. Os que achavam Perry Anderson maluco, por causa de sua teoria do pós-neoliberalismo, começam a rever suas opiniões. As posições de ortodoxia econômica adotadas pelo governo Lula na chamada “era pallociana” estão sendo profundamente questionadas por membros da cúpula do Partido dos Trabalhadores e pelo próprio presidente.

A política econômica do governo Lula apostou na baixa e no controle da inflação, o que proporcionou a melhoria das condições de vida dos brasileiros. O questionamento acima aludido diz respeito às altas taxas de juros, que impediram maior crescimento. No entanto, alguns pontos merecem destaque, tais como o recorde nas exportações e o aumento significativo no superávit da balança comercial. Outro fator positivo diz respeito ao Risco Brasil, que atingiu o menor patamar da história, caindo de 2.035, no último trimestre do governo FHC, para 213 pontos, em janeiro de 2010. Com tais avanços, caiu também o índice da desigualdade social no país e cresceu a renda dos mais pobres, muitos dos quais passaram da exclusão social à inclusão. Em quatro anos, o nível de miserabilidade diminuiu significativamente. Além disso, o PIB cresceu, o Brasil controla a dívida pública, o déficit em transações correntes foi revertido, há uma ampliação das reservas internacionais e a dívida externa pública caiu de 214 bilhões de dólares, em 2003, para 195 bilhões de dólares, em

2008. No que diz respeito a este último ponto, o principal de tudo foi a quitação dos valores junto ao FMI, com a qual o Brasil conseguiu a tão sonhada independência, a ponto de vir a tornar-se credor do Banco Mundial e do Fundo.

Outro ponto forte do governo Lula foi a geração de emprego e renda. Foram criados mais de 10 milhões de empregos diretos e indiretos, houve um avanço nos programas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), os recursos do BNDES para as empresas fizeram aumentar a geração de empregos, o salário mínimo subiu mais de 100% e os reajustes salariais foram os melhores dos últimos dez anos. Outro aspecto importante no atual governo foi o avanço no combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil por meio das ações da Polícia Federal, fazendo a lei ser cumprida e angariando elogios da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Nos últimos anos houve uma reestruturação do serviço público na esfera federal, pois, no governo FHC, se promoveu verdadeiro desmonte nesse setor, graças às políticas neoliberais preconizadoras do chamado Estado mínimo. Foram contratados, mediante concurso público, mais de 100 mil novos servidores, mais de 21 mil novas vagas foram preenchidas em 2006 e, somente neste ano de 2010, mais de 90 mil servidores serão contratados. Promoveu-se um canal de diálogo permanente com o servidor público, e o governo concedeu reajustes salariais diferenciados por meio dos Planos de Classificação de Cargos (PCC). Tais reajustes de forma alguma comprometem a disciplina fiscal, afirmação que vai contra as ideias de economistas defensores do corte de gastos públicos em prejuízo dos proventos dos servidores.

Na política externa, o governo retoma o sentido estratégico e o Brasil se situa numa posição de destaque no cenário internacional, pois lidera, juntamente com Índia, México e África do Sul, o bloco dos países emergentes. O Brasil propôs a criação do G-20; investiu politicamente no Mercosul, o que interrompeu as intenções estadunidenses de implantar a Alca em toda a América Latina; estimulou o processo de integração entre os países do Mercosul; defendeu benefícios para seus cidadãos, promoveu a criação do Parlamento do bloco e a sua aproximação com a Comunidade Andina; financiou

obras no Mercosul via BNDES; propôs um novo modelo para a Alca; ampliou as parcerias com países emergentes, principalmente na África e na América do Sul como um todo, e com isso as exportações brasileiras cresceram acima da média mundial. Dois pontos merecem especial destaque nesse cenário das políticas externas, a saber: a aproximação do Brasil aos países árabes e sua luta contra a fome e a miséria no mundo.

No agronegócio, a produção de grãos cresceu 69,1% e a safra de 2006/2007 teve um crédito de R\$ 60 bilhões. O chamado crédito agrícola aumentou em 26%, o governo paga prêmio do seguro rural e os incentivos fiscais são ampliados. Na agricultura familiar e reforma agrária se firmaram 57% a mais de novos contratos do Pronaf-Crédito e, ainda, de forma discreta, houve uma valorização da assistência técnica para a execução de projetos de extensão rural e de fortalecimento dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária. Foi repactuada a dívida de agricultores familiares e assentados, o seguro passou a cobrir o financiamento da agricultura familiar, houve uma reformulação do Programa Garantia Safra, o que permitiu o avanço nas políticas de estratégia comercial, com o sistema apoiando o comércio dos produtos no mercado interno. Vários programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário foram instituídos para incentivar a agricultura familiar, o que possibilitou o crescimento do orçamento para a reforma agrária. Em que pesem as críticas ao modelo adotado, pautado pela lógica capitalista e por uma concepção minifundiária, o fato é que no governo Lula foram assentadas mais de 310 mil famílias e houve crescimento de áreas destinadas à reforma agrária. Além disso, o Incra contratou, por meio de concurso público, mais de 1.700 servidores.

A criação da Secretaria de Aquicultura e Pesca possibilitou um olhar político e social a diversas comunidades de pescadores que não estavam amparados por nenhuma forma de política pública do Estado. Agora, já existem projetos que beneficiam pescadores artesanais, programas que garantem crédito e modernização da frota, o Brasil passou a investir em terminais pesqueiros, cresceu o número de pescadores com seguro-defeso, a criação de parques aquícolas gera novos empregos e renda e consolidou-se uma das principais políticas de afirmação para os

pescadores: o Programa Alfabetiza, introduzido nas comunidades, que alfabetizou mais de 100 mil pessoas.

As empresas estatais foram valorizadas. Encerrou-se, nos últimos anos, a lógica neoliberal da privatização, o que permitiu o fortalecimento da soberania nacional. Com a Petrobrás, o país alcançou a autossuficiência em petróleo, houve um investimento considerável em novas refinarias e o país conseguiu, pela primeira vez, iniciar uma política de exportação para outros países. Além disso, espera-se um crescimento da economia brasileira com o pré-sal e com a criação de uma nova estatal, a Petrosal.

No âmbito da segurança pública e do combate à corrupção, as ações contra o crime no aparelho estatal e fora dele cresceram 815%, aumentou o cerco contra a lavagem de dinheiro, a Controladoria Geral da União iniciou profunda fiscalização nos municípios brasileiros, obtendo a aprovação da Organização dos Estados Americanos (OEA) no que se refere ao combate à corrupção. Todos os gastos públicos foram disponibilizados na internet para que qualquer cidadão possa conferir. As compras públicas passaram a ter como regra fundamental o pregão eletrônico. No combate à violência, foi criado o Sistema Único de Segurança Pública e a Força de Segurança Nacional. A Polícia Federal teve um orçamento 74% superior ao verificado no governo FHC, aumentou o efetivo e os órgãos de perícia foram reforçados, além dos investimentos na construção de penitenciárias federais. Mais dois projetos ainda devem ser ampliados, buscando atingir principalmente a consciência da população brasileira, a saber: o programa que pode modernizar as Delegacias das Mulheres e a continuação da Campanha Permanente do Desarmamento, para que se reduzam os homicídios.

Mas os grandes destaques do governo Lula foram as políticas públicas de educação e na área de ciência e tecnologia. Na educação, o Fundeb, aprovado pelo Congresso Nacional, prevê um ensino integrado da educação infantil ao ensino médio, o que permitirá o atendimento de 47,2 milhões de alunos e alunas no país. O salário-educação cresceu 46,9%, não obstante o fato de que esse programa precise ser revisto a fim de se lhe conferir um caráter emergencial e menos assistencialista. Houve profunda capacitação

dos professores da educação básica e criou-se o incentivo aos livros didáticos, com a distribuição de 120 milhões de livros ao ano. Na educação superior avançamos muito na superação das desigualdades sociais, pois se ampliou o ensino universitário federal, com a criação de dez novas universidades federais: Univasf (vale do São Francisco), UFRB (Recôncavo Baiano), UFCG (Campina Grande), Ufersa (semiárido), UFGD (Grande Dourados), UFABC (ABC), Fafeod (Vale do Jequitinhonha e Mucuri), Unipampa (pampas), Unila (integração latino-americana), Unifal (Alfenas), além dos novos *campi* de extensão em processo de expansão. Foram retomados os investimentos no ensino superior, principalmente por meio do Prouni, que concede 242 mil bolsas de estudos pelo país. Novos professores universitários, mestres e doutores, foram contratados mediante concurso público e cresceram os recursos destinados ao Programa Brasil Alfabetizado, chegando a 48% a mais do que no governo anterior.

Na área da ciência e tecnologia, se verificaram investimentos superiores aos realizados por qualquer outro governo na história republicana brasileira, com a política de incentivo ao fundo de desenvolvimento científico. Efetivou-se um programa que garante computador a pessoas de baixa renda, ampliando o acesso à internet, e, com a Lei de Inovação, os produtos se tornaram mais competitivos. A TV digital, com sua capacitação tecnológica, chegou para ficar e ampliou a democratização das comunicações – nas mãos, historicamente, de grupos econômicos detentores da hegemonia do capital. Outra conquista foi a aprovação da Lei de Biossegurança, que permitirá investimentos em pesquisas nas áreas de saúde e agronomia.

O Brasil elevou os investimentos na área da saúde, instituindo, a princípio, a Tabela do SUS. Também criou o Programa Saúde da Família (PSF), que contribuiu significativamente para a redução da mortalidade infantil, e o país passou a ter 23 mil novos agentes comunitários de saúde. Também foi prioridade o Programa de Saúde Bucal, o investimento de 75% a mais em compras de medicamentos para o SUS, a constituição das farmácias populares e a criação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), o qual pôde salvar milhares de vidas graças à rapidez do sistema. A venda de remédios

fracionáveis, que evita o desperdício, os mais de 2.700 novos leitos de UTIs credenciados e o crescimento do número de transplantes são outros dados que caracterizam a política de saúde nos últimos tempos.

Na assistência social, o governo investiu 94,6% a mais do que seu antecessor – dado expressivo sobretudo se pensarmos nas mais de 9,2 milhões de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, programa amplamente criticado pelos que talvez nunca tenham passado por situações de miserabilidade –, além dos mais de R\$ 27 bilhões aplicados no combate à fome e à miséria. A política de assistência social fortaleceu-se com a criação do projeto que construiu mais de 105 cisternas, principalmente no semiárido nordestino, com o programa que beneficiou mais de 2,7 milhões de idosos e pessoas com deficiência e com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), que tem preservado a saúde e a segurança de muitas crianças.

Estes são alguns pontos do que considero uma política de pós-neoliberalismo fomentada pelo governo Lula. Evidentemente, 500 anos de história não se mudam em apenas oito anos. A continuidade dessas diretrizes possibilitará ao governo estabelecer nova plataforma política, privilegiando a redistribuição de renda entre os mais pobres, para que possamos dar sinais de que outra sociedade brasileira é realmente possível, uma sociedade onde todos possam ter dignidade e justiça social.

Lula representa a força histórica dos pobres e oprimidos que nunca alcançaram o poder do Estado. Ele representa os milhões de homens e mulheres que estavam nos porões da casa desde o chamado “descobrimento” – a invasão da cultura europeia nestas terras. Enfim, representa o avanço das oportunidades de emprego e geração de renda, a moradia, a superação da fome e da miséria, a criação das novas universidades federais, o Prouni, a dignidade das comunidades quilombolas, a busca incansável por uma reforma agrária realmente sustentável para os trabalhadores rurais, a solidificação da economia, o aumento das exportações, o não ao projeto norte-americano da Alca, o fortalecimento do Mercosul, a conquista da autonomia petrolífera para o consumo interno, a luta implacável contra mafiosos que sonegam impostos, a Polícia Federal atuante e combatente contra o crime

organizado, o apoio aos movimentos sociais e outros tantos. Lula representa exatamente o projeto de descolonização e soberania nacional para o país.

3. Desafios do pacto da governabilidade: a questão ambiental-ecológica e o problema da terra

O pacto da governabilidade de Lula possui dois grandes desafios, a saber: a questão ambiental-ecológica e o problema da terra. São problemas da sociedade brasileira que podem ser considerados insignificantes diante da ameaça concreta à vida do ser humano. A extinção do ser humano é uma possibilidade real. Não se trata de messianismos ou de tipos de convulsões coletivas fundamentalistas de mortes em massa em nome de um sistema religioso. Ao contrário, são os próprios seres humanos que estão promovendo essa possibilidade real de extinção, de desaparecimento, de fim.

O modelo predatório nega a existência do ser humano, o direito das pessoas de ter atendidas suas necessidades materiais, existenciais, biológicas, econômicas e sociais, causando a geração de violência no campo e na floresta, com forte imposição do trabalho escravo e a morte de trabalhadores rurais, indígenas e agentes de pastoral. Tais situações são monitoradas pela Comissão Pastoral da Terra, que a cada ano lança um Relatório dos Conflitos no Campo. Esse modelo se pauta por quatro eixos predatórios: madeira, pecuária, extração mineral e monocultura agrícola. Para esses “homens de negócio”, a floresta é um obstáculo ao latifúndio e à concentração de renda. Além disso, esse modelo predatório consegue financiamento público para atingir os interesses capitalistas por meio de três bancos públicos: Banco da Amazônia, Banco do Brasil e Sudam. Com dinheiro público se financia a cultura de morte e o modelo predatório, que se torna a fonte especulativa mais perigosa na Amazônia, especialmente na região sul do Pará.

O modelo socioambiental, utópica e urgentemente necessário, permite à floresta uma possibilidade de viver e aos povos que dela dependem a utilização da metodologia do socioextrativismo, interrompendo a cultura predatória. Os ambientalistas apontam a urgência das demarcações das terras indígenas, dos quilombolas, de seringuei-

ros e ribeirinhos. Atualmente, 4% da Amazônia já é uma reserva extrativista que deve ser mantida e ampliada. Por isso, pensar a Amazônia significa pensar outro tipo de democracia que possibilite o diálogo com base em forças mediadoras. Pensá-la é pensar também os conflitos de interesse. São os interesses do capital predatório que geram o que podemos chamar de “crise civilizatória”.

Por outro lado, temos o problema da terra, que ainda não foi resolvido no governo Lula e é tido como um desafio. O Brasil apresenta uma estrutura agrária em que convivem extensos latifúndios improdutivos, grandes monoculturas de exportação e milhões de trabalhadores rurais sem-terra. A área média de pequenas propriedades não ultrapassa os 20 hectares e a população rural vive em péssimas condições de higiene e alimentação, o que resulta em elevados índices de mortalidade. Há regiões no país em que os processos de irrigação, fertilização e recuperação do solo são desconhecidos, o analfabetismo prevalece e quase inexistem escolas técnico-agrícolas.

De acordo com as pesquisas mais detalhadas sobre o tema, o sistema defendido pelo MST não é o adotado pelo governo. O governo adota o oposto da concepção de reforma agrária defendida pelo MST. Geralmente, adota o modelo de reforma agrária sindical segundo os interesses da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), baseando-se na desapropriação e distribuição da terra em pequenos assentamentos, divididos em parcelas individuais. De um latifúndio para o minifúndio. Já o MST, mesmo que, em alguns casos, seja obrigado a assumir esse modelo em razão de fatores culturais, possui outro modelo de reforma agrária, baseado no cooperativismo e no associativismo.

A reforma agrária brasileira, cujo modelo atual funciona há mais de 20 anos, tem sido usada em grande parte para mandar ou devolver ao campo os desempregados urbanos e as legiões de excluídos da atividade rural pelos processos da chamada modernização da agricultura, como bem demonstrou em 2006 a TV Globo, com um documentário apologético sobre o Brasil rural. Na verdade, o Brasil rural das grandes empresas de soja transgênica e dos fazendeiros com seus milhares de cabeças nelores pastando em terras que poderiam ser realmente utilizadas para

a plantação e para outro modelo de reforma agrária que abolisse a propriedade privada.

Percebo apenas uma vantagem no modelo atual de luta pela terra e pela reforma agrária: a atuação de resistência do MST, que continua organizando o povo para reivindicar, ocupar, resistir e produzir em comunhão, no espírito da partilha. Em contraposição às dificuldades encontradas nos projetos de reforma agrária, existe no Brasil, principalmente nos estados do Sul (até mesmo por motivos culturais), o sucesso do modelo de cooperativas do MST. Em alguns casos, as cooperativas respondem por mais de 40% da produção nacional de determinada cultura. O grande problema é que, para ligar uma coisa com a outra, se depende da familiaridade do assentado com o trabalho em união e de sua aptidão para ele, o que percebemos ser difícil encontrar nos assentamentos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Por isso, acredito que a reforma agrária bem-sucedida somente se efetivará com modificações mais profundas na maneira de tratar a propriedade da terra e nas concepções culturais sobre ela. Esperamos que essas e outras transformações sejam levadas a cabo na continuidade e no aprofundamento do que o governo Lula já iniciou.

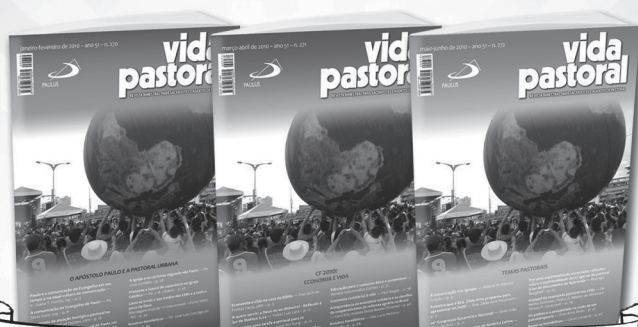
* Filósofo e teólogo. Mestre em Educação (Unicamp).
Doutor em Educação (UnB). Professor adjunto I da
Universidade Federal do Tocantins – UFT.
E-mail: claugnas@uft.edu.br.

Bibliografia

- MOUNIER, E. *O personalismo*. 4ª ed. Lisboa: Martins Fontes, 1976.
- NASCIMENTO, C. G. *Educação do campo e políticas públicas para além do capital: hegemonias em disputa*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismos: as políticas sociais e o Estado democrático*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VIDA PASTORAL

Disponível também na internet,
em formato pdf.
www.paulus.com.br
www.paulinos.org.br



ANUNCIE NA REVISTA VIDA PASTORAL!

MAIS DE 51 ANOS DE TRADIÇÃO A SERVIÇO DA PALAVRA DE DEUS!

Fonte de referência e atualização nos estudos pastorais e teológicos, a **Revista Vida Pastoral** conta com a participação de teólogos, biblistas e pensadores de ciências humanas e sociais. Muitos dos melhores teólogos e biblistas do país participam e escrevem para a **Revista Vida Pastoral**.

Com artigos atuais e ricos em informação, o leitor encontra textos sobre temáticas cristãs, católicas, humanas e sociais, intrinsecamente relacionados com as diversas pastorais da Igreja.

- ✓ **Tiragem:** 50 mil exemplares impressos e mais de 20 mil downloads efetuados da versão em pdf no site da PAULUS
- ✓ **Periodicidade:** bimestral
- ✓ **Público-alvo:** sacerdotes, religiosos(as), lideranças leigas, agentes de pastoral, catequistas e público católico em geral
- ✓ **Público estimado:** mais de meio milhão de leitores

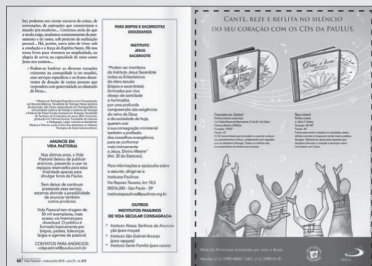
Formato dos anúncios



2ª Capa
Formato: 185x265mm
Cor: 4x0 (Colorida)



Página Inteira (Miolo)
Formato: 185x265mm
Cor: 1x0 (Preto)



3ª Capa
Formato: 185x265mm
Cor: 4x0 (Colorida)



Coluna Vertical
Formato: 75x230mm
Cor: 1x0 (Preto)

REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL E REGIONAL¹

Francisco Carlos Teixeira*

*Vejam essa maravilha de cenário,
É um episódio relicário
Que o artista num sonho genial
Escolheu para este Carnaval.*

Aquarela brasileira, Silas de Oliveira, Império Serrano, 1964

A Fundação Getúlio Vargas (Rio), por meio do seu Centro de Políticas Sociais, publicou uma recente pesquisa na qual vemos a chamada classe “C” – aquelas pessoas cujos lares recebem entre R\$ 1.115 e R\$ 4.807 por mês – tornar-se 49,22% do total da população brasileira. Houve, na verdade, um salto fantástico: em 2003, eram 37,56% da população, passando, em 2008, para 49,22% do total de brasileiros. Podemos acreditar que, não fosse a crise econômica mundial de 2008/09, esse coeficiente seria bem mais alto.

1. A luta contra as desigualdades

Qual o verdadeiro significado desses números? Simples e direto: a desigualdade social foi, em cinco anos, reduzida drasticamente. Mesmo com um crescimento baixo, mesmo sofrendo os efeitos da crise (nem “marolinha” nem tsunami!), o país foi capaz de oferecer oportunidades e esperança de vida melhor a 91 milhões de brasileiros. Para tornar mais claro o impacto, citamos um jornal que não pode ser, de forma alguma, considerado “chapa-branca”, *O Globo*: “... essa migração em massas alterou o rumo da divisão historicamente desigual do bolo no Brasil...”.

Desde os anos 30 do século XX, quando a Questão Social deixou de ser caso de polícia e virou desafio do Estado, a discussão sobre os métodos de sanar as injustiças sociais tem sido o centro do debate político no país. Durante os anos 30, de 1930 até 1945, Getúlio Vargas acreditou que o autoritarismo político, a repressão e um jogo dual entre patrões e trabalhadores

seriam o suficiente para alterar a injusta divisão social do país. Foram dados, então, passos enormes, se comparamos com o imobilismo e a repressão vigente na República Velha (1889-1930). Justiça do Trabalho, sindicalismo oficial, CLT foram passos de refundação da Questão Social no Brasil. Porém, o autoritarismo político, a perseguição à esquerda não varguista e o atrelamento ao Estado constituíam o lado quase oculto da “dávila” varguista.

Após a estagnação de Dutra – do qual Pablo Neruda dizia ter “*ojos de cerdo*” –, voltou-se, ainda com Vargas, agora entre 1951-1954, para um modelo mais descomprimido de distribuição social. Ainda aí o Estado foi o agente básico da justiça social, estabelecendo o salário mínimo como referência de justiça (o então ministro do Trabalho, João Goulart, dará um aumento de 100% ao mínimo, despertando a ira da classe patronal). No Primeiro de Maio daquele fatídico ano de 1954, o salário mínimo era descongelado, para horror das associações patronais. Abriu-se aí a crise cujo desfecho será um tiro solitário num dos salões do Palácio do Catete, em agosto de 1954.

2. 1954 contra 1964

Com um tiro no peito, Getúlio adiou em dez anos o golpe da UDN: os políticos de direita do país, cansados de perder as eleições e a escolha popular, e com calos nos dedos de tanto bater à porta dos quartéis (expressão do amigo, Marco Aurélio Garcia!), foram, enfim, atendidos. Deusse, então, o Estado Novo da UDN. Uma “santa

aliança” – quer dizer, bendita por setores conservadores da Igreja, organizada nas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” (ou seria “pela Propriedade?”) –, entre empresários, mídia e classe média (assustada com a maré montante de um jovem proletariado urbano).

Desde 1964, todos se reuniram em torno da ditadura civil-militar (não podemos esquecer a participação, o apoio civil ao regime – os governadores eleitos do Rio, de São Paulo e de Minas Gerais eram as lideranças do golpe –, incluindo as entidades ditas “de classe”, quer dizer, patronais), ditadura que durou de 1964 até 1985.

Mesmo aí, as classes patronais ficaram insatisfeitas com os rumos da Questão Social: os sindicatos dos trabalhadores estavam amordaçados, suas direções presas, exiladas ou ainda pior... Arrocho salarial, reforma regressiva da CLT, fim da liberdade de expressão etc. eram as marcas do novo regime. Mas, após o surto liberal – Roberto Campos, ex-embaixador nos EUA, assumiu o Ministério do Planejamento e, em nome do combate à inflação, reduziu drasticamente os direitos dos trabalhadores! –, os próprios militares foram tomados de uma febre nacionalista e desenvolvimentista.

Malgrado a repressão, brutal entre 1969 e 1978, anos de chumbo, anos de terror (em que mais uma vez os civis tiveram um papel central, como na Operação Oban), vários setores da ação do Estado foram fortalecidos e alguns programas sociais foram montados, tais como o Estatuto da Terra (1964) e o Funrural (1967). Tratava-se, é claro, de medidas preventivas, a fim de esvaziar o movimento social, e não de atendê-lo. Contudo, mesmo isso, migalhas da mesa do “milagre brasileiro”, era demais para as “classes patronais”.

3. Democratização e imobilismo

Pegando carona de forma imoral, visto que só eles lucravam com a ditadura, esses mesmos setores embarcaram na luta pela democratização. Inscreveram, aí, ao lado das exigências básicas da população, enorme lista de ações que deveriam reduzir o Estado, transformá-lo em Estado mínimo. Acusavam os militares de “estatismo”. Eram dados os exemplos de Thatcher ou Reagan, os teóricos da chamada Escola de Chicago, *the Chicago's boys*, para “consertar” o país. Um país que nunca dera escola às suas crianças, onde a fome batia à porta de milhões (salve, salve, Beti-

nho!), onde faltava água limpa e esgoto corrente, deveria ter seu Estado reduzido ao mínimo.

As exigências (neo)liberais, em tal contexto, assemelham-se, nos países pobres, ao genocídio puro e simples. O Consenso de Washington seria, em verdade, economizar em escolas, em merenda escolar, em estradas, em hospitais para, enfim, pagarmos a dívida sem risco para os fundos de pensões norte-americanos e europeus. Nossa elite aplaudiu. Aplaudiu a maior transferência de renda regressiva da história, canalizando o fruto do trabalho dos povos do hemisfério sul para as economias centrais do capitalismo.

Contudo, o projeto de modernização autoritária e regressiva faliu. Deu-se a crise do petróleo. A crise da dívida externa. A crise dos preços das *commodities* – da reinteiração da condição colonial. O movimento social, autônomo desde as greves do ABC, em 1980, fortemente ancorado numa opinião pública exigente e crítica, banuiu, em um final melancólico, o regime autoritário.

4. Esperanças e frustrações

A redemocratização trouxe grandes esperanças. Principalmente a ideia generosa de que os direitos cívicos já não se resumiam em votar e ser votado, em poder exprimir sua crítica presa na garganta, em gritar o grito daqueles desde sempre sem voz. A redemocratização do Brasil – bem como de toda a América do Sul –, no início dos anos 80 do século XX, exigia os direitos cívicos básicos e muito mais. Cidadania era, então, um conceito expandido, alargado, para abranger educação, saúde, moradia, transporte e, mais além, igualdade social, racial, de gênero e de orientação sexual.

Contudo, desde a reunião da Assembleia Nacional Constituinte, a direita tradicional e a nova direita liberal uniram-se, no chamado “Centrão”, para paralisar as reformas necessárias. E aí vivemos anos seguidos de incompetência – governos Sarney, Collor e Itamar – somados aos anos de reformas regressivas, na era FHC. Esta se inicia, no próprio discurso de posse do presidente, com a promessa de encerrar a “Era Vargas”. Ora, o que seria a “Era Vargas”? Tratava-se, em verdade, de impor o Estado mínimo, aceitar a captura do Estado pelos interesses privados, acobertados pela instituição de agências reguladoras, assim como a ameaça de um Banco Central dito “independente” (mas constituído de personagens saídos e chegados

da grande banca) e a total ausência de qualquer política pública de desenvolvimento, emprego ou trabalho. Aceitar o fundamentalismo monetário, o medo/pânico de destruir uma arquitetura de controle da inflação tão frágil, que qualquer solavanco de crescimento do PIB poderia derrubá-la – o Plano Real. Era como o médico que, para extinguir a febre, mata o paciente. Acreditava-se que o país, para controlar a inflação, não poderia crescer. Inflação ou crescimento: esse era o falso dilema do liberalismo.

5. Rompendo com o passado

A vitória do Partido dos Trabalhadores veio exatamente romper, como no caso do nó górdio, o dilema. A questão é: como crescer, como erradicar a desigualdade social, sem inflação? O papel do Estado como condutor do processo, a criação de políticas corretivas das desigualdades sociais e regionais, olhar o povo como cidadão, e não como mão de obra fácil e disponível, eis a resposta proposta desde 2003. Tudo isso recusando o autoritarismo e o paternalismo. Não se tratava de “encerrar a Era Vargas”. Tratava-se de ir mais além!

Os resultados estão aí, brotando do fundo da sociedade brasileira: entre 2003 e 2005, 27 milhões de pessoas mudaram de patamar social no Brasil, ascendendo para uma condição social superior, mais digna e mais humana. São novos consumidores, que exigem ter seus direitos sociais expandidos: “... os anos 2000 permitiram ao [novo] consumidor não só comprar, mas escolher o produto com que mais se identifica” (*O Globo*, 7/2/2010). Também a desigualdade regional foi atacada e recuou nos últimos cinco anos: segundo Marcelo Néri, o Nordeste – aquele mesmo Nordeste de personagens como Baleia, de Graciliano Ramos, ou do “lobisomem amarelo” (o homem atingido pelas doenças), de José Lins do Rego – cresceu a um ritmo “chinês”, atingindo 7,7% ao ano.

Em suma: vivemos num país melhor, mais justo e menos desigual.

* Francisco Carlos Teixeira da Silva, professor da UFRJ, é autor, com Maria Yedda Linhares, de *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*.

Nota:

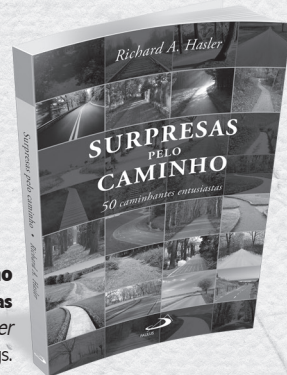
1. Texto inicialmente publicado no site Carta Maior: www.cartamaior.com.br, em sistema de *copyleft*. Esse site publica artigos sobre política, economia, cultura, sociedade... É uma boa opção de informação e formação.

*Passeie com segurança
pelo caminho que Deus
lhe reservou!*



Caminhos de existência
J. B. Libanio
192 págs.

Ciente de que a vida humana transita por muitos e complexos caminhos, propondo-nos ilimitados modos de existir, o autor tem como objetivo ajudar o leitor a repensar a si mesmo. Não são propostas de caminhos-modelos a serem percorridos, mas sim sugestões para que as pessoas orientem melhor suas vidas.



Surpresas pelo caminho
50 caminhantes entusiastas
Richard A. Hasler
256 págs.

Obra que reúne a história de vida de 50 personalidades famosas e criativas, entre médicos, poetas, professores e peregrinos, que descobriram, nas suas caminhadas, possibilidades de transformação pessoal.

Vendas: (11) 3789-4000

SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



A REVOLUÇÃO DO EDUCAR

Marcelo Barros*

Na América Latina, surge um processo social e político novo. Em vários países, como Venezuela, Equador e Bolívia, o povo vota em novas constituições mais cidadãs e democráticas; ao mesmo tempo, pela primeira vez, no continente inteiro, povos indígenas se reorganizam e se unem em torno de suas necessidades básicas e do fortalecimento de suas línguas e culturas. Tal processo ocorre em meio a muitas contradições e dificuldades. Não poderia ser de outro modo, já que essas mudanças sociais e políticas têm ocorrido não por meios violentos de conquista do poder político, mas por eleições democráticas, ocorridas de acordo com costumes e condicionamentos que vêm de séculos. Obstáculos como o do recente golpe de Estado contra o presidente e o povo de Honduras têm sido como que um alerta para muitos outros países. Embora pareça superada a época em que golpes militares eram moda no continente, há militares que querem deixar claro que essa hipótese não pode ser totalmente descartada.

Em meio a toda essa fragilidade, uma convicção comum é que nenhum país conseguirá avançar em justiça e igualdade social sem dar prioridade à educação. Não por acaso, a Venezuela, há poucos anos campeã de analfabetismo, recebeu da Unesco e da ONU o reconhecimento de que alcançou a taxa de analfabetismo zero entre os habitantes jovens e adultos. Também o governo de Evo Morales, na Bolívia, consagrou o ano de 2008 e 2009 como o tempo da cruzada da alfabetização em massa. No interior de Valle Grande, há 41 anos, o comandante revolucionário Che Guevara conduzia um grupo de combatentes internacionais para dar a vida em favor da

transformação das condições sociais e políticas na Bolívia. Ele começou o seu trabalho procurando educar os filhos dos lavradores, atendendo, como médico, aos muitos casos de doença e garantindo aos nativos uma noção básica de higiene. Mas, apesar de ter se dedicado a esse trabalho em prol do povo, não foi compreendido pelos lavradores apavorados com o terror do comunismo e ameaçados pelo exército boliviano, então fortemente repressor. O comandante e seu pequeno contingente de militantes foram traídos por camponeses assustados. Hoje, quem viaja por aquelas paragens encontra os mesmos lavradores organizados em grupos de base e lendo suas vidas com maior autonomia e compreensão do mundo. No Equador, embora o governo compreenda que somente a educação não provocará nenhum milagre de transformação da realidade, se não se faz justiça social, sabe também que nenhuma mudança profunda será possível sem passar pela educação de base, pela alfabetização de adultos e pela democratização do ensino e da universidade.

No Brasil, é preciso ter consciência de que estamos atrasados. As elites brasileiras nunca se incomodaram em democratizar a educação. Ainda gememos sob a taxa de 15% a 16% de analfabetos adultos ou pessoas que começaram a ser alfabetizadas e deixaram o curso sem conseguir ainda ler as suas vidas e dizer sua realidade. Além disso, o índice de jovens que abandonam a escola no ensino fundamental e no nível médio ainda é muito alto. E as universidades continuam a ser ilhas sem pontes nem barcos que as liguem às ruas do país real e à vida do povo ao qual deveriam servir.

Enquanto a Colômbia, o Peru, a Bolívia e o Paraguai têm boas universidades desde o século XVI, o Brasil veio a abrigar um curso universitário somente no século XIX (em Olinda). Mas, como disse o filósofo Mário Sérgio Cortella, “a primeira universidade de fato é a de São Paulo, que foi fundada em 1934. O próprio Ministério da Educação só existe a partir de 1930” (*Revista Fórum*, junho de 2009, p. 8).

No momento atual, o governo brasileiro está fazendo um bom trabalho no que diz respeito à educação, e, apesar das contradições entre teoria e prática e dos obstáculos que ainda se interpõem entre elas, esperamos que a educação seja cada vez mais democratizada e acessível a todos. O Ministério da Educação tem feito um trabalho excelente e prepara a 1ª Conferência Nacional de Educação para 2010. Os eixos fundamentais do trabalho são a democratização do ensino de qualidade, a competência na gestão das escolas e do ensino e a inclusão social dos mais pobres em todos os níveis de escolaridade.

Esse caminho novo e democrático da educação é uma opção pelas crianças que têm maior dificuldade, e não pelas que já merecem notas melhores. Trata-se de estimular os professores a optar pelos pequenos e fracos, e não pelos estudantes mais capazes, assim como o Estado não deve bonificar ou pagar a mais professores que conseguem melhores notas para suas classes. Não se trata de um campeonato de excelências, nem de concurso de “meritocracia”, e sim de educadores que se dedicam ao mais frágil da corrente e sabem que os problemas são mais complexos do que apenas um sistema de notas e conceitos.

Para quem tem fé e busca viver uma espiritualidade ecumênica, a educação é a tarefa que mais nos aproxima dos grandes líderes espirituais da humanidade. Todos foram educadores e, de certo modo, optaram pelos últimos. Jesus Cristo, por exemplo, disse sempre: “Não são os que têm saúde que precisam de médico, e sim os doentes. Vão e aprendam o que significa a palavra de Deus: ‘Eu quero a misericórdia e não o sacrifício’. Assim também, eu não vim chamar os justos, mas sim os pecadores” (Mt 9,12-13).

* Monge beneditino e escritor.

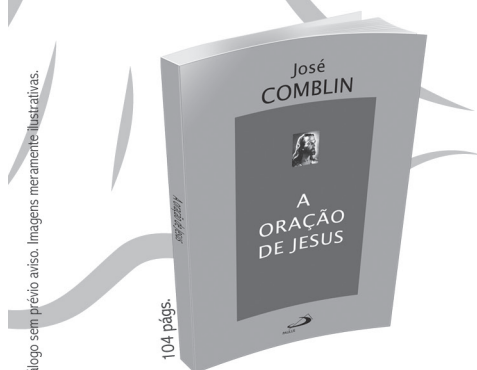
Abra-se à ação transformadora da oração!



Ao sopro do espírito Oração e ação

Frei Maria-Eugênio do Menino Jesus, ocd.

O livro propõe nos ensinar, a partir da experiência do autor, os caminhos da oração silenciosa, que abre à ação transformadora do Espírito. Uma oportunidade única para o fiel viver plenamente a graça batismal.



A oração de Jesus José Comblin

A obra mostra vários aspectos da oração de Jesus Cristo e ajuda os fiéis a refletirem sobre a oração, que consiste em aceitar, com confiança, algo humanamente incompreensível. É uma entrega ao Pai para que ele realize o seu desígnio.

Vendas: (11) 3789-4000

SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



Criação PAULUS / A PAULUS se reserva o direito de alterar ou retirar o produto do catálogo sem prévio aviso. Imagens meramente ilustrativas.

TRIBUTAÇÃO, DEMOCRACIA E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA NO BRASIL¹

Hideyo Saito*

Pesquisa recentemente divulgada pela imprensa indicou que a elevada carga tributária no Brasil é considerada, pelo eleitor de baixa renda, como o maior obstáculo para que ele possa consumir mais. Segundo matéria de *O Estado de S. Paulo*, 67% de entrevistados desse universo, com renda familiar de até R\$ 465, “dizem preferir um presidente que reduza os impostos dos alimentos para que se compre comida mais barata a um que aumente o Bolsa Família”.² Ainda de acordo com o jornal, esses entrevistados concordam que o “melhor para a população pobre é que o governo reduza impostos e tenha menos funcionários, com isso o preço dos produtos cai”.

O enfoque reafirma o tratamento costumeiramente dado pela mídia a esse tema, sintetizado na insistente denúncia de que a carga tributária suportada pelos brasileiros em geral é excessiva. Já a ideia de que é melhor pagar menos imposto, mesmo à custa de enxugar o setor público e reduzir despesas sociais, parece reviver a mais autêntica cartilha neoliberal. O problema é que a pesquisa não submeteu aos entrevistados as hipóteses mais evidentes, que coincidentemente são o verdadeiro “x” da questão.

1. Carga elevada para pobre

A carga tributária brasileira é, de fato, excessiva para a população mais pobre. Recente estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), intitulado “Pobreza, desigualdade e políticas públicas”, concluiu que o sistema tributário brasileiro é um dos maiores obstáculos ao fim da miséria no país.³ De acordo com o levantamento, quem ganha até dois salários mínimos (R\$ 1.020) compromete 48,9% de sua receita com impostos,

enquanto os que recebem mais de 30 mínimos (R\$ 15.300) sofrem uma carga de apenas 26,3%. Para o Ipea, a carga das pessoas que estão na base da pirâmide teria de cair cerca de 86% para se igualar à das camadas do topo.

Um estudo divulgado em julho de 2009 pela Receita Federal (“Carga tributária no Brasil 2008 – análise por tributo e bases de incidência”)⁴ havia chegado às mesmas conclusões. Revelou que os tributos representaram 35,8% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2008, uma proporção nem tão alta assim, como sustenta a campanha a que nos referimos no início deste artigo. Comparada com a de 28 países-membros da OCDE (dados de 2007), a carga brasileira ocupava apenas o 20º lugar.

O problema real no Brasil, como apontado pelo Ipea, é que a tributação de bens e serviços representa 48,44% do total da carga, enquanto os impostos sobre a renda e o patrimônio correspondem a somente 23,63% (destes, os tributos sobre o patrimônio chegam a 3,18%). A exagerada importância dos primeiros, chamados de impostos indiretos, em detrimento dos últimos, os impostos diretos, faz com que o sistema tributário brasileiro seja marcadamente regressivo, isto é, atinja proporcionalmente mais aos pobres, ao contrário do que acontece nos países desenvolvidos.

2. Paraíso fiscal para o capital e o patrimônio

Enquanto a tributação sobre a renda corresponde a 19% da carga tributária total no Brasil, a média nos países da OCDE chega a 35,7% (ou seja, 88% maior). A arrecadação sobre a propriedade, que no Brasil equivale a 3% da receita total, chega à média de 5,7% na OCDE (90% a

mais). Em contrapartida, os tributos sobre bens e serviços, que representam 48% do total no Brasil, mal alcançam 31,5% naqueles países (menos de dois terços). Estes últimos tributos, que podem ser exemplificados pelo IPI e pelo ICMS, são embutidos no preço das mercadorias. Como as pessoas mais pobres comprometem a maior parte – se não a totalidade – de sua renda no consumo, acabam pagando proporcionalmente mais imposto do que aqueles que têm folga no orçamento. Isto é, quanto mais pobre, mais imposto; quanto mais rico, menos imposto.

Mesmo um estudo de 2003 do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), cujos levantamentos posteriores passaram a ser usados nas campanhas conservadoras já citadas, não escapou de conclusão semelhante à da Receita Federal.⁵ Tanto que, ao divulgar os resultados, o diretor da entidade, Gilberto Luiz do Amaral, reconheceu: “Aqueles que sobrevivem do seu trabalho sofrem uma tributação de Primeiro Mundo. Já os que sobrevivem do capital e do patrimônio estão sujeitos a uma carga tributária de paraíso fiscal. Por isso, em nosso país é melhor especular do que produzir ou trabalhar. Essa é uma das razões que explicam o pífio crescimento e a alta concentração de renda que padecemos”.

3. A primeira tentativa de mudança do governo Lula

O diretor do Ipea, Marcio Pochman, falando sobre o estudo da entidade, sintetizou a situação com as seguintes palavras: “Está em andamento no país um programa de distribuição de renda, mas faltam os de redistribuição da riqueza, entre os quais um sistema tributário progressivo”. A agenda transformadora, contudo, enfrenta poderosos inimigos no país. Um dos dois primeiros projetos enviados ao Congresso Nacional pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no início de 2003 – a proposta da Emenda Constitucional nº 42/2003 –, tratava, precisamente, do sistema tributário. Entre outras medidas, a proposta previa a inclusão, na Constituição Federal, do princípio da progressividade dos tributos sobre o patrimônio: Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), Im-

posto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) e Imposto Territorial Rural (ITR).

O projeto suprimia ainda a exigência de lei complementar para a instituição do Imposto sobre Grandes Fortunas. Pretendia, finalmente, deixar explícita a incidência de IPVA sobre embarcações (iates, veleiros) e aeronaves (helicópteros e aviões particulares em geral, dos quais o Brasil é detentor da segunda maior frota mundial). A cobrança sobre essas espécies de veículos automotores sempre enfrentou forte reação, resultando em uma situação que escancara o real caráter do sistema tributário vigente: propriedades como carros são tributadas pelo IPVA, enquanto jatos e iates particulares, exclusividade das camadas mais privilegiadas, ficam a salvo de sua incidência. Não foi diferente nessa primeira tentativa do governo Lula de mexer nesse vespeiro: rigorosamente, todas as propostas de alteração dos impostos diretos foram derrubadas pelos setores conservadores (PSDB e DEM, notadamente) ainda nas comissões temáticas, nem chegando ao plenário da Câmara dos Deputados. As também anunciadas alterações das alíquotas de outro tributo direto, o Imposto de Renda, para torná-lo mais progressivo, nem chegaram a ser apresentadas pelo governo após essa contundente reação conservadora.

O mesmo destino teve o projeto de lei que instituiria a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinave), enviada ao Congresso no segundo semestre de 2004. Além de seu conteúdo regulador, ele embutia um tributo sobre o faturamento publicitário das empresas de telecomunicações (rádio e televisão) e sobre o das companhias distribuidoras de cinema. Nesse particular, retirava um privilégio tributário exclusivo desses setores, pois a indústria arca com a incidência do IPI, o comércio, com o ICMS, e até o setor financeiro tem o seu Imposto sobre Operações Financeiras. São tributos que recaem, de alguma forma, sobre os resultados de operações típicas de cada setor, representados pela receita publicitária, no caso do segmento de rádio e televisão.

4. Milionários declaram renda de classe média ao fisco

O comportamento das classes dominantes no Brasil, que certamente está na raiz da extre-

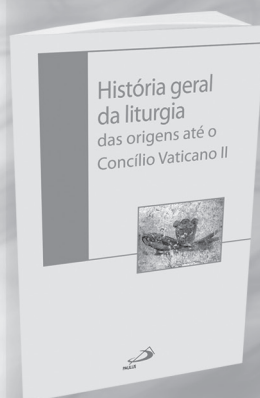
ma concentração de renda e de riqueza no país, já foi exposto sob os mais diferentes ângulos. No campo dos tributos, um estudo da Receita Federal, de 1994, revelou que 460 brasileiros, detentores de patrimônios reconhecidos que vão de US\$ 19 milhões a US\$ 764 milhões, declararam rendimentos comparáveis aos de um assalariado de classe média.⁶ O estudo denunciou: “As pessoas mais ricas do Brasil, em geral, consideram-se fora do raio de atuação da Receita Federal e chegam mesmo a desafiar acintosamente com os números apresentados nas suas declarações”.

A reação de pessoas da alta sociedade, entidades empresariais, setores da imprensa e do meio político a uma operação realizada em julho de 2005 pela Receita Federal e pela Polícia Federal no *shopping* de luxo Daslu, em São Paulo, mostrou-se perfeitamente sintonizada com esse espírito. Os proprietários do estabelecimento e seu contador foram detidos para explicar fortes indícios de um esquema de sonegação de tributos, valendo-se de falsificação de documentos, subfaturamento de importação e uso de empresas-laranja. As pessoas mencionadas repudiaram a fiscalização – e não o grave crime de sonegação imputado à empresa!⁷ De acordo ainda com a Receita Federal, os setores de maior renda recorrem ao chamado “planejamento tributário” (utilização de brechas reais ou forçadas da legislação para pagar menos imposto), à contestação judicial ou à sonegação pura e simples para fugir de suas obrigações tributárias. Tantos são os percalços, que a história da tributação no Brasil pode ser chamada, mais apropriadamente, de história das restrições ao poder de tributar.

5. O zelo pelo sigilo bancário e fiscal

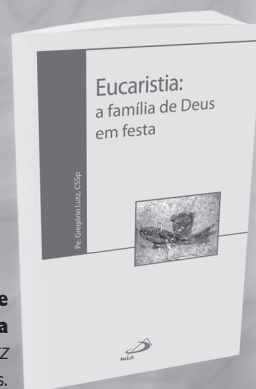
É sintomático que apenas em 2001 a Receita Federal tenha começado a poder utilizar dados obtidos graças à CPMF (Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira) para a fiscalização do Imposto de Renda.⁸ Também não surpreenderam as críticas ao então ministro da Fazenda, Antonio Palocci, quando autorizou, em novembro de 2004, o acesso da Procuradoria da Fazenda Nacional ao banco de dados da Receita Federal, com o objetivo de melhorar suas condições para cobrar a dívida ativa (imposto

Conheça mais a liturgia da Igreja e a importância da Eucaristia na vida dos cristãos.



História geral da liturgia
Das origens até o Concílio Vaticano II
Pe. Gregório Lutz (org.)
64 págs.

É difícil compreender que a liturgia da Igreja sempre foi uma realidade em evolução, jamais definitivamente acabada e pronta. Este subsídio nos mostra que, para adquirir tal convicção, é indispensável uma visão geral da história da liturgia, desde o Novo Testamento até hoje.



Eucaristia: a família de Deus em festa
Pe. Gregório Lutz
64 págs.

Aproximando o sentido da Eucaristia ao de uma verdadeira festa, momento em que as pessoas se reúnem e ouvem a Palavra de Deus, este livro traz colocações importantes feitas pelo Pe. Gregório em torno do sentido da Eucaristia.

Vendas: (11) 3789-4000

SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



não pago, cuja existência já foi admitida judicialmente ou não foi contestada pelo interessado). Tributaristas, consultores de empresas e imprensa elevaram a voz, declarando-se alarmados pela suposta quebra de sigilo que a iniciativa poderia representar. *O Estado de S. Paulo*, em editorial, chegou a evocar o romance *1984*, de George Orwell, para denunciar a “visão totalitária” que estaria por trás das concepções manifestadas no parecer oficial que fundamentou a flexibilização do segredo.⁹

A dificuldade de acesso de órgãos da fiscalização a informações tidas como sigilosas é uma das mais diretas consequências da mentalidade da classe dominante brasileira, acima esboçada. O jurista Piero Luigi Vigna, chefe da Procuradoria Nacional Antimáfia da Itália, em declaração à imprensa em setembro de 2004, foi explícito nesse sentido, ao declarar que o Brasil está na contramão da história e perderá a guerra contra o crime organizado se não abolir a lei do sigilo bancário, que definiu como fonte de impunidade.¹⁰ Não por acaso, esse instituto foi praticamente eliminado, para efeito de fiscalização, em quase todos os países europeus, assim como nos Estados Unidos, no Japão e na Austrália. Na Alemanha, começou a vigorar em abril de 2005 a chamada Lei de Encorajamento da Honestidade Fiscal, que deu a todo órgão público de fiscalização acesso irrestrito a qualquer conta bancária, inclusive de entidades de seguro social e caixas de pensão, via internet.¹¹

A eterna gritaria dos setores dominantes contra a elevada carga tributária no Brasil tem o objetivo, sobretudo, de manter pressão permanente sobre a máquina estatal, para que ninguém se aventure a querer introduzir alterações substanciais no sistema de impostos. Da perspectiva dos setores progressistas, contudo, além de uma reforma tributária que corrija profundamente as distorções apontadas, é urgente restaurar a plena soberania do Estado nesse campo, ameaçada, por um lado, pela falência dos instrumentos e formas de ação dos órgãos de fiscalização e, por outro, pela ousadia e sofisticação cada vez maior da sonegação organizada. É uma tarefa que a Receita Federal e outros órgãos de fiscalização já começaram a assumir, mas que só poderá ter consequência maior com a mobilização social em torno do

assunto. Só assim será possível assegurar a existência de uma política tributária imune aos interesses excludentes das camadas mais ricas da sociedade, passo necessário para a execução de um verdadeiro programa de redistribuição da riqueza no país.

* Hideyo Saito é jornalista.

Notas:

1. Fonte: www.cartamaior.com.br, direitos autorais em *copyleft*.
2. DUALIBI, Julia. Eleitor pobre quer corte de tributos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24 jan. 2010. O levantamento, realizado pelo Instituto Análise em 2009, ouviu mensalmente mil pessoas, abrangendo 70 cidades de todo o país, incluindo nove regiões metropolitanas. Solicitamos à empresa acesso à íntegra do trabalho, mas não obtivemos resposta.
3. CABRAL, Marcelo. Peso dos impostos ameaça queda nos índices de pobreza. *Brasil Econômico*, 13 jan. 2010; “Carga tributária para pobres tem que cair 86% para se igualar aos mais ricos”, diz Ipea. *Folha Online*, 12 jan. 2010. A pesquisa do Ipea foi feita com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2003.
4. A íntegra do estudo pode ser obtida no endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/esttributarios/estatisticas/CargaTributariaBR2008.htm>.
5. A pesquisa “Radiografia da tributação no Brasil” baseou-se em números de 2002 da arrecadação de impostos dos três níveis de governo, mais a receita da Seguridade Social. O IBPT é uma entidade privada que promove estudos e eventos com o objetivo de apoiar os contribuintes. As declarações foram retiradas das seguintes fontes: PAZ, Alessandra. Estudo questiona divisão da tributação. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 12 mar. 2003; NEGRÃO, Priscilla. Impostos engolem 47% do faturamento. *DCI*, São Paulo, 14 mar. 2003.
6. RECEITA FEDERAL DO BRASIL. *Evasão fiscal dos grandes contribuintes e Programa de Grandes Fortunas*. Coordenação do Sistema de Arrecadação. Brasília, 1993 e 1994.
7. No artigo “As elites e a sonegação”, publicado pela *Folha de S. Paulo* de 31 mar. 2005, o economista José Alexandre Scheinkman comentou esse fato com propriedade.
8. Eis por que os empresários não queriam saber desse imposto, mesmo com alíquota baixa.
9. SEABRA, Catia. Palocci autoriza acesso a bases da Receita. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 nov. 2004; DITADURA fiscal. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, editorial, 12 dez. 2004.
10. JURISTA italiano sugere fim do sigilo bancário. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1. set. 2004; SIGILO bancário. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, editorial, 5 set. 2004.
11. MOREIRA, Assis. País diminui o sigilo bancário. *Valor Econômico*, São Paulo, 1. abr. 2005.

INCOMPREENSÕES EM TORNO DO BOLSA FAMÍLIA¹

Luis Nassif*

Há enormes incompreensões que ainda remanescem em relação ao Bolsa Família. A maior delas é em torno de uma dicotomia inexistente: em vez de dar esmola, o Estado deveria dar emprego. Primeiro, não são políticas excludentes. Dá-se a base de sustentação mínima e oferece-se emprego. Segundo, políticas de desenvolvimento – e de aumento de emprego – são inócuas sobre a base da pirâmide, se não vierem acompanhadas de políticas de inclusão.

Numa ponta, tem-se a questão regional, os bolsões de pobreza. Essas regiões não se desenvolvem porque não têm consumo; não tendo consumo, não atraem empresas; não atraindo empresas, não geram empregos. Esse círculo vicioso está sendo rompido nas regiões mais pobres graças ao Bolsa Família e à Previdência Social. Criaram-se as bases para um consumo popular que estimulou empresas a investir no atendimento à nova demanda. Em muitos lugares, o passo seguinte já foi dado, de instalação de empresas para atender à região.

Os valores da bolsa e da aposentadoria são irrisórios, mas permitiram uma estabilidade de ganhos. O que caracteriza a renda dos muito pobres, além do pequeno valor, é a inconstância do recebimento. Como não estão no mercado formal, dependem de bicos. Essa instabilidade impedia qualquer forma de comprometimento de renda com crédito. O Bolsa Família e a melhora nos benefícios da Previdência forneceram esse colchão mínimo. Com isso, a baixa renda pode ir às compras – a maior parte dos gastos, aliás, em alimentos e produtos de limpeza, mas parte em bens de consumo duráveis.

O segundo ponto é a inclusão dos miseráveis no mercado de trabalho. Também aí há uma

incompreensão do que seja a miséria absoluta. E reflete a visão preconceituosa de que a miséria é fruto da vagabundagem. A miséria absoluta é uma questão cultural. O sujeito vive na miséria porque aprendeu a viver apenas na miséria. Não tem noção do que seja sair da miséria. Aceita a condição como se fosse uma inevitabilidade.

O Bolsa investe em portas de saída do programa. A parceria com a CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) mostra isso. Mas não se esperem resultados auspiciosos com os miseráveis. O máximo que se conseguirá, apertando as condicionalidades de colocar os filhos na escola, será salvar dessa tragédia a geração dos filhos. Portanto, espere-se do Bolsa Família o que ele pode dar: impedir a fome (só isso já seria suficiente para legitimá-lo); impedir a desagregação familiar; estimular a matrícula das crianças na escola.

A consolidação final do Bolsa Família será transformá-lo em um ativo do Estado, do atual estágio da civilização brasileira, e não um feito pessoal do governo Lula. Caso contrário, se entrar outro partido no poder, a tentação será “refundar” o Brasil. Essa é a verdadeira tragédia brasileira, praticada por todos os partidos, independentemente de escolaridade.

* Jornalista, introdutor do jornalismo de serviços e do jornalismo eletrônico no país. Vencedor do Prêmio de Melhor Jornalista de Economia da Imprensa Escrita do site *Comunique-se* em 2003, 2005 e 2008, em eleição direta da categoria. Prêmio iBest de Melhor Blog de Política, em eleição popular, e da Academia iBest. Site: <http://colunistas.ig.com.br/luisnassif/>.

Nota:

1. Texto reproduzido com autorização do autor. <<http://colunistas.ig.com.br/luisnassif/>>.

GRANDE MÍDIA vs. NOVA MÍDIA NA POLÍTICA BRASILEIRA

Venício A. de Lima*

Estudiosos sustentam que a crise política de 2005 e as eleições presidenciais de 2006 marcam uma ruptura na relação histórica entre a “grande mídia” e as eleições no Brasil.

De fato, apesar de uma unânime narrativa adversa por parte da grande mídia e do chamado “escândalo do Mensalão”, o presidente Lula e seu governo mantiveram altos índices médios de aprovação popular. Ademais, os resultados que deram a vitória ao candidato Lula nas eleições de 2006 não foram previstos e eram considerados improváveis pela quase unanimidade dos colunistas da “grande mídia”. Houve um relativo consenso de que Lula não era o “preferido” pelos principais grupos de mídia. Tanto que, nas comemorações populares após a divulgação do resultado final, surgiram faixas nas ruas com os dizeres: “O povo venceu a mídia” (cf. Lima, 2007).

A ser verdadeiro o argumento da “ruptura”, quais teriam sido os fatores novos que reduziram o poder da “grande mídia” de influir decisivamente nos resultados eleitorais?

Este texto é não só uma tentativa de responder preliminarmente a essa questão, como constitui um esforço de reavaliar “teses”¹ sobre as relações entre a mídia e a política no Brasil que têm sido por nós apresentadas nos últimos sete anos.² Trata-se de confrontar as antigas “teses” com o extraordinário avanço das tecnologias de comunicação e informação (TICs) – a “nova mídia” –, sobretudo a internet e suas inúmeras potencialidades.

1. Grande mídia vs. nova mídia

No seu *Mídias sem limite* (2003), o pesquisador Todd Gitlin usa inteligente parábola

para explicar o caráter abrangente da mídia. Reproduzo:

Um fiscal de alfândega observa um caminhão aproximar-se da fronteira. Desconfiado, manda o motorista descer e revista o veículo. Retira painéis, para-choques e estepe, mas não encontra nem traço de contrabando. E assim, ainda desconfiado, mas sem saber onde procurar mais, manda o motorista embora. Na semana seguinte, o mesmo motorista aparece. Novamente o fiscal revista tudo e, novamente, não encontra nada ilícito. Os anos passam, o fiscal experimenta revistar o próprio motorista, tenta raios X, sonar, tudo em que consegue pensar, e toda semana o mesmo homem vem, mas nenhuma carga misteriosa jamais aparece, e todas as vezes, relutante, o fiscal manda o homem embora. Finalmente, depois de muitos anos, o fiscal vai se aposentar. O motorista chega.

– Sei que v. é contrabandista – diz o fiscal. – Nem adianta negar. Mas não consigo imaginar o que v. contrabandeou esses anos todos. Estou quase me aposentando. Juro que não vou prejudicar você. Por favor, me conte o que você está contrabandeando.

– Caminhões – diz o motorista.

A expressão *grande mídia* – *media* (mídia), plural latino de *medium* – será entendida aqui como o conjunto das instituições que utilizam tecnologias específicas para “intermediar” a comunicação humana. Vale dizer que a grande mídia implica sempre a existência de uma instituição e de um aparato tecnológico. Esse é um tipo específico de comunicação, realizado por meio de instituições que aparecem tardia-

mente na história da humanidade e constituem um dos importantes símbolos da modernidade. Duas características da comunicação da grande mídia são a sua unidirecionalidade e a produção centralizada, integrada e padronizada de seus conteúdos.

Já a expressão *nova mídia* servirá para designar a comunicação realizada por meio da rede mundial de computadores, isto é, da internet. Ao contrário da grande mídia, a nova mídia possibilita a interação *on-line* entre emissor e receptor por meio de computadores pessoais fixos e/ou móveis (celulares, *laptops*, *notebooks* etc.).³

2. Política

A política, por outro lado, em sua origem clássica, derivada da palavra grega *polis*, significa “tudo que diz respeito à cidade, o que é urbano, civil, público”. Historicamente, a ideia de política está associada ao exercício do poder na relação tanto entre soberano e súditos como entre governantes e governados e entre autoridade e obediência.

Queremos salientar aqui, todavia, o conceito de política associado à ideia de público. Para justificar essa escolha, vamos nos valer de um precioso artigo de Norberto Bobbio (1992), “A democracia e o poder invisível”, publicado ainda em 1980. Bobbio nos introduz no espaço conceitual da democracia como “governo do poder visível” ou como “governo do poder público em público”, em oposição ao poder autocrático.

É preciso lembrar que há dois significados básicos para a palavra público. No primeiro, em oposição ao que é privado, público refere-se à coisa pública, ao Estado; no segundo, em oposição ao que é secreto, público refere-se ao que é manifesto, evidente, visível. Pode-se dizer, portanto, que a democracia é – em tese – o regime do poder visível da coisa pública. Dessa forma, a política, nas democracias, seria a atividade pública (visível) relativa às coisas públicas (do Estado).

Neste texto, é assim que a política será entendida, como atividade eminentemente pública e visível nas democracias.

Explicitados os conceitos com os quais vamos trabalhar, podemos passar agora à apresentação de nossas teses.

3. Teses

PRIMEIRA: a grande mídia ocupa uma posição de centralidade nas sociedades contemporâneas, permeando diferentes processos e esferas da atividade humana, particularmente a esfera da política.

A noção de centralidade tem sido aplicada nas Ciências Sociais igualmente a pessoas, instituições e ideias-valores. Ela implica a existência de seu oposto, vale dizer, o periférico, o marginal, o excluído, mas, ao mesmo tempo, admite gradações de proximidade e afastamento. Pessoas, instituições e ideias-valores podem ser mais ou menos centrais.

Um pressuposto para falar na centralidade da grande mídia (sobretudo a eletrônica) nas sociedades é a existência de um sistema nacional (*network*) consolidado de telecomunicações. Até relativamente pouco tempo, cerca de 40 anos, o Brasil não dispunha de uma mídia de alcance nacional.

Do ponto de vista político, o papel central da grande mídia, sobretudo da eletrônica, particularmente a televisão, foi inicialmente reconhecido pelo Estado autoritário. Foram os militares e seus aliados civis que – por razões de segurança nacional, em primeiro lugar, e de mercado, em segundo – criaram as condições de infraestrutura física indispensáveis à consolidação de uma mídia *nacional*.

O papel mais importante desempenhado pela grande mídia decorre do seu poder de longo prazo na *construção da realidade* por meio da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana – das etnias (branco/negro), dos gêneros (masculino/feminino), das gerações (novo/velho), da estética (feio/bonito) etc. – e, particularmente, da política e dos políticos. É sobretudo por meio da grande mídia – em sua centralidade – que a política é construída simbolicamente, adquire um significado.⁴

*SEGUNDA: não há política nacional sem grande mídia.*⁵

A política, nos regimes democráticos, é (ou deveria ser) uma atividade eminentemente pública e visível. É a grande mídia – e somente ela – que tem o poder de definir o que é público no mundo contemporâneo.

Na verdade, a própria ideia do que constitui um “evento público” se transforma a partir da existência da grande mídia. Antes de seu desenvolvimento, um “evento público” implicava compartilhamento de um lugar (espaço) comum; copresença; visão, audição, aparência visual, palavra falada; diálogo. Depois do desenvolvimento da grande mídia, um evento, para ser “evento público”, não está limitado à partilha de um lugar comum. O “público” pode estar distante no tempo e no espaço. Dessa forma, a grande mídia suplementa a forma tradicional de constituição do “público”, mas também a estende, transforma e substitui.

Essa nova situação provoca consequências imediatas tanto para quem deseja ser político profissional quanto para a prática da política. Isso porque (a) os atores políticos têm de disputar visibilidade na grande mídia e (b) os diferentes campos políticos têm de disputar visibilidade favorável de seu ponto de vista.

*TERCEIRA: a grande mídia está exercendo várias das funções tradicionais atribuídas aos partidos políticos.*⁶

No Brasil, embora a crise dos partidos seja permanente tema de controvérsias, existe razoável consenso sobre a histórica inexistência de uma tradição partidária consolidada. Torna-se, assim, mais fácil o exercício, por parte da grande mídia, de algumas das tradicionais funções atribuídas aos partidos, por exemplo:

- construção da agenda pública (agendamento);
- gerar e transmitir informações políticas;
- fiscalizar as ações de governo;
- exercer a crítica das políticas públicas;
- canalizar as demandas da população.

A ocupação desse espaço institucional pela grande mídia é apontada como uma das causas da crise generalizada dos partidos em diferentes sistemas políticos. Além disso, atribui-se à preferência da grande mídia pela cobertura jornalística dos candidatos, e não dos partidos, a crescente “personalização” da política e do processo político, que estaria sendo representado como uma disputa entre pessoas (políticos) e não entre propostas políticas alternativas (partidos). Dessa forma, o espaço de atuação partidária

estaria diminuindo cada vez mais (Wattenberg, 1991, 1994).

Vale mencionar que muitas emissoras locais de televisão e de rádio – comunitárias, AM e FM – se caracterizam por exercer o papel de canalizadoras das demandas populares por meio de programas comandados por radialistas, muitos dos quais acabam se transformando em políticos profissionais e exercendo mandatos nas Câmaras de Vereadores, nas Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional, além de ocupar cargos eletivos no Poder Executivo.

QUARTA: a grande mídia alterou radicalmente as campanhas eleitorais no final do século XX. Agora elas estão sendo novamente alteradas pela nova mídia.

A comparação, ainda que simplificada, entre as condições de realização de duas eleições históricas para presidente da República – a última (1960) e a primeira (1989) que o Brasil realizou antes e depois do período autoritário – ajuda a ilustrar essa tese.

Como o candidato a presidente, de um partido ou coligação de partidos, se comunicava com os eleitores em 1960? A imprensa e o rádio eram locais e a TV apenas engatinhava. A propaganda eleitoral era garantida pelo acesso pago dos candidatos ao rádio, mediante tabela de preços igual para todos, nos 90 dias anteriores à eleição. Não havia disciplina legal para o acesso à TV, até porque, segundo as estimativas disponíveis, em 1960 existiam apenas cerca de cem mil aparelhos no Rio e em São Paulo. Os debates entre candidatos, promovidos e transmitidos pelo rádio e pela TV durante as campanhas eleitorais, ainda não eram instituídos. O *marketing* eleitoral era um conceito embrionário. O sucesso de uma campanha dependia, em boa medida, do contato direto do candidato com os eleitores. Isso era feito por meio de inúmeras e constantes viagens, visitas e comícios em centenas de cidades do país. Como o candidato dependia de suporte local nas cidades a serem visitadas, a organização e a estrutura partidárias tornavam-se de importância fundamental. Outro recurso eram as viagens e visitas de cor-religionários políticos.

Os partidos/coligações partidárias e as demais organizações políticas exerciam a função de

mediadores entre o candidato e os eleitores. Além disso, constituíam, para o eleitor, fonte primeira de informações sobre o candidato e seu programa de governo. Era por meio dessas instituições e da distribuição de cartazes, faixas, medalhas, distintivos, “santinhos” etc. que os candidatos buscavam definir a agenda da campanha e *construir* a sua imagem junto aos eleitores.

Vamos pensar a mesma questão em 1989. Como os candidatos a presidente da República se comunicaram com os eleitores? Na verdade, as condições de 1989 se alteraram de tal forma em relação às de 1960, que a vitória de Collor fez parte de ampla estratégia de *marketing* político-eleitoral, incluindo a criação – e até mesmo a alteração do nome – de um partido político. A execução dessa estratégia se iniciou muito antes da homologação final da candidatura por um partido. Embora a legislação proíba de forma expressa a utilização do espaço de divulgação dos partidos, na mídia, para fins outros que não a difusão do programa partidário, historicamente ele tem sido utilizado para teste e consolidação de eventuais candidaturas, como foi o caso na eleição de 1989.

Dessa forma, a comunicação com os eleitores se transformou inteiramente. Consultores, assessores profissionais e empresas especializadas em *marketing* eleitoral assumiram posição estratégica na definição e *formatação* das próprias mensagens dos partidos e/ou candidatos para os seus eleitores potenciais. Os custos financeiros das campanhas se tornaram astronômicos.

Os eventos políticos (convenções partidárias, comícios, debates, inaugurações, visitas, viagens, pronunciamentos públicos etc.) passaram a ser planejados como *eventos para a TV*. O contato direto foi substituído pelo contato *mediado* pela *mídia* eletrônica. O mesmo ocorreu com relação às fontes de informação dos eleitores. Pesquisas do Datafolha revelaram que 86% dos entrevistados em 1989 e 89% em 1990 tomaram conhecimento dos acontecimentos políticos por meio da TV.

A novidade em 2010 é o papel da “nova mídia”. Como já havia acontecido de forma relativamente menos acentuada nas eleições presidenciais brasileiras de 2006, a eleição de Barack Obama nos EUA, em 2008, marca a entrada definitiva da nova mídia como fator decisivo nas campanhas contemporâneas (cf. tese OITO).

Descubra o caminho que
o Pai lhe reservou e
engrandeça seu espírito.



Chamaste-me, Senhor!
Refrãos orantes vocacionais

Frei Telles Ramon do Nascimento, O. de M.; Frei Décio Pacheco Bezerra, OFMCap

O CD reúne 27 faixas que convidam o ouvinte a elevar seu pensamento a Deus, colaborando com aqueles que se dedicam à liturgia.



Qual o sentido da vocação e da missão?
José Lisboa Moreira de Oliveira

Desde o Concílio Vaticano II até os dias atuais, o tema da vocação e missão passou a fazer parte da reflexão de todos os cristãos. O autor mostra que somos portadores de uma vocação específica e nos faz enxergar a dimensão vocacional da ação evangelizadora da Igreja.

Vendas: (11) 3789-4000

SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



Criação PAULUS / A PAULUS se reserva o direito de alterar ou retirar o produto do catálogo sem prévio aviso. Imagens meramente ilustrativas.

QUINTA: a grande mídia se partidariizou e se transformou, ela própria, em importante ator político.

A partidarização da grande mídia não é, decerto, um fenômeno restrito às democracias da América Latina, como demonstra a ousada e inédita atitude do governo Barack Obama, em outubro de 2009, de enfrentar publicamente a Rede FOX e nomeá-la, com todas as letras, pelo papel que realmente vem desempenhando, isto é, o papel de um *partido político de oposição*.

Antonio Gramsci, referindo-se à imprensa italiana do início do século XX, foi quem primeiro chamou a atenção para o fato de que os jornais se transformaram nos verdadeiros partidos políticos. Muitos anos depois, Octávio Ianni chamou a grande mídia de “o príncipe eletrônico”.

No período histórico em que governos, em princípio democráticos, sobretudo na América Latina, propõem o debate ou a regulação dentro das regras do estado de direito ou enfrentam diretamente os grupos privados da grande mídia, criando alternativas estatais e públicas, o reconhecimento pelo governo dos EUA da partidarização da grande mídia significa importante precedente.

No Brasil, a imprensa declaradamente partidária e associada a bandeiras de luta política operária teve vida curta; e, por óbvio, essa nunca foi a vocação de nossa grande mídia. Ao contrário, nos países em que primeiro surgiu a imprensa partidária, esta, quando desapareceu, estava associada às lutas de afirmação histórica das classes subalternas.

Na conjuntura deste início de século XXI, a grande mídia que se partidariza certamente não expressa nem representa os interesses das classes subalternas.

SEXTA: as características históricas específicas do sistema de mídia no Brasil potencializam o seu poder no processo político.

O Brasil optou, ainda na década de 30 do século passado, pelo chamado *trusteeship model*, isto é, pela entrega do setor de radiodifusão prioritariamente à exploração comercial de empresas privadas mediante concessões da União. Somente a nova Constituição, em 1988, vai determinar a *complementaridade* entre os

sistemas privado, público e estatal (artigo 223), e mesmo assim a norma nunca foi regulamentada e não teve, ainda, qualquer eficácia.

Historicamente, o setor tem tido uma regulação que incentiva, sem restrições, o desenvolvimento da radiodifusão privada e comercial, e, nas últimas décadas, apesar de radicais mudanças tecnológicas, seu marco regulatório não foi atualizado. Na verdade, o setor permanece regido por um código do início da década de 60 do século passado (Lei 4.117 de 27/8/1962), totalmente superado.

A omissão legal fez que uma das características identificadoras da radiodifusão brasileira seja a ausência de restrições efetivas à propriedade cruzada, isto é, à possibilidade de que o mesmo grupo empresarial controle jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão, provedores de internet etc. em um mesmo mercado. Isso permitiu que a radiodifusão se estabelecesse oligopolicamente no nosso país. Os maiores concessionários de emissoras de rádio foram os grupos que já eram proprietários de jornais. O mesmo ocorreu com as concessões de televisão.

Consolidou-se, portanto, entre nós, um sistema concentrado, liderado pela televisão e, em boa parte, controlado por grupos familiares vinculados às oligarquias políticas regionais e locais. Essas características específicas é que fazem que, no Brasil, o poder da grande mídia ganhe, potencialmente, proporções ainda maiores do que em outros sistemas políticos.

SÉTIMA: as características específicas da população brasileira historicamente potencializaram o poder da grande mídia no processo político, sobretudo no eleitoral, MAS ESSA REALIDADE ESTÁ MUDANDO RAPIDAMENTE.

Vamos destacar aqui dois aspectos fundamentais relativos às características da população brasileira: escolaridade e fontes de informação política.

a) Escolaridade

Ao analisar as eleições presidenciais de 2006, Marcos Coimbra, da Vox Populi, atribuiu às importantes mudanças nos padrões de escolaridade a primeira e mais fundamental razão para a inadequação do modelo de “formação de opiniões” que prevalecia entre nós. Ele comentou:

na nossa primeira eleição presidencial moderna, apenas 20% dos eleitores tinham mais que o primeiro grau. Hoje (2006), ultrapassam os 40%. Inversamente, a parcela com baixíssima escolaridade caiu de perto de 60% para cerca de um terço do eleitorado. Em termos absolutos, tivemos, em 2006, mais de cinquenta milhões de eleitores com, pelo menos, parte do segundo grau, com ele completo ou com acesso à educação superior, contra apenas dezoito milhões em 1989, nas mesmas condições (cf. quadro abaixo e Coimbra, 2007).

Escolaridade do Eleitorado – Brasil: 1989 e 2005

	BRASIL			
	1989		2005	
Escolaridade	Absoluto	%	Absoluto	%
Até 4ª série	48.741.633	56%	47.136.619	36%
De 5ª a 8ª série	19.837.525	23%	32.087.755	24%
Médio	11.981.801	14%	37.626.761	29%
Superior	6.052.157	7%	14.424.707	11%

Fonte: IBGE/PNAD – 1989/2005.

A grande notícia sobre a escolaridade dos eleitores no Brasil, portanto, é o seu formidável avanço nos últimos anos.

b) Fontes de informação política

O DataSenado divulgou, no dia 2/10/2009, uma pesquisa nacional (cf. relatório completo em: <www.senado.gov.br/sf/senado/centraldere-lacionamento/sepop/pdf/datasenado/Relatório-FINALdivulgação.pdf>) cujos resultados revelam que a internet (19%) já é o segundo meio de comunicação mais usado pelo eleitor brasileiro para informar-se sobre política, atrás apenas da TV (67%). Jornais e revistas aparecem em terceiro lugar, com 11%, e o rádio é preferido por apenas 4% dos entrevistados. Além disso, quase metade dos eleitores (46%) acredita que a principal vantagem da internet nas eleições será a troca de informações e ideias. A possibilidade de facilitar a comunicação entre candidatos e eleitores aparece em segundo lugar, com 28%. Os entrevistados que disseram usar a internet diariamente somaram 58%; 78% acessam sites de notícias e 53% participam de alguma rede social, como Orkut ou Twitter.

Por outro lado, Marcos Coimbra, em artigo publicado no dia 4/10/2009, divulgou pesquisa da Vox Populi, também realizada em setembro nas oito maiores regiões metropolitanas e no Distrito Federal, segundo a qual a proporção de eleitores que usam a internet para se informar sobre política já chega a 36% (cf. <http://www2.correioweb.com.br/cbonline/politica/pri_pol_142.htm>). Informa ele:

Quase dois terços dessas pessoas se informam exclusivamente em sites de notícias e blogs jornalísticos, enquanto 7% utilizam somente as redes sociais, como Orkut, Facebook e Twitter com essa finalidade. Os 29% restantes combinam as duas possibilidades. São eleitores que acessam a rede com muita intensidade: cerca de 70% dos que procuram nela essas informações dizem que navegam “todo dia ou quase todo dia” com esse intuito.

E diz mais:

Como essas proporções [daqueles que se informam pela internet] só sobem ano a ano, é fácil perceber quão diferente vai ficando nossa sociedade política com o passar do tempo. A cada eleição, a internet aumenta de importância, como vimos já em 2008 nas eleições de muitas capitais, onde foi um elemento decisivo do processo de ascensão e queda de diversos candidatos. Em 2010, todo mundo espera que seja ainda mais relevante.

OITAVA: a nova mídia está diluindo o poder histórico da grande mídia e substituindo os “formadores de opinião” tradicionais no papel de principal construtora da opinião pública.

Primeiro, vamos considerar dados recentes sobre a penetração da internet como “nova mídia” e quem são os seus usuários no país.

Uma notícia publicada na *Folha de S. Paulo* de 10/2/2010, com o título “Internet chega a 66,3 mi de brasileiros em dezembro de 2009”, afirmava:

Dados divulgados pelo Ibope nesta quarta-feira (10/2/2010) apontam que 66,3 milhões de brasileiros tiveram acesso à internet em dezembro (de 2009). Os números foram mensurados a partir do acesso em todos os

ambientes – residências, trabalho ou locais públicos. A projeção também aponta que o brasileiro foi o que ficou mais tempo conectado, em média: 44 horas mensais. O número é superior à média dos EUA, com 40 horas, Austrália com 39 horas, França com 38 horas, Reino Unido com 37 horas, Espanha com 35 horas, Alemanha com 33 horas, Japão com 31 horas e Itália com 29 horas. A medição foi feita a partir de acesso do trabalho e de domicílios.

Por outro lado, matéria do *Valor Econômico*, sob o título “Internet entra de vez na disputa eleitoral”, publicada em 3/7/2009, comentava:

Com o barateamento dos equipamentos de informática, os computadores começaram a entrar nas periferias das grandes cidades. No ano passado (2008), pela primeira vez na história, venderam-se mais computadores do que aparelhos de televisão no Brasil. Segundo dados do IBGE compilados pelo Comitê Gestor da internet (2008), 28% dos lares brasileiros têm ao menos um PC. Aliado a isso, a expansão das populares lan houses pelos rincões do país e pelas áreas mais pobres dos centros urbanos está transformando de forma radical o perfil do internauta. Das cerca de 60 milhões de pessoas que acessaram a internet em 2008, 67% fazem parte das classes C, D e E. Cerca de 80% dessas pessoas têm renda familiar mensal de até cinco salários mínimos. De ferramenta quase exclusiva da elite nos anos 90, a internet encerra a primeira década do século tendo como usuário um indivíduo cada vez mais parecido com o brasileiro médio.

Registre-se que o crescimento da nova mídia ocorre simultaneamente a uma relativa estagnação da mídia impressa (à exceção de alguns jornais e revistas populares) e, sobretudo, dos principais jornalões da grande mídia.

Diante desses dados, é possível argumentar que, embora continue a se valer da grande mídia (sobretudo do rádio e da televisão) como fonte de informação, boa parte da população, como vimos, utiliza-se também da nova mídia (incluindo rádios comunitárias e redes sindicais, por exemplo) e, sobretudo, faz parte – direta ou indiretamente – de uma sociedade civil organi-

zada, com lideranças próprias, que conquistou condições historicamente inéditas de *mediatizar* as informações que recebe.

Desde a década de 1940, sabe-se da existência das lideranças intermediárias – os líderes de opinião. À medida que aumenta o feixe de relações sociais ao qual o cidadão comum está interligado, diminui o poder de influência que a grande mídia tem de agir diretamente sobre seus ouvintes, telespectadores e leitores e se fortalece a *mediação* exercida pelas lideranças locais. Passam, portanto, a existir cada vez mais *mediações* entre o conteúdo veiculado pela grande mídia e a forma de seu “consumo” pela maioria da população.

Do ponto de vista da influência da grande mídia e, sobretudo, dos seus “formadores de opinião”, os dados indicam que parcela importante da população (sobretudo a classe C), historicamente excluída do acesso à mídia impressa, estaria hoje em condições de multiplicar as mediações das mensagens recebidas diretamente da nova mídia e por intermédio de suas lideranças (que se utilizam intensamente da internet).

Os “formadores de opinião” tradicionais parecem estar sendo paulatinamente substituídos por “líderes de opinião” locais – líderes dos movimentos organizados da sociedade civil –, que se utilizam cada vez mais da nova mídia. Esta, apesar de suas limitações, pode oferecer uma pluralidade e uma diversidade de informações e pontos de vista que a grande mídia, com seu discurso homogêneo, não oferece. Dessa forma, mesmo o “consumidor” tradicional da mídia impressa passa a ter acesso a opiniões e contraditórios que até recentemente não estavam disponíveis. Isso lhe oferece a oportunidade de checar, direta ou indiretamente, a veracidade da informação dominante e, portanto, de tomar decisões baseadas em fontes mais plurais e diversas.

4. Conclusões provisórias

A grande mídia, por óbvio, continua relevante, mas já não tem nem de longe a importância na formação da opinião pública que a ela atribuíamos em passado recente. Nos processos eleitorais, sobretudo, essa importância deve ser totalmente reavaliada.

Ocorre-me, todavia, a famosa passagem de Gramsci (1891-1937) nos *Cadernos do cárcere*,

quando ele comenta a “crise de autoridade”. Embora, por óbvio, as circunstâncias fossem outras e seja necessária pequena adaptação no texto, penso que se aplica ao momento de transição vivido pela mídia no Brasil a ideia de que “o velho está morrendo e o novo apenas acaba de nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece”. Ele nos adverte que um dos riscos, enquanto a transição não se completa, é esquecer que o velho resiste e sobrevive e está mais ativo do que nunca em defesa de seus antigos privilégios. E essa é uma verdade que tem diferentes e matizadas dimensões.

Perder de vista essa realidade significaria não só ignorar as lições do passado, mas também adiar possíveis consequências que, tudo indica, permitirão que a maioria excluída da população participe mais ativamente do processo político brasileiro e tenhamos, afinal, uma mídia mais democratizada.

* Pesquisador sênior do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política da Universidade de Brasília - NEMP-UNB.

Bibliografia

- BOBBIO, N. *O futuro da democracia: em defesa das regras do jogo*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- COIMBRA, M. A mídia teve algum papel durante o processo eleitoral de 2006? In: LIMA, V. A. de (Org.). *A mídia nas eleições de 2006*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.
- GITLIN, T. *Mídias sem limite: como a torrente de imagens e sons domina nossas vidas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GRAMSCI, A. *Selections of the prison notebooks*. New York: International Publishers, 1971, p. 275-276.
- LIMA, V. A. de (Org.). *A mídia nas eleições de 2006*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

- _____. Os “Cenários de Representação” e a política. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: UFBA; São Paulo: Unesp, 2004a, p. 9-40.
- _____. *Mídia: teoria e política*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004b.
- RUBIM, A. A. C. Visibilidades e estratégias nas eleições presidenciais de 2002: política, mídia e cultura. In: _____. (Org.). *Eleições presidenciais em 2002 no Brasil*. São Paulo: Cult: Hacker, 2002.
- THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- WATTENBERG, M. P. *The decline of American political parties (1952-1992)*. Cambridge: Harvard University, 1994.
- _____. *The rise of candidate-centered politics*. Cambridge: Harvard University, 1991.

NOTAS:

1. Utilizo aqui a palavra tese no seu sentido etimológico, isto é, como “ato de pôr”, “proposição”.
2. O primeiro texto que apresenta essas teses é “Sete teses sobre mídia e política no Brasil”, *Revista USP - Dossiê Televisão*, n. 61, p. 48-57, mar-maio 2004, e o último, “Revisitando as sete teses sobre mídia e política no Brasil”, *Comunicação & Sociedade*, ano 30, n. 51, p. 13-37, jan./jun. 2009.
3. Essas definições, por óbvio, constituem uma simplificação.
4. As representações da realidade feitas pela grande mídia compõem os diferentes Cenários de Representação (CR) que constituem a hegemonia nas sociedades *media centric*. Sobre o conceito de CR, cf. Lima (2004a) e, especificamente sobre o Cenário de Representação da Política (CR-P), cf. Lima (2004b).
5. Valho-me aqui de reflexões anteriormente feitas por Thompson (1998) e Rubim (2002).
6. Isso não significa que os partidos políticos estejam sendo substituídos ou excluídos pela grande mídia, mas, sim, que estão sendo por ela superados em muitas de suas funções tradicionais. Registre-se também que estamos nos referindo a um aspecto diferente da “partidarização” da grande mídia, que será tratada na tese CINCO.

A revista VIDA PASTORAL pode ser solicitada pessoalmente em todas as livrarias PAULUS. Caso você more em uma cidade que não possui livraria PAULUS, envie seus dados, possivelmente acompanhados de contribuição espontânea para as despesas de envio (cheque nominal à Pia Sociedade de São Paulo) ou comprovante de depósito em uma das contas abaixo:

Banco do Brasil, agência 0646-7, c/c 5555-7
Bradesco, agência 3450-9, c/c 1139-8

Enviar para o seguinte endereço:

REVISTA VIDA PASTORAL – ASSINATURAS
Cx. Postal 2534
01060-970 – São Paulo – SP
assinaturas@paulus.com.br
(11) 3789 – 4000 fax: (11) 3789-4004.

IMPRENSA E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL: ABORDAGEM A PARTIR DE UM CASO ATUAL

Pe. Jakson Ferreira de Alencar, ssp*

Muitos pesquisadores da área de comunicação têm publicado diversos estudos que mostram abundantemente as manipulações da mídia hegemônica em relação à política e à economia. Isso interessa profundamente a ação pastoral, pois faz parte de sua missão alertar as pessoas com relação a isso e ajudá-las a ler criticamente os conteúdos e estratégias difundidas pela mídia. No presente artigo, estudamos, a partir de um caso específico, as referidas manipulações, relacionando-as com o momento atual da democracia no Brasil e com o problema da desigualdade social no país.

No entender de muitos, atualmente, a questão de classe nos estudos da comunicação é considerada como superada. Segundo Graham Murdock, aos poucos essa questão foi substituída por outras que buscavam destacar não as invariâncias, mas as singularidades entre grupos sociais em conflito. Em suas palavras:

Os rígidos contornos verticais da classe deram lugar aos horizontes abertos da diferença. É hora de inverter esta percepção e insistir que sob a praia jazem as pedras do calçamento. A classe pode ter sido abolida retoricamente em muitos textos, mas uma quantidade impressionante de evidências empíricas confirma que ela permanece como uma forma essencial para modelar a maneira como vivemos hoje.¹

Na história do Brasil, existem vários casos em que se tornou evidente a ação dos meios de comunicação para a manutenção do *status quo*. Em geral, a narrativa favorável às classes hegemônicas é uma constante na rotina do país, mas, ao longo da história, alguns casos tiveram

mais destaque, dada a importância das ocasiões em que ocorrem. Apenas para citar alguns exemplos, temos a crise que levou Getúlio Vargas ao suicídio, que teve como estopim o aumento de 100% dado ao salário mínimo, dentre outras políticas favoráveis às classes trabalhadoras de então e ao nacionalismo; o golpe militar de 64, efetivado contra demandas sociais por redistribuição de renda feito com amplo apoio da mídia; a eleição de Fernando Collor; o alinhamento com o aprofundamento do neoliberalismo no país na década de 90.

Neste artigo, abordamos essa problemática à luz de um caso específico muito concreto: a publicação, na *Folha de S. Paulo*, de uma ficha atribuída aos arquivos da ditadura militar – e depois apontada como falsa –, com crimes associados à então ministra Dilma Rousseff, e de matérias correlatas que a designavam como “terrorista”, “assaltante” e, principalmente, participante de um plano não executado de sequestro de autoridade. A maneira pela qual o jornal “construiu” e narrou esse fato tem continuidade com a maneira pela qual a imprensa hegemônica narrou o golpe militar e ajudou a legitimar e sustentar a ditadura, os quais, como veremos, foram construídos por ação de classe para assegurar o poder e evitar a distribuição de renda. A ditadura teve como pilastra o controle dos meios de comunicação, seja pela adesão voluntária destes por afinidade ideológica, seja pela censura e outros métodos. Esclarecemos, oportunamente, que a presente análise procurou não se pautar por preferências políticas pessoais nem pretende constituir um ato em favor da candidatura de Dilma Rousseff; quer, apenas, debruçar-se com considerável rigor e objetividade sobre um evento paradigmático do papel

que a imprensa brasileira tem exercido na esfera pública nos últimos anos.

Primeiro faremos a reconstituição do caso, depois breve contextualização e, por fim, uma análise dele com base em teorias da comunicação, a fim de comprovar a seguinte hipótese: a imprensa brasileira tem sido um dos mecanismos de manutenção da desigualdade social no país.

1. O caso da ficha falsa da ministra Dilma Rousseff na *Folha de S. Paulo*

Em 5 de abril de 2009, a *Folha de S. Paulo* publicou uma matéria de três páginas² e chamada no alto da primeira página sobre um suposto envolvimento da então ministra Dilma Rousseff, quando militante contra a ditadura militar, no plano para o sequestro não realizado do então ministro da Economia, Delfim Netto. Uma das fontes apresentadas pela *Folha*, publicada com destaque, foi uma ficha que, segundo o jornal, teria sido copiada dos arquivos do Deops (Departamento Estadual de Ordem Política e Social). Essa ficha depois teve sua falsidade comprovada, entre outros meios, por dois laudos, um da UnB (Universidade de Brasília) e outro da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). Nela, Dilma Rousseff é classificada como “terrorista” e “assaltante de banco”, havendo ainda o carimbo de “CAPTURADA” e o registro de outros crimes, como planejamento de assassinatos e militância.

Em entrevista, publicada junto com a ficha, a Fernanda Odilla, a mesma repórter que assinou a matéria, Dilma negou veementemente ter participado de formas de militância armada e disse nem sequer saber da existência de um plano para sequestrar Delfim Netto. No entanto, o jornal publicou, em letras garrafais, manchetes que a associavam ao caso. Os desdobramentos posteriores evidenciaram a existência de fontes insuficientes para a publicação de matéria com acusações tão graves, a não comprovação de fontes e a manipulação grosseira de outras. Publicou-se que a ficha falsa pertencia aos arquivos do Deops. Mas, no desmentido, divulgado 20 dias depois, o próprio jornal reconheceu que a ficha não era proveniente do arquivo e que a havia recebido por *e-mail*. Não informou, no entanto, quem a teria enviado.

A única outra pessoa ouvida – por telefone, assim como a ministra – foi o atual professor universitário e jornalista Antonio Espinosa, tam-

bém ex-militante contra a ditadura. Segundo a matéria, Espinosa teria afirmado ser possível que Dilma Rousseff tivesse participado dos planos para o sequestro não ocorrido de Delfim Netto. Entretanto, após a publicação da matéria, Espinosa enviou carta à *Folha* em que negou, com sólidos argumentos, ter dito isso:

*Chocou-me, portanto, a seleção arbitrária e edição de má-fé da entrevista, pois, em alguns dias e sem recursos sequer para uma entrevista pessoal (...), a repórter chegou a conclusões mais peremptórias do que a própria polícia da ditadura, amparada em torturas e num absurdo poder discricionário. Prova disso é que nenhum de nós foi incriminado por isso na época pelos oficiais militares e delegados dos famigerados Doi-Codi e Deops, e eu não fui denunciado por qualquer um dos três promotores militares das auditorias onde respondi a processos (...).*³

O professor também esclareceu na carta que a VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares) não era o “grupo da Dilma”, como informou o jornal, “mas uma organização política de resistência à infame ditadura que se alastrava em nosso país, que só era branda⁴ para quem se beneficiou dela. Em virtude de sua defesa da democracia, da *igualdade social* (grifo nosso) e do socialismo, teve dezenas de seus militantes covardemente assassinados nos porões do regime”.

A narrativa da *Folha* está em continuidade com a forma como o jornal construiu narrativas no período da ditadura militar. Uma pesquisa⁴ do grupo Tortura Nunca Mais, composto em grande parte de pessoas torturadas durante a ditadura, reúne cópias de matérias do jornal no período com um tom policialesco em relação aos opositores do regime – tal como no caso aqui em estudo, classificando a resistência como terrorismo. É revelador que o jornal associe à resistência vários “crimes”, mas não faça nenhuma menção aos militantes da VAR-Palmares mortos pela ditadura nem às barbaridades e crimes praticadas pelo regime, bem como não contextualiza o caso, explicando o que foi e o que significou a ditadura. Não faz qualquer menção ao fato de 30 mil pessoas terem sido torturadas e 500 mortas pelo regime, muitas das quais até hoje desaparecidas.

O jornal prometera publicar a carta de Espinosa na edição da segunda-feira, dia 6 de abril, um dia depois da matéria, mas não cumpriu o combinado. O autor então distribuiu a carta a *blogs* e *sites* de informação alternativa, que fizeram dela larga divulgação, além de levantar questionamentos à matéria jornalística e apontar-lhe inúmeras falhas grosseiras. Muitos jornalistas responsáveis por *blogs* e seus comentadores começaram a afirmar e demonstrar que a ficha havia sido criada digitalmente por *sites* de extrema direita, incluindo alguns de militares reformados remanescentes da ditadura,⁶ e que isso poderia ter sido facilmente verificado até por estagiários iniciantes de artes gráficas.⁷ A *Folha* respondeu não ter publicado a carta de Espinosa porque a teria recebido depois do fechamento, embora o professor a tivesse enviado em horário combinado. Na segunda reclamação indignada enviada à *Folha*, no dia 8 de abril, ele, entre outras coisas, disse que o jornal não a publicou não por motivos burocráticos, “mas porque quer ter o monopólio da verdade e manipular seus leitores”, e desafiou o periódico a publicar sua entrevista na íntegra.⁸ Mesmo com recomendações do *ombudsman* do jornal para que a entrevista fosse publicada ao menos na *Folha Online*, isso jamais ocorreu.

No dia 25 de abril, o jornal se viu forçado a publicar um desmentido, que, na verdade, foi um semidesmentido. Este se apresentou porque a pessoa prejudicada pela matéria, Dilma Rousseff, solicitou laudos a duas universidades (UnB e Unicamp) e, obtendo a comprovação de que a ficha fora fabricada digitalmente, fê-los chegar à redação e ao *ombudsman*.⁹

*Concluimos que o arquivo foi fabricado digitalmente e seus elementos processados a partir de origens distintas como: a fotografia é analógica; todo o texto e seu “template” são digitais.*¹⁰

No seu semidesmentido, o jornal reconhece apenas dois erros (embora, com base em seu *Manual de redação*, se possam encontrar inúmeros outros, como veremos a seguir):

O primeiro foi afirmar na Primeira Página que a origem da ficha era o arquivo [do] Dops. Na verdade, o jornal recebeu a imagem por e-mail. O segundo erro foi tratar como autêntica uma ficha cuja autenticidade, pe-

*las informações hoje disponíveis, não pode ser assegurada – bem como não pode ser descartada.*¹¹

Vinte dias após a publicação da matéria, após surgirem por todos os lados indicações precisas e incontestes de que a ficha era falsa, a *Folha* simplesmente diz que a autenticidade não pode ser assegurada, mas também não pode ser descartada. Se não pode ser assegurada, por que foi publicada, uma vez que contém acusações tão graves? Se em 5 de abril tivesse ocorrido um erro involuntário (embora o *ombudsman* tenha informado que a reportagem foi produzida durante quatro meses), os 20 dias subsequentes, com tantas evidências de falsidade demonstradas em *sites*, *blogs* e laudos, teriam sido suficientes para o reconhecimento e a devida reparação. Não tomar essas atitudes significa que o jornal não se importou com as implicações de seus atos para o atual momento da democracia no país e fez uma escolha voluntária de linha editorial favorável à ideologia remanescente da ditadura e contrária a da resistência ao regime e suas ligações com a política brasileira atual. A *Folha* informou, ainda, no desmentido, ter contratado peritos para fazer nova análise da ficha, mas não disse quem seriam eles. O jornal encerrou o assunto com esse semidesmentido e jamais voltou a ele, deixando vários esclarecimentos por fazer, a despeito das veementes cobranças do *ombudsman*, da pessoa prejudicada e de vários segmentos da sociedade.

Em 5 de julho de 2009, o *ombudsman* da *Folha de S. Paulo* retorna ao tema pela quarta vez, abordando a insuficiência do jornal na resposta dada até então:

*Pela quarta vez, volto ao tema da reportagem de 5 de abril em que reprodução de suposta ficha criminal da ministra Dilma Rousseff dos tempos da ditadura foi publicada. Depois de a ministra ter contestado que a ficha fosse autêntica, o jornal reconheceu não ter comprovado sua veracidade. Considerei insuficientes as justificativas para os erros cometidos e sugeri uma comissão independente para apurá-los e propor alterações de procedimentos para evitar repetição.*¹²

A *Folha* jamais identificou a fonte que enviou a ficha por *e-mail* nem apresentou laudo algum.

Com relação a fontes, checagem e cruzamento de informações, o próprio *Manual da redação da Folha de S. Paulo* vai ao encontro dos questionamentos feitos à matéria de 5 de abril:¹³

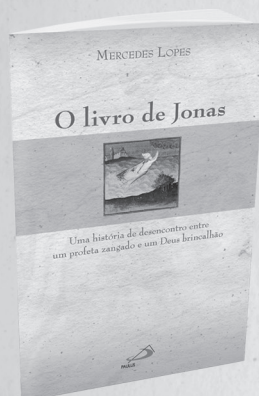
*Cruzar informações e ouvir o outro lado permite, ainda, que o jornalista não endosse versões interessadas, que visem a manipulação da opinião pública, nem o erro que possa ser cometido por pessoas, instituições, empresas ou grupos. É sempre importante perguntar-se a quem uma notícia vai interessar, a quem ela traz prejuízos e quem dela se beneficia. São perguntas que ajudam a esclarecer o jogo de interesses por detrás dos fatos.*¹⁴

Por todos esses desdobramentos, aqui abordados sucintamente, constata-se que a matéria pretendeu dar contornos de veracidade a uma campanha de destruição de reputação e capital simbólico da pessoa atingida – no caso, a então ministra Dilma Roussef, candidata pelo campo da esquerda à presidência da República nas eleições deste ano. O caso não é isolado na imprensa hegemônica brasileira, como veremos abaixo.

2. Contextualização histórica

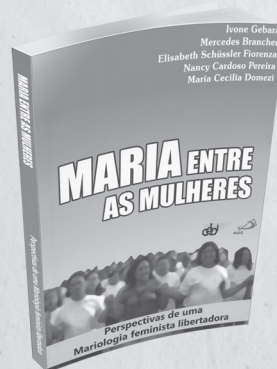
Vivemos em uma sociedade nacional extremamente desigual. Tal problema constitui um dos primeiros itens da agenda do país, senão o primeiro. A desigualdade é fruto de longa história, que remonta à colonização. Neste contexto de sociedade econômica e socialmente desigual, a imprensa também se constituiu e consolidou de forma desigual, concentrando-se nas mãos de poucos grupos ou mesmo sendo posse de alguns políticos conservadores, chamados de “coronéis eletrônicos”. Ao longo da história, nota-se a tendência de predomínio da mídia ligada à ideologia das classes dominantes, que, com raras exceções, procuram conservar e reproduzir a estrutura de classes. Constatamos isso com base em vários autores, particularmente Nelson Werneck Sodré, que publicou o estudo mais abrangente sobre a história da imprensa brasileira,¹⁵ e René Dreifuss,¹⁶ que estudou o período da ditadura militar. Também o antropólogo Darcy Ribeiro é importante referência. Na obra em que sintetiza toda a sua vida de estudos, *O povo brasileiro*, analisando a formação socioantropológica do país e questionando-se por que o Brasil ainda não deu o salto de qualidade que tanto se espe-

Desvende a importância do profeta Jonas e de Maria com os livros da PAULUS.



O livro de Jonas
Uma história de desencanto entre um profeta zangado e um Deus brincalhão
Mercedes Lopes
72 págs.

A obra apresenta uma estrutura simples da trajetória de Jonas e algumas chaves de leitura, que colaboram na realização dos círculos bíblicos sugeridos pela autora. O livro de Jonas é o livro indicado pela CNBB para estudo e reflexão no mês da Bíblia desse ano.



Maria entre as mulheres
Perspectivas de uma Mariologia feminista libertadora
VV.AA.
128 págs.

As mulheres que aqui compartilham seu pensamento e suas propostas mostram que quanto mais próxima das pessoas comuns em seu cotidiano, especialmente das mulheres, mais a figura da Virgem Maria inspira para ultrapassar as barreiras que impedem a dignidade na comunidade humana.

Vendas: (11) 3789-4000

SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



ra, identifica como raiz do problema a enorme desigualdade social e afirma que a imprensa hegemônica tem um papel importantíssimo em sua manutenção. Segundo ele, as elites e as classes dominantes usam diversos mecanismos para renegar com todas as forças qualquer possibilidade de mudança e de progresso generalizável a toda a população, sendo um dos mecanismos apontados o aparato de comunicação.¹⁷

A relação entre imprensa e classes dominantes pode ser observada desde a proibição, por parte da metrópole colonizadora, de que houvesse imprensa no Brasil e a constituição de uma imprensa *oficial* quando a corte portuguesa veio para cá. O problema estende-se ao atual “coronelismo eletrônico” e à concentração da mídia nas mãos de algumas poucas famílias, havendo entre esses dois polos – representados, respectivamente, pelas elites remanescentes da colonização e pelas atuais – muitas interligações que não podem ser de todo explicitadas aqui, devido ao limite de espaço. Na República Velha, por exemplo, os senhores de terra detinham o poder e o café fazia os presidentes. Nessa época, a imprensa das grandes cidades entrava na fase empresarial e industrial. A compra da opinião da imprensa pelo governo, segundo Nelson Sodré, tornou-se rotina, e isso era assumido publicamente até por um dos presidentes do período, Campos Sales, que dizia que, “junto com outros presidentes, peitava a imprensa à custa do tesouro”.¹⁸ No Estado Novo, Getúlio Vargas agiu de maneira a conquistar-lhe o apoio; mas, em seu segundo governo, matou-se com uma bala no peito sob forte campanha apoiada por ela, contrária às reformas nacionalistas e sociais que estavam sendo implementadas. No governo JK, a imprensa hegemônica, em sua maioria, assumiu-se como oposição, procurando, junto com outras forças sociais, impedir o presidente de governar, em vista da implantação de um governo composto de forças reacionárias (tratava-se de prévias do golpe de 64). Em 1989, toda a imprensa hegemônica se uniu em torno da candidatura de Fernando Collor, fazendo-o de modo quase declarado para evitar a ameaça ao *status quo* representada pela possibilidade de um governo de esquerda. Pela natureza deste artigo, não há espaço para se alongar muito em uma retrospectiva histórica completa. Portanto, procuraremos nos ater um pouco mais aos períodos mais ligados ao nosso objeto, a ditadura militar e o momento atual.

Nos anos 1960, quando o país pôs a desigualdade em discussão, com indicativos de reformas de base (agrária, urbana, educacional, bancária, administrativa e fiscal), forças sociais reacionárias e contrárias a modificações na ordem estabelecida (políticos conservadores, representantes de oligarquias nacionais e regionais, empresários, imprensa, militares, setores religiosos conservadores, amplos setores da classe média e das classes mais elevadas, com apoio dos EUA) se uniram para preparar e executar o golpe militar de 1964. Durante os 20 anos de vigência do regime autoritário, sob a justificativa de que era preciso “crescer o bolo para depois reparti-lo”, as desigualdades sociais aumentaram em larga escala. A imprensa hegemônica da época, que com o apoio da ditadura aumentou sua concentração, foi uma das forças que se puseram a favor do golpe e ajudaram a lhe dar sustentação.¹⁹

Hoje, finda a ditadura há quase três décadas, podemos pensar que seu ideário, nascido como resposta ao crescimento do anseio e das ações concretas por distribuição de renda, está superado. Todavia, o caso específico aqui abordado indica que a situação pode não ser essa. O ideário que produziu a ditadura e suas ligações com a imprensa ajuda a compreender a sistemática oposição desta ao governo Lula, particularmente a políticas e iniciativas que favoreçam a diminuição das desigualdades e a quebra de privilégios das classes dominantes. Embora o governo não tenha promovido uma mudança ou revolução radical na estrutura da sociedade brasileira, muitas pessoas conseguiram considerável mobilidade social. Desde 2003, segundo o IBGE, mais de 19 milhões de brasileiros saíram da condição de miséria.²⁰ No extremo inferior da pirâmide social, segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas, as classes D e E também estão encolhendo, com maior número de famílias ascendendo à classe C. A informação é de extrema relevância, e alguns analistas estranham o fato de que a imprensa não tenha manifestado maior interesse pelo assunto.

Nesse contexto, o caso da ficha falsa que envolve a então ministra da Casa Civil, candidata do governo nas eleições desse ano, é emblemático para compreender a atuação da imprensa brasileira no passado e nos dias atuais, sobretudo no que concerne à questão da desigualdade social em suas ligações com a política. Em circunstâncias semelhantes, forças reacionárias sempre procuraram criminalizar, como forma de desacreditá-

los, os movimentos sociais e políticos contrários ou que pelo menos inspire alguma suspeita de ser contrários à ordem estabelecida. O campo político ao qual está ligada a candidata Dilma Rousseff, embora não tenha feito nenhuma drástica alteração nessa ordem, tem feito e sinalizado fazer transformações significativas.

3. O caso visto na ótica das teorias da comunicação

Há muitas teorias da comunicação que abordam as interfaces sociais da comunicação e a questão da manipulação, do controle e cultivo da informação, do poder, do conhecimento e do capital, as questões de classe. Abaixo, analisaremos nosso objeto com base em algumas dessas teorias que nos ajudam a elucidar esse caso.

3.1. Construção do fato e suas influências

Como ponto de partida, temos a conceituação e problematização de fato (fato social, jornalístico e construção de fatos) feitas por Muniz Sodré em seu livro *A narração do fato*. Na concepção do “espírito positivo” da idade moderna, que marca a humanidade e suas ideias de cognição até hoje, fato é uma experiência sensível da realidade. A cada fato deve corresponder um dado possível, uma sensação, de modo que a intuição empírica se torna a fonte de todo saber. Vale apenas o empiricamente observável. O jornalismo incorpora o espírito do positivismo e o senso comum sobre os fatos, cultivando aquilo que Muniz Sodré chama de “mito da neutralidade”, expresso, por exemplo, no *Manual da redação da Folha de S. Paulo* como apartidarismo, pluralismo, neutralidade, maior objetividade possível, segurança das fontes, checagem e cruzamento de informações.²¹ A ideia segundo a qual o jornalismo, em sua “objetividade”, deve funcionar como uma espécie de espelho do real é histórica e muito arraigada na sociedade. Ao se ler um jornal, há a ideia implícita ou explícita de que ali está a verdade dos fatos e os textos nos descrevem de forma o mais fiel possível o real, empiricamente comprovável. No mundo científico, após a crítica ao positivismo, sabemos que, mesmo com todo o rigor, a objetividade total não é possível. A crítica feita pela filosofia e pelas teorias da ciência concluiu pela dificuldade da narração dos fatos em garantir o necessário rigor ao conhecimento. Sabemos também que a notícia é constituída por estratégias de construção do acontecimento, como vimos no

caso que é nosso objeto de estudo. Muitas vezes, os acontecimentos narrados podem nem ser tão reais, mas fictícios, como indica Muniz Sodré.²² A disputa pela hegemonia sobre as representações sociais atravessa essas estratégias de construção dos fatos. Para Sodré, a mídia constrói realidade e esferas existenciais.²³

3.2. Forças que agem sobre a notícia

No livro *As notícias e os seus efeitos: as “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*, Jorge Pedro de Souza faz uma abordagem da questão da construção da notícia e dos efeitos disso na sociedade com base em teorias da comunicação, algumas das quais vamos examinar abaixo. Segundo o autor, há seis forças ou ações que incidem sobre a produção da notícia,²⁴ evidenciando elementos do que falamos acima sobre a impossibilidade da neutralidade e objetividade total:

- Ação pessoal: as notícias resultam parcialmente das pessoas e das intenções, incluindo as rotinas de trabalho, o que se valoriza nos profissionais da organização, a maneira como os profissionais foram formados, as opções profissionais, ideológicas, os limites e possibilidades.

- Ação social: as notícias são fruto de dinâmicas e dos constrangimentos do sistema social – particularmente do meio organizacional – em que são construídas.

- Ação ideológica: as notícias são originadas por forças de interesse que dão coesão aos grupos, seja esse interesse consciente e assumido ou não.

- Ação cultural: as notícias são um produto do sistema cultural em que são produzidas, o que condiciona as perspectivas que se têm do mundo e a significação que se atribui a ele.

- Ação do meio físico e tecnológico: as notícias dependem dos dispositivos tecnológicos usados no seu processo de fabrico e do meio físico em que são produzidas. No caso aqui analisado, por exemplo, o jornal utilizou uma ficha fabricada digitalmente que circulava em *spams* na internet.

- Ação histórica: as notícias são um produto da História, durante a qual interagem as outras cinco forças relacionadas acima. Isso ficou demonstrado também no ponto anterior do artigo, sobre a contextualização histórica.

3.3. Indústria cultural, dominação social, ação estratégica e hegemonia

Os filósofos da Escola de Frankfurt²⁵ introduziram uma perspectiva crítica no estudo da comunicação social, elegendo a dominação como tema central de seu trabalho e assumindo por objetivo contribuir para a supressão das injustiças sociais. Também sublinharam a influência dos produtos culturais de massa na criação e reprodução da ideologia dominante e da sociedade por ela marcada. Para esse grupo, as pessoas tendem a aderir acriticamente a valores impostos pela força da indústria cultural. Os meios de comunicação, segundo essa escola, são instrumentos mediadores entre a classe dominante e as classes dominadas.²⁶

A Escola de Frankfurt e seus postulados sofreram muitas críticas, particularmente por conceberem as audiências como muito passivas perante os meios de comunicação e seus enunciados e por verem a comunicação como mero processo que passa do emissor ao receptor, sem influência recíproca. Mas, levando em consideração essas críticas, também sabemos que os postulados da escola permanecem com força até hoje e continuam sendo fundamentais no estudo da comunicação. Embora as audiências não sejam passivas – mesmo que parte significativa apresente indícios de que seja –, há grande confiança nos meios jornalísticos e significativa abertura para acreditar no que é informado por eles, que se apresentam como imparciais e objetivos sem o serem. Como afirma o presidente do Instituto Vox Populi, Marcos Coimbra, ao analisar os resultados das eleições de 2006, parte da população tem opinião formada, mas cerca de um terço, no caso estudado por ele, é permeável à influência da cobertura jornalística.

Como dito acima, na contextualização histórica do nosso objeto de análise, os meios de comunicação se inserem nos processos e mediações sociais de uma sociedade desigual. Então, não é o caso de dizer que eles criam as desigualdades, mas, sim, que, surgindo nesse contexto, são apropriados em sua maior parte pelas classes dominantes e, por conta dessa apropriação, sob a influência das forças econômicas, se conciliam com as desigualdades e têm sido, ao longo da história do Brasil, um fator que colabora em sua reprodução e perpetuação. Isso se revela muito claro no caso da ficha falsa.

3.4. As funções da comunicação e a transmissão da “herança social”

O pensamento de Lasswell, da escola funcionalista, embora saibamos seja de contexto histórico bem diferente, na abordagem diacrônica das teorias da comunicação no que concerne às questões de classe, em consonância com as outras teorias abordadas, pode ajudar a elucidar o objeto e a hipótese aqui examinados. O autor aponta funções da comunicação²⁷ que, relacionadas ao caso, podem ser constatadas em certos momentos pretéritos da realidade brasileira, assim como, de maneira subliminar, no momento atual: a vigilância sobre o meio ambiente e a correlação das partes da sociedade em resposta ao meio, pelas quais as “elites dominantes percebem as ameaças potenciais e reagem a elas de maneira aberta e secreta”, tomando precauções para impor “segurança” e controle sobre quantos assuntos políticos forem possíveis, reafirmando a própria ideologia e reprimindo as contrárias (como ocorreu à época do golpe militar de 64 no Brasil); a transmissão da herança social de uma geração a outra, em que se inclui a concentração de poder, riqueza e outros valores, formando castas em vez de uma sociedade móvel. Na abordagem do caso, vimos que, em 1964, o risco de transformações radicais na estrutura social brasileira foi percebido e propagado pelas elites e pela mídia, e, segundo Dreifuss,²⁸ as elites reagiram com o golpe, por ele chamado de “golpe de classe”. No Brasil, a comunicação também tem exercido a função de transmissão da herança social de uma geração a outra, incluindo o poder e a riqueza, e dificultado a mobilidade social, como vimos na contextualização histórica.

3.5. Agendamento e silenciamento

Algumas teorias de explicação dos efeitos dos meios de comunicação mais atualidade também nos ajudam na elucidação do objeto: é o caso da teoria do agendamento social (*agenda setting*) de McCombs e Shaw, a qual discute a capacidade dos meios de comunicação em levantar determinados temas em detrimento de outros e torná-los centrais no debate da sociedade, definindo quais devem ser considerados importantes pelo público. No caso da ficha falsa, há uma iniciativa evidente de, no contexto do debate político eleitoral, tematizar assuntos negativos para a então pré-candidata Dilma Rousseff, o que se insere numa tematização maior, batizada pelo jornalista Luiz Carlos Azenha como “demonização da Dilma”.²⁹

Em linha convergente, a teoria da *espiral do silêncio* (Noelle-Neumann) afirma que os meios de comunicação tendem a consagrar maior espaço às opiniões dominantes, reforçando-as e contribuindo para “calar” as minorias pelo isolamento e pela não referência, de modo que exercem assim uma influência forte e direta sobre as audiências, a curto e a longo prazo, e provocam mudanças de opinião e de atitudes. No caso em estudo, a não referência se deu na ausência de contextualização dos movimentos contrários à ditadura e, dentre outras coisas, a ocultação das razões pelas quais lutavam.

3.6. A propagação de “memes”

A teoria da propagação dos “memes”, de Richard Dawkins, propõe modelos explicativos que podem ser úteis para compreender a importância da propagação das ideias para a vida humana. No que diz respeito à sua funcionalidade, o “meme” é considerado uma unidade de evolução cultural que pode autopropagar-se de forma análoga ao que ocorre com os genes nas populações biológicas. O nível mais profundo em que a seleção natural age são os genes – na verdade, a informação contida neles. Animais e plantas são veículos para os genes, replicadores biológicos cuja informação está sendo transmitida, em muitos casos, há bilhões de anos. Os “memes” são unidades culturais, átomos da cultura e da história, considerados uma unidade de informação que se multiplica ou de cérebro em cérebro, ou entre locais onde a informação é armazenada (como livros e jornais) e outros locais de armazenamento ou cérebros, influenciando e instruindo os comportamentos. Dessa forma, os “memes” propagados pela imprensa se estendem pela sociedade e impregnam as pessoas, mesmo que muitas duvidem deles.³⁰ No caso do presente estudo, os “memes” propagados foram positivos no que concerne à ditadura, tratada como se fosse um governo fiador da ordem, e negativos no que concerne à resistência a ela, tratada como crime, baderna, terrorismo.

3.7. Modelação de conhecimento e construção social da realidade

Por fim, há duas teorias que versam sobre a modelação social do conhecimento e a construção social da realidade. A primeira define primordialmente a influência dos meios de comunicação a longo prazo, no que tange à distribuição e modela-

ção social do conhecimento, por meio do controle do acesso e da distribuição da informação e do conhecimento. Para Donohue, Tichenor e Olien, o controle do conhecimento é essencial para assegurar a manutenção do poder, sendo relevante o fato de os setores que participam da gestão do poder disporem de mecanismos especializados no controle e orientação da informação.³¹ O sistema de distribuição do conhecimento dependeria do grau de pluralismo da sociedade. As diferentes visões protagonizadas por diferentes grupos seriam permanente foco de tensões e conflitos. Os meios de comunicação são capazes de tornar públicas as posições em confronto. Muitos dos conflitos existentes nas sociedades plurais são artificialmente criados por determinados grupos de interesse, que o fazem apenas como forma de controle social, já que os meios de comunicação dispensam atenção a alguma(s) das posições em confronto em detrimento de outras visões, o que é evidente no caso aqui abordado.

Seguindo essa mesma orientação, a corrente da sociologia interpretativa, com os autores Berger e Lukmann e sua teoria denominada *construção social da realidade*, afirma que a realidade se constrói socialmente; o jornalismo tem efeitos sobre a contínua reconstrução social da realidade, uma vez que exerce ação sobre ela.³² Segundo eles, a vida social se constitui por e através de um processo permanente e multifacetado de comunicação, no qual a comunicação social é um agente ecossistêmico e institucionalizado capaz de participar, a um só tempo, na modelação e na reconstrução sucessiva da realidade.

4. Conclusão

Relacionando as duas últimas teorias apresentadas aos elementos apontados pelas outras abordadas neste artigo, e relacionando-as todas com o caso em questão e seu contexto histórico, é possível afirmar que a imprensa brasileira não só constrói a notícia e os fatos, agenda os temas a serem discutidos socialmente, oculta outros temas, legítima, propaga e cristaliza ideias e ideologias, em grande parte em consonância com as ideologias das classes dominantes conservadoras, atuando na construção da realidade a curto e a longo prazo, contribuindo, junto com outros fatores, para a reprodução e perpetuação da desigualdade social no país.

* Religioso paulino formado em Jornalismo, Filosofia e Teologia, mestrando em Comunicação e Semiótica pela PUC de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COHN, Gabriel. *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Nacional: Edusp, 1971.
- DAWKINS, Richard. *O gene egoísta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- DREIFUSS, René. 1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FOLHA DE S. PAULO. *Manual da redação*. São Paulo: Publi-folha, 2001.
- FONSECA, Francisco. *O consenso forjado*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- LIMA, Venício A. de. *A mídia nas eleições de 2006*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.
- _____. *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- MURDOCK, Graham. *Comunicação contemporânea e questões de classe. Matrizes*. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da USP: Paulus, ano 2, n. 2, p. 31-56, 1. sem. 2009.
- RAMOS, Murilo C.; SANTOS, Suzy (Org.). *Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas*. São Paulo: Paulus, 2007.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. *Antropológica do espelho*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. *A narração do fato*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SODRÉ, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUZA, Florestina das N. *O Jornal Nacional e as eleições presidenciais 2002-2006*. 2007. Tese de doutorado – ECA, USP, São Paulo, 2007.
- SOUZA, Jorge P. *As notícias e os seus efeitos: as “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 1999.
9. Laudos completos disponíveis em: <<http://colunistas.ig.com.br/luisnassif/2009/07/07/a-ficha-falsa-de-dilma/>>.
10. Trecho do laudo da UnB, disponível na internet no endereço citado na nota anterior.
11. Cf. <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/impri-mir.asp?cod=534IMQ011>>.
12. SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *É simples saber se a ficha é falsa. Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. A4, 5 jul. 2009.
13. No caso, o jogo de interesses por trás da matéria relaciona-se de modo profundo com nosso objeto de estudo.
14. FOLHA DE SÃO PAULO. *Manual da redação*, p. 27.
15. SODRÉ, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*.
16. DREIFUSS, René. 1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe.
17. Cf. RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*, p. 226-229; 239.
18. SODRÉ, op. cit., p. 277.
19. Isso é demonstrado com muita clareza na mais ampla pesquisa realizada sobre a história da imprensa brasileira, a já citada obra de SODRÉ, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*, p. 391-449.
20. <<http://br.noticias.yahoo.com/s/05112009/48/manchetes-brasil-se-aproxima-eterno-sonho.html>>.
21. FOLHA DE S. PAULO. *Manual da redação*, p. 17, 19, 47.
22. SODRÉ, Muniz. *A narração do fato*.
23. SODRÉ, Muniz. *A narração do fato*, p. 25.
24. SOUZA, Jorge Pedro de. *As notícias e os seus efeitos: as “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*, p. 4-5. (Livro disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html>.)
25. A abordagem aqui empreendida das escolas de gênese marxista (exceto Habermas), do agenda setting, da espiral do silêncio, das diferenças de conhecimento e da construção social da realidade está fundamentada em SOUZA, op. cit.
26. SOUZA, op. cit., p. 89-90.
27. LASWELL, H. D. A estrutura e a função da comunicação na sociedade. In: COHN, Gabriel. *Comunicação e indústria cultural*.
28. DREIFUSS, René, op. cit.
29. Cf. <<http://www.viomundo.com.br/arquivo/opiniao/a-demonizacao-de-dilma-2/>>.
30. DAWKINS, Richard. *O gene egoísta; O rio que saía do Éden*.
31. SOUZA, op. cit., p. 99-106; 109-112; 117-123.
32. Ibid., p. 86-87.

Notas:

1. MURDOCK, Graham. *Comunicação contemporânea e questões de classe. Matrizes*. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da USP: Paulus, ano 2, n. 2, p. 31-56, 1. sem. 2009.
2. ODILLA, Fernanda. Grupo de Dilma planejou o sequestro de Delfim Netto. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. A8-A10, 5 abr. 2009.
3. Carta disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/arquivo/voce-escreve/espinoza-desafia-folha-a-mostrar-gravacao/>>.
4. Aqui o jornalista faz uma menção ao editorial da *Folha* de 17/2/2009, p. A2, que afirmou ter sido a ditadura brasileira uma “ditabranda”, porque não matou nem torturou tanta gente como outras ditaduras.
5. Apresentada no *Jornal da Record* em 23/10/2009, com vídeo disponível na internet em: <<http://videos.r7.com/cai-o-numero-de-leitores-de-jornal-no-brasil-e-a-folha-de-s-paulo-e-um-dos-mais-afetados/idmedia/a4e2180-e92581da646e3a9da45a3a599-1.html>>.
6. Cf. <<http://coturnonoturno.blogspot.com/2009/04/desta-parte-dilma-lembra-tudo.html>>; <www.ternuma.com.br>.
7. Cf. <<http://colunistas.ig.com.br/luisnassif/?s=caso+ficha+falsa+da+dilma>>.
8. Cf. carta completa em: <<http://cloacanews.blogspot.com/2009/04/segunda-carta-de-espinoza-que-folha.html>>.

Folheto O DOMINGO – Culto Dominical

O folheto *Culto Dominical* é um excelente subsídio para as celebrações litúrgicas nas comunidades sem padres. O folheto auxilia na preparação e na animação das celebrações da Palavra, trazendo as leituras, orações, comentários e dicas para a reflexão sobre as leituras, além de artigos para o enriquecimento catequético-pastoral e espiritual.

Assinaturas: (11) 3789-4000
Ou pelo e-mail: assinaturas@paulus.com.br

ROTEIROS HOMILÉTICOS

(Também na internet: www.paulus.com.br)

Pe. Johan Konings, sj*

14º DOMINGO DO TC. / SÃO PEDRO
E SÃO PAULO (4 de julho)

MISSÃO A TODOS, NA UNIDADE

I. INTRODUÇÃO GERAL

A festa que hoje celebramos é popularmente reconhecida como o *dia do papa*, sucessor de Pedro. Mas não podemos esquecer que, ao lado de Pedro, é celebrado também Paulo, o apóstolo, o missionário por excelência. A figura de Pedro é destacada principalmente na primeira leitura e no evangelho; a de Paulo, na segunda leitura. Mas a primeira leitura cria um espaço para falar dos dois: mostra que Deus está com seus enviados. Baseando-se na compreensão popular dos dois santos, pode-se combinar, nesta celebração, a ideia da pessoa de referência na Igreja, como foi Pedro, e a do incansável missionário, que foi Paulo. O lema que se pode repetir na pregação é: “Missão a todos, na unidade”.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (At 12,1-11)

A primeira leitura, tomada dos Atos dos Apóstolos, narra o episódio da prisão e libertação de Pedro. Por volta de 43 d.C., o rei judeu, Herodes Agripa I, vassalo dos romanos, mandou executar o apóstolo Tiago, filho de Zebedeu. Depois mandou aprisionar Pedro. Mas o “anjo do Senhor” o libertou, como libertou os israelitas do Egito. A comunidade recorreu à arma da oração: é Deus quem age, ele é o libertador. Assim, Pedro é libertado da prisão pelo anjo do Senhor. Este feito confirma sua missão especial na Igreja, ressaltada no evangelho. O significado desse episódio pode ser estendido à vida de Paulo, que, conforme At 16,16-40, viveu uma experiência semelhante, além de muitas outras situações de perigo e aperto (cf. 2Cor 11,16-33).

2. Salmo responsorial (Sl 34[33],2-9)

O salmo responsorial comenta a ação libertadora de Deus, que nos livra de todas as nossas angústias.

3. Evangelho (Mt 16,13-19)

O evangelho apresenta Pedro como a pedra ou rocha da Igreja. A situação é a seguinte: Jesus havia enviado os Doze em missão, e eles tomaram conhecimento das reações do povo diante de Jesus, além do acontecido com João Batista, decapitado por Herodes Agripa. Quando os discípulos voltam da missão, Jesus lhes pergunta quem o povo e quem eles mesmos dizem que ele é. Pedro responde pelos Doze e chama Jesus de Messias (em grego, Cristo: cf. Mc 8,29) e Filho de Deus (como diz Mt 16,16; cf. 14,33). Enquanto o relato de Marcos (Mc 8,27-30) é mais simples, o de Mateus mostra que Jesus reage à profissão de fé feita por Pedro em nome dos Doze com três observações. Primeiro, reconhece nela uma inspiração divina: “não foi um ser humano [literalmente, ‘carne e sangue’] que te revelou isso” (Mt 16,17). Além disso, muda o nome de Simão, chamando-o, com um jogo de palavras, de Pedro, porque “sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e o poder [literalmente, ‘as portas’] do inferno nunca poderá vencê-la” (Mt 16,18). Enfim, Jesus confia a Pedro o serviço de governar a comunidade (as “chaves” e o poder de ligar e desligar, ou seja, obrigar e deixar livre, poder de decisão), com ratificação divina (“será ligado/desligado no céu”, Mt 16,19).

Jesus dá a Simão o nome de Pedro, “Pedra”, que sugere solidez: Simão deve ser a “pedra” (rocha) que dará solidez à comunidade de Jesus (cf. Lc 22,32). Isso não é um reconhecimento de suas qualidades naturais, embora possamos supor que Simão deva ter sido um bom empresário de pesca! Pelo contrário, não se refere ao que Pedro foi, mas ao que será. Trata-se de uma vocação que o transforma. Muitas vezes, na Bíblia, a imposição de

um novo nome significa que a pessoa recebe nova vocação e deverá transformar-se para corresponder. Na Bíblia, ser “rocha” é, antes de tudo, um atributo de Deus mesmo, o “Rochedo de Israel” (cf. Dt 32,4 etc.). Jesus, com certeza, não quer colocar Pedro no lugar do “Rochedo de Israel”, mas o incumbe, por assim dizer, de uma missão que tenha qualidade análoga. A firmeza e a proteção evocadas pela imagem da rocha não são algo que Simão Pedro tem em si mesmo (ele negará conhecer Jesus na hora em que deveria testemunhar), mas são a firmeza e a proteção de Deus das quais ele é constituído “ministro”, e essa “nomeação” vai acompanhada de uma promessa: as “portas” (cidade fortificada, reino) do inferno não poderão nada contra a Igreja. Esse ministério está a serviço do reino dos céus (maneira de Mateus dizer o reino de Deus). Assim como as chaves das portas da cidade são entregues a seu prefeito (cf. Is 22,22), assim Pedro recebe o governo da comunidade que instaura o reino de Deus no mundo. Em Mt 18,18, autoridade semelhante é exercida pela comunidade, mas Pedro tem uma responsabilidade específica, unificadora, que dá solidez à Igreja.

4. II leitura (2Tm 4,6-8.17-18)

A segunda leitura evoca Paulo. Ele, que sempre trabalhou com as próprias mãos, está agrilhado; na defesa, ninguém o assistiu. Contudo, fala cheio de gratidão e esperança. “Guardou a fidelidade”: a sua e a dos fiéis. Aguarda com confiança o encontro com o Senhor. Ofereceu sua vida no amor, e o amor não tem fim (cf. 1Cor 13,8). Seu último ato religioso é a oblação da própria vida (cf. Rm 1,9; 12,1). Sua vida está nas mãos de Deus, que a arrebatou da boca das feras.

Sua vocação se deu por ocasião da aparição de Cristo no caminho de Damasco: de perseguidor, Paulo se transformou em apóstolo e realizou, mais do que os outros apóstolos, a missão de ser testemunha de Cristo até os confins da terra (At 1,8). Apóstolo dos pagãos, tornou realidade a universalidade da Igreja, da qual Pedro é o guardião. A segunda leitura que hoje ouvimos é o resumo de sua vida de plena dedicação à evangelização entre os pagãos, nas circunstâncias mais difíceis: a palavra tinha de ser ouvida por todas as nações (2Tm 4,17). A ninguém podia ficar escondida a luz de Cristo! O mundo em que Paulo se movimenta estava dividido entre a religiosidade rígida dos judeus farisaicos e o mundo pagão, entre a dissolução moral e o fanatismo religioso. Nesse contexto, o apóstolo anunciou o Cristo crucificado como a salvação: loucura para os gregos, escândalo para os judeus, mas alegria verdadeira para quem nele crê. Missão difícil. No fim de sua vida, Paulo pôde dizer que “combateu o bom combate e conservou a fé”. Essa afirmação deve ser entendida como fidelidade na prática, tanto de Paulo como dos

fiéis que ele ganhou. Como Cristo, o bom pastor, não deixa as ovelhas se perder, assim também o apóstolo, enviado de Cristo, as conserva nesse laço de adesão fiel, marca de sua própria vida.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Missão a todos, na unidade

Conforme o evangelho, Simão responde pela fé dos seus irmãos. Por isso, Jesus lhe dá o nome de Pedro, que significa sua vocação de ser “pedra”, rocha, para que seja edificada sobre ele a comunidade dos que aderem a Jesus na fé. Pedro deverá dar firmeza aos seus irmãos (cf. Lc 22,32). Essa “nomeação” vai acompanhada de uma promessa: o reino do inferno não poderá nada contra a Igreja, que é uma realização do reino do céu. A libertação da prisão, lembrada na primeira leitura, ilustra essa promessa. Jesus confia a Pedro “o poder das chaves”, o serviço de administrador de sua “cidade”, de sua comunidade. À medida que a Igreja é realização (provisória, parcial) do reino de Deus, Pedro e seus sucessores, os papas, são “administradores” dessa parcela do reino. Eles têm a última responsabilidade do serviço pastoral. Pedro, sendo aquele que “responde” pelos Doze, administra ou governa as responsabilidades da evangelização (não a administração material). Quem exerce esse serviço *hoje* é o papa, sucessor de Pedro e bispo de Roma, cidade que, pelas circunstâncias históricas, se tornou o centro a partir do qual melhor se exercia essa missão. Pedro recebe também o poder de “ligar e desligar” – o poder da decisão, de obrigar ou deixar livre –, exatamente como último responsável da comunidade (a qual também participa nesse poder, como mostra Mt 18,18). Não se trata de um poder ilimitado, mas de responsabilidade *pastoral*, que concerne à orientação dos fiéis para a vida em Deus, no caminho de Cristo.

Se Pedro aparece como fundamento institucional da Igreja, Paulo aparece mais na qualidade de fundador carismático. Transformado por Cristo em mensageiro seu (“apóstolo”), ele realiza, por excelência, a missão dos apóstolos de serem testemunhas de Cristo “até os extremos da terra” (cf. At 1,8). As cartas a Timóteo, escritas na prisão em Roma, são a prova disso, pois Roma é a capital do mundo, o trampolim para o evangelho se espalhar por todo o mundo civilizado daquele tempo. Paulo é o “apóstolo das nações”. No fim da sua vida, pode entregá-la como “oferenda adequada” a Deus, assim como ensinou (Rm 12,1). Como Pedro, ele experimenta Deus como o Deus que liberta da tribulação (cf. a primeira leitura).

Hoje, celebra-se especialmente o “dia do papa”. Isso enseja uma reflexão sobre o serviço da responsabilidade última. Importa libertar-nos de um complexo antiautoritário de adolescentes. Pedro e Paulo representam duas vocações na Igreja, duas dimensões

do apostolado – diferentes, mas complementares. As duas foram necessárias para que pudéssemos comemorar, hoje, os cofundadores da Igreja universal. A complementaridade dos dois “carismas” continua atual: a responsabilidade institucional e a criatividade missionária. Essa complementaridade pode provocar tensões (cf. Gl 2); por exemplo, as preocupações de uma “teologia romana” podem não ser as mesmas que as de uma “teologia latino-americana”. Mas a polêmica em torno da teologia da libertação, poucos anos atrás, mostrou que tal tensão pode ser extremamente fecunda e vital para a Igreja toda. Hoje, sabemos que o pastoreio dos fiéis – a pastoral – não é exercido somente pelos “pastores constituídos” como tais, pela hierarquia. Todos os fiéis são um pouco pastores uns dos outros. Devemos conservar a fidelidade a Cristo – a nossa e a dos nossos irmãos – na solidariedade do “bom combate”.

E qual será, hoje, o bom combate? Como no tempo de Pedro e Paulo, a luta pela justiça e pela verdade em meio a abusos, contradições e deformações. Por um lado, a exploração desavergonhada, que até se serve dos símbolos da nossa religião para fins lucrativos; por outro, a tentação de largar tudo e dizer que a religião é um obstáculo à emancipação humana. Nossa luta é, precisamente, assumir a libertação em nome de Jesus, sendo-lhe fiéis; pois, na sua morte, ele realizou a solidariedade mais radical que podemos imaginar.

15º DOMINGO DO TEMPO COMUM (11 de julho)

O MANDAMENTO QUE CONDUZ À VIDA ETERNA

I. INTRODUÇÃO GERAL

A liturgia deste domingo nos confronta com o ensinamento de Jesus sobre o amor fraterno, supremo mandamento da vida cristã. Trata-se do ponto fulcral da prática cristã. As leituras apresentam dois aspectos principais: o que é amar e a quem se dirige nosso amor? As duas perguntas fundem-se numa só compreensão: quem ama descobre logo a quem amar. Como lema, que pode ser repetido na homilia e nos comentários, sugerimos: “Torne-se próximo de seu irmão necessitado”, ou a sabedoria popular: “A melhor maneira de ter amigos é ser amigo”.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Dt 30,10-14)

A primeira leitura funciona como verdadeira abertura solene para a liturgia da Palavra. O livro mais imponente da Torá, o Deuteronômio, ensina-nos que o mandamento de Deus não está fora de

nosso alcance. Deus fez de Israel seu povo, não por este ser importante, mas por amor e fidelidade à sua promessa (Dt 7,7-8). O amor de Deus por Israel não tem explicação, mas tem consequências: Israel deve amar a Deus com todas as suas forças (Dt 6,4-5). Deve escutar sua voz e não se afastar de suas orientações; e, quando se afasta, deve “voltar”, converter-se (30,10). E, se o povo diz que a Lei é difícil, Deus responde que não: não é coisa de outro mundo. Está perto, ao alcance de quem o ama (30,11-14; cf. Jr 31,33; Br 3,15-29; Rm 10,6-8).

Hoje importa redescobrir que lei e mandamentos não são coisas do passado, inimigas da liberdade moderna. O termo que traduzimos por lei (*torah*) deveria, na realidade, ser traduzido como ensinamento, instrução. É uma sabedoria (cf. Sl 19 e Sl 119). Ora, um bom conselho vale mais do que ouro. Para os teólogos que redigiram o livro do Deuteronômio (no século VIII-VI a.C.), a Lei de Moisés era inigualável tesouro de sabedoria, um rumo seguro para a vida, em todas as circunstâncias. Para tê-la sempre diante dos olhos, deviam colocá-la numa faixa amarrada na testa (Dt 6,8; cf. Ex 13,9 etc.). Os “deuteronomistas” enfrentavam um tempo de afrouxamento em Israel, mais ou menos como nós, hoje. A quem achava difíceis as orientações de Deus, respondiam: “Não é verdade. A Lei não é coisa do outro mundo, ninguém a precisa procurar no céu ou no inferno, ela está perto de ti”. Difícilmente poderia estar mais perto do que naquela faixa na testa. Mas não é só por meio dessa faixa que ela pode estar perto. Ela é uma palavra viva, lembrada continuamente pelos próprios profetas, que viviam no meio do povo. E em Cristo ela se torna mais perto do que nunca.

2. Salmo responsorial (Sl 69[68],14.17.30-31.33-34.36ab.37 ou Sl 19[18],8-11)

O salmo responsorial é um eco da primeira leitura e ressalta o tom fundamental da liturgia. Hoje, pode-se escolher. A primeira escolha é o Sl 69[68], que nos fala da busca de Deus e de sua instrução. Mais adequada, porém, parece a segunda opção, Sl 19[18], a bela meditação sobre a Lei, sabedoria dos humildes, luz para os olhos, mais desejável que o ouro.

3. Evangelho (Lc 10,25-37)

No evangelho, ouvimos o ensinamento do grande mandamento do amor e a parábola do bom samaritano. O trecho faz parte de um conjunto do Evangelho de Lucas (Lc 10,26-11,13) que apresenta três exigências fundamentais do ser cristão: 1) o “grande mandamento” do amor a Deus e ao próximo (10,25-37); 2) o “único necessário” (10,38-42); 3) a “oração por excelência” (11,1-13). O “grande mandamento” responde à pergunta

pelo caminho da vida eterna: amar a Deus e o próximo. Defrontamo-nos com um especialista da Lei que procurava, em meio à multidão de prescrições, saber o que devia fazer para “herdar a vida eterna”, a vida da era vindoura, do reino que Deus estabeleceria no mundo para sempre (pois era assim que se concebia a vida eterna) (Lc 10,25-28; cf. Mt 22,35-40; Mc 12,28-31). Jesus o remete à Lei ensinada por Moisés. Pergunta o que aí se encontra. O escriba responde: amar a Deus acima de tudo (cf. Dt 6,5) e o próximo como a si mesmo (cf. Lv 19,18). “É isso mesmo que deves fazer”, responde Jesus. Novamente: não é coisa de outro mundo!

Depois, porém, o escriba pergunta quem é seu próximo. A resposta de Jesus revoluciona suas categorias: o próximo não é um arbitrário “objeto de caridade”; é todo homem, desde que eu me torne próximo dele. Todos nós estamos de acordo em que devemos amar nosso próximo. Mas quem é ele? Minha velha tia rica, prestes a ceder sua herança, ou meu empregado, com cuja família nada tenho que ver? Visto que argumentar não adianta, Jesus conta uma história. Um homem cai nas mãos de ladrões. Passa um sacerdote, mas não tem tempo para parar, pois deve celebrar um sacrifício. Passa um especialista das leis de pureza (um levita): este tem medo de sujar as mãos com o sangue do homem que ficou semimorto na beira da estrada. Passa, depois, um inimigo, um samaritano, talvez um comerciante concorrente do homem que foi assaltado. E esse samaritano, inimigo dos judeus, cuida do homem à sua própria custa. Nesse ponto da narrativa, Jesus pergunta não quem é o próximo a quem se devem fazer obras caritativas, mas quem é o próximo do homem que foi assaltado. A inversão da pergunta é significativa, porque o especialista da Lei é obrigado a responder que um vil samaritano é o próximo de um judeu assaltado. Para todos nós, isso significa: eu sou próximo de quem encontro no meu caminho, sou chamado a ser solidário com ele, a me tornar próximo dele.

Ao analisar o texto, aparecem detalhes mais significativos ainda. O samaritano “comiserou-se”, “aproximou-se”: uma linguagem que poderia ser aplicada ao próprio Deus. Deus comiserou-se do ser humano, tornou-se próximo dele e salvou-o à sua própria custa: custou a vida de seu Filho. O próximo, “aquele que se comiserou do homem” (Lc 10,37), é Deus mesmo. “Vai e então faz a mesma coisa”, e já não precisarás perguntar quem é teu próximo. E terás a vida eterna, porque desde já estarás vivendo a vida de Deus mesmo.

Gostamos de escolher nossos próximos. Está errado. Somos próximos de quem encontramos. Deus nos colocou perto deles para os tratarmos com o mesmo amor gratuito que ele nos dedica.

4. II leitura (Cl 1,15-20)

A segunda leitura apresenta o belo hino cristológico da carta aos Colossenses. Essa carta dá uma resposta à introdução de doutrinas falsas na comunidade. Alguns ensinam que, além de Cristo, se devem venerar outros seres transcendentes, “espíritos” etc. É difícil ser livre! Por isso, Paulo realça o lugar central exclusivo de Cristo. Ele nos redimiu, dando a sua vida até a morte. Só compreenderemos bem isso quando formos conscientes de que Cristo é também o criador, com o Pai. Ele assume nossa vida e nosso mundo não por fora, mas por dentro. No íntimo do ser homem, ele vive a plenitude de ser Deus. Quando todos chegarem a essa plenitude, a criação estará completa.

Esse hino é uma das obras-primas do Novo Testamento. A ideia principal é a unidade da ordem da criação e da redenção, em Cristo. Ele é a cabeça da redenção, assumindo a todos na sua glória, porque é também a cabeça da criação. O hino expressa isso em termos que lembram fortemente o prólogo de João (Jo 1,1-18) e os textos que falam da Sabedoria como hipóstase unida a Deus desde antes da criação do mundo (Pr 8,22-36; Eclo 24; Sb 7). O hino combina a figura da Sabedoria que preside à criação, identificada a Cristo, com aquela outra imagem paulina de Cristo, cabeça da Igreja, que é seu corpo. No pensamento bíblico, todo o corpo participa da realidade de seu princípio vital (no caso, a cabeça). No sacrifício e na glória de Cristo, assume-se todo o universo na reconciliação com Deus. A “plenitude” (termo helenístico-gnóstico, indicando o “uno”, ou seja, o ser perfeito) mora nele: a plenitude de Deus, englobando todos os seus filhos.

Esse texto pode ser interpretado como elo entre as duas outras leituras, neste sentido: o amor a Deus e a seu ensinamento (primeira leitura) encontra sua plenitude na fé que se concentra em Cristo e sua palavra, proclamada no evangelho. (Um texto que melhor combinaria com o tema da primeira leitura e do evangelho seria, por exemplo, Tg 1,21-25, sobre ouvir e praticar a palavra.)

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Amor ao próximo e solidariedade

Os profetas de Israel teceram os mais sublimes elogios à Lei, ou melhor, ao ensinamento (*torah*) de Deus. Era um caminho de vida. Mesmo assim, havia quem achasse a Lei complicada e procurasse um resumo ou pelo menos um mandamento-chave que, por assim dizer, a resumisse. Essa questão foi apresentada também a Jesus, e ele deu, sem hesitar, a resposta. Menciona o mandamento que todo judeu recita diariamente na oração do “Shemá Israel” (Dt 6,4-5) – “Amar a Deus com todas as forças” – e acrescenta: “e ao próximo como a si mesmo” (como está em Lv 19,18.35). Esses dois mandamentos são inseparáveis, pois o amor ao

próximo é o dever número um de quem ama a Deus. Paulo (Gl 5,13) e Tiago (Tg 2,8) resumem toda a moral cristã nesse único mandamento. João nos diz ser impossível amar a Deus sem amar o irmão (1Jo 4,21). Não se pode amar o Pai sem amar os filhos. Mas o que é amar? E quem são nossos próximos?

Os judeus consideravam como “próximos”, isto é, como candidatos à sua solidariedade, os membros da comunidade judaica e os estrangeiros residentes que viviam em seu meio (e cooperavam com eles): a esses era preciso “amá-los como a si mesmo” (Lv 19,18.35). No caso dos inimigos, sobretudo dos samaritanos, a esses não se devia amar, pelo contrário (cf. Mt 5,43). Ora, exatamente um samaritano se torna solidário com um judeu jogado à beira da estrada, depois que dois ilustres “próximos” judeus, um sacerdote e um levita, deram uma volta para não se incomodar com o compatriota assaltado...

Jesus não respondeu diretamente à pergunta do mestre da Lei: “Quem é o meu próximo?”. Ele respondeu por meio de uma parábola, porque a questão não é descobrir, teoricamente, quem é e quem não é próximo. A parábola insere o ouvinte numa nova situação prática, existencial. Coração generoso se torna próximo de qualquer um que precisa; a melhor maneira de ter amigos é ser amigo; a melhor maneira de encontrar o próximo é tornar-se próximo, aproximar-se. A questão não é teórica, mas prática. Ora, nós, na prática, esquecemos a parábola de Jesus e fazemos como o sacerdote e o levita: afastamo-nos do necessitado – mesmo se pertence à nossa comunidade! – e não “nos aproximamos” dele. Tornar-se próximo é ser solidário. Será que somos solidários com os que vivem na margem da estrada de nossa sociedade? Mesmo quando damos uma esmola a um coitado, não é para nos desviarmos dele?

“Vai e faz a mesma coisa”, diz Jesus. Imitar o samaritano exige solidariedade, assumir a vida do outro, não livrar-se dele. Torná-lo um irmão, pois esse é o sentido verdadeiro da palavra “próximo”.

Como fica essa solidariedade neste tempo em que a doutrina da competição, do lucro e do proveito ilimitado solapou o tecido social, as relações de gratuidade entre as pessoas?

16º DOMINGO DO TEMPO COMUM (18 de julho)

O ÚNICO NECESSÁRIO

I. INTRODUÇÃO GERAL

Neste domingo, a liturgia nos propõe dois exemplos de hospitalidade, o de Abraão e o de Marta. A

história de Abraão dirige nosso olhar para o mistério escondido na hospitalidade. A história de Marta e Maria nos ensina que, antes de se desdobrar em gestos de hospitalidade, importa saber acolher. A verdadeira hospitalidade não consiste em preparar muitas coisas, mas em acolher o dom que é a pessoa. Receber as pessoas com atenção, dar-lhes audiência, pode ser uma ocasião para receber a única coisa verdadeiramente necessária, a palavra de Deus: sua promessa (no caso de Abraão), seu ensinamento (no caso de Maria).

O lema que se repete durante a celebração pode ser: “Em primeiro lugar, escute o Senhor”.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Gn 18,1-10a)

A primeira leitura nos mostra como a hospitalidade de Abraão é recompensada pela promessa de Deus. Sob a aparência de três viajantes, Deus apresenta-se, incógnito, a Abraão, que demonstra toda aquela hospitalidade tão apreciada no Oriente. Aos poucos, o foco da narrativa se desloca da hospitalidade de Abraão para a promessa de Deus. Abraão não perguntou pela identidade de seus hóspedes. Agiu por bondade gratuita. Com a mesma gratuidade, Deus lhe concede o que era estimado impossível: um filho de sua mulher Sara, já idosa.

A leitura mostra que, quando se está oferecendo hospitalidade, na realidade se está recebendo a generosidade de Deus. A hospitalidade que Abraão, generosa e gratuitamente, oferece a três homens, perto do carvalho de Mambré, transforma-se em receber. Ele recebe a coisa que mais deseja: um filho de sua mulher legítima, Sara. Talvez por isso se diz que a hospitalidade é “receber” uma pessoa: o hóspede é um dom para nós...

Deus passa por nossa vida, junto de nossa casa, e importa fazê-lo entrar (Gn 18,3), para que a nossa vida não fique vazia. Deus pode chegar como um viajante, um necessitado, e nossa gratuita bondade deve estar pronta para o “receber” no momento imprevisto.

2. Salmo responsorial (Sl 15[14],2-3ab.3cd-4ab.5)

O salmo responsorial inverte a perspectiva da leitura: em vez de ressaltar o hospedar Deus, focaliza o ser hospedado por ele: “Quem pode morar junto a Deus?”. É a sorte reservada ao justo.

3. Evangelho (Lc 10,38-42)

O evangelho, com o episódio de Jesus na casa de Marta e Maria, focaliza “o único necessário”.

Quem acolhe um hóspede parece estar oferecendo algo – a hospitalidade –, mas pode ser que,

na realidade, esteja recebendo mais do que oferece, como foi o caso de Abraão na primeira leitura. Lida nessa ótica, a história de Marta e Maria se torna reveladora. Hospedar e cuidar é bom; mais fundamental, porém, é “receber” o dom que é o hóspede, com tudo o que tem de mais importante. E o mais importante, no caso, é a palavra de Jesus. Ele não veio para se fazer servir como um freguês num hotel; veio para servir (Mt 20,28), e serve por meio de sua palavra, de sua vida inteira. Ele é inteiramente Palavra, Palavra de Deus, no seu dizer, no seu fazer, no seu sofrer. Acolher essa Palavra é o único necessário.

Quem se esgota em “fazer coisas” para o outro, sem realmente o “receber”, pode ser chamado de ativista. O ativismo é um mal de nosso tempo, mas não data deste século. É doença que espregueia a humanidade desde sempre. Jesus aproveita as intensas ocupações da “dona Marta”, sua anfitriã, para falar desse assunto. Marta dá muita importância aos próprios afazeres e pouca àquilo que recebe de Jesus. Ela deseja que Maria, imersa na escuta das palavras do mestre, interrompa sua escuta e a ajude a preparar a comida. Mas por que preparar comida se não se sabe para quê? Se alguém não se abre para receber a mensagem, para que acolher o mensageiro? Um bom anfitrião procura servir o melhor possível, mas, se não escuta o que o visitante tem para dizer, fará uma montão de coisas, mas a finalidade real da visita não se realizará. “Marta, Marta, tu te ocupas com muitas coisas; uma só, porém, é realmente necessária...”. Jesus não diz o que é essa coisa necessária, mas a história nos faz entender que é o que Maria estava fazendo: escutar Jesus. Maria escolheu a parte certa. Mais fundamental do que a casa bem arrumada e a mesa bem provida com que Marta se preocupa é acolher Jesus, com suas palavras, no coração. Então a mesa bem preparada servirá para sua verdadeira finalidade.

O ativismo, mesmo a serviço dos outros, corre o perigo de ser um serviço a si mesmo: autoafirmação à custa de quem é o “objeto” de nossa caridade. A superação do ativismo consiste em ver o mistério de Deus nas pessoas, assim como Maria o enxergou em Jesus, o porta-voz de Deus, o *portador* das “palavras de vida eterna” (cf. Jo 6,68).

O hóspede vem a nós com uma recomendação de Deus, e por isso lhe dedicamos atenção. Nossa preocupação não deve ser o nosso próprio afazer, mas a interpelação que o rosto do outro nos dirige. Então não lhe imporemos uma hospitalidade que nós inventamos em proveito de nossa autoafirmação, mas abriremos o coração àquilo que ele diz e é. É isso que Jesus lembra a Marta.

A verdadeira contemplação não é uma fuga a pensamentos aéreos, mas aquele realismo superior que nos leva a ver Deus no homem e o homem em Deus. Essa contemplação é também o funda-

mento da verdadeira práxis da fé, que consiste, precisamente, em tratar o homem como filho e representante de Deus. Para isso, o centro de nossa preocupação não deve ser nossa atividade, mas a pessoa humana que nos é dada e que nós “recebemos” como um dom da parte de Deus.

4. II leitura (Cl 1,24-28)

A segunda leitura nos fala da manifestação do mistério de Cristo na missão do apóstolo. Servir a Cristo é participar de seu sofrimento. No sofrimento próprio, Paulo vê confirmada sua comunhão com Cristo, e isso é para ele uma alegria. Ele quer revelar o “mistério de Deus” – que é Cristo – por sua vida. Cristo é a “esperança da glória”. “Cristo no meio de nós” (1,27) não é um belo pensamento, mas força que nos impele ao encontro dos irmãos. Cristo é, em nós, a esperança, a impaciência do Dia que há de manifestar, plenamente, o que ele é e o que nós seremos nele.

Deus vem ao ser humano. Paulo sabe dessa união de Deus e Cristo com o ser humano, que lhes pertence. O apóstolo considera o seu sofrimento como a complementação, no próprio corpo, do sofrimento de Cristo. Não que faltasse algo ao sofrimento de Cristo por parte deste – faltava algo por parte de Paulo; o sofrimento de Cristo precisava ser completado pela *participação* de Paulo. Isso, aliás, vale para todos nós. Só nos apropriamos, por assim dizer, da paixão de Cristo por nossa “com-paixão”.

Paulo anuncia a palavra de Deus em sua plenitude: o mistério escondido desde a eternidade, a realidade só conhecida por quem dela participa, a esperança da glória, “Cristo em vós”. Na comunidade dos fiéis, da qual Paulo se tornou apóstolo, está presente aquele que assume todo o sentido de nossa vida e da criação toda (Cl 1,15-20, cf. domingo passado). Para que fossem levados à perfeição os que receberam sua pregação, Paulo oferece sua vida.

(Querendo usar um texto mais afinado com o tema do evangelho e da primeira leitura, veja-se 1Pd 4,9-11: “Sede hospitaleiros”).

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

O importante e o necessário

Grande mal em nossa sociedade, e também na Igreja, é o ativismo, a falta de disposição para aprofundar o essencial, sob o pretexto de tarefas urgentes.

Na primeira leitura, vimos a virtude da hospitalidade, na figura de Abraão. Deus, que nos anjos se tornou seu hóspede, recompensa-o com a promessa de um filho. Será que o evangelho não contradiz essa lição? Jesus dá a impressão de

valorizar mais a presença passiva de Maria, que fica a escutá-lo, do que a preocupação de Marta em bem recebê-lo. Ou será que o jeito certo de recebê-lo é o de Maria: escutar sua palavra?

Jesus observa a Marta que ela anda ocupada e preocupada com muitas coisas, enquanto uma só é necessária. Essa observação não é uma crítica à hospitalidade, mas indica uma escala de valores: a melhor parte é a que Maria escolheu! O que esta faz é fundamental e indispensável: escutar. O resto (as correrias pastorais, as reuniões) é importante, mas *deve ter fundamento no escutar*. Jesus censura Marta não porque ela cuida da cozinha, mas porque quer tirar Maria do escutar para fazê-la entrar no ritmo das suas próprias ocupações. Marta não conhecia a escala de valores de Jesus.

Paulo, na segunda leitura, pode ser um exemplo. Ele passou pela “passividade” do sofrimento, assumindo no próprio corpo a sua participação no sofrimento de Cristo. Dessa identificação profunda com Cristo ele tirou a força para seu surpreendente apostolado.

Gente ocupada é o que menos falta. Mas sabemos muito bem que toda essa ocupação não gira, necessariamente, em torno do fundamental. Dá até pena ver certas pessoas complicar a vida com mil coisas das quais dizem que vão simplificá-la. Por outro lado, encontramos também, especialmente entre os pobres “de coração” (não aqueles com mania de rico), pessoas que levam uma vida simples, porém com muito mais conteúdo e, sobretudo, com um coração sensível e solidário.

Importa acolher (a Deus, a Jesus, os outros) em primeiro lugar no coração. Só então as demais atuações terão sentido. Isso vale na vida pessoal e também na vida comunitária. Comunidades que giram exclusivamente em torno de preocupações e reivindicações materiais acabam esvaziando-se, caem em brigas geradas pelo personalismo e pela ambição. Mas comunidades que primeiro acolhem com carinho a palavra de Jesus num coração disposto saberão desenvolver os projetos certos para pôr essa palavra em prática.

“Buscai primeiro o reino de Deus...”

17º DOMINGO DO TEMPO COMUM
(25 de julho)

A ORAÇÃO DO DISCÍPULO

I. INTRODUÇÃO GERAL

Pessoas muito racionalistas não raro experimentam dificuldade com a *oração de súplica*. Aham bom rezar para adorar ou agradecer, pois reconhecem que a vida é um dom e existe um ser transcendente e perfeito chamado Deus. Mas pe-

dir que esse ser se ocupe com o dia a dia de suas criaturas lhes parece metafisicamente ingênuo e praticamente pouco atraente, pois torna Deus muito familiar. Preferem não depender dele em seus negócios. Ora, aquele que sustenta todo o ser também não sustenta nosso dia a dia? Ou será que as poucas leis físicas, psicológicas, econômicas e sociológicas que conhecemos são realmente tão abrangentes, que já não sobra espaço para Deus? (Em vez de pensar que essas leis são uma parte do sustento que ele nos fornece em cada momento.)

Seja como for, Jesus nos ensinou a pedir e suplicar, e até com insistência. Cita o exemplo de alguém que, em plena noite, vai acordar o vizinho e bate à sua porta até que ele se levante para ver-se livre do incômodo (evangelho). Isso lembra a “pechincha de Abraão”, que, ao rezar por Sodoma e Gomorra (primeira leitura), se atreve a lembrar a Deus: “Não podes perder os justos com os injustos, é uma questão de honra!”. E Deus atende. A frase do salmo responsorial: “Cada vez que te invoquei, me deste ouvido”, pode ser repetida como lema durante os vários momentos da celebração.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Gn 18,20-32)

A primeira leitura narra a oração de Abraão por Sodoma e Gomorra. O pecado de Sodoma e Gomorra, sobretudo o abuso contra a hospitalidade e contra o respeito sexual (cf. o episódio a seguir, Gn 19,1-11), clama ao céu. Diante da ameaça de Deus, Abraão pede-lhe que não a execute, pois não deve condenar a cidade por causa dos muitos injustos, mas poupá-la por causa de poucos justos. É uma questão de honra para Deus, diz Abraão. Essa história contracena com o Novo Testamento. O Juiz do mundo (Gn 18,25) é também o amigo, o Pai (Lc 11,8, evangelho). Para salvar Sodoma e Gomorra, cinco justos (mas nem estes se encontraram) teriam sido suficientes para Deus; na nova “economia da salvação”, a vida de um único justo, o Filho de Deus, salva a todos.

2. Salmo responsorial (Sl 138[137],1-2a.2bc-3.6-7ab.7c-8)

O salmo responsorial acentua a oração confiante: “Invoquei-te, Senhor, e sempre me atendeste”.

3. Evangelho (Lc 11,1-13)

O evangelho nos propõe a oração do cristão. Os discípulos encontram Jesus em oração. O fato e o modo de Jesus rezar provocam o pedido: “Ensina-nos a rezar”. Então, Jesus ensina-lhes o pai-nosso, protótipo da oração cristã (11,1-4). A versão de Lucas é mais breve que a de Mateus (Mt

6,9-13). Mateus tem sete pedidos, Lucas cinco, mas em ambos está central o pedido do pão de cada dia. Antes de pedir o pão de cada dia, ora-se pela glorificação de Deus e pela vinda de seu reino; depois, pelo perdão do pecado e pela proteção na tentação. Quem pode rezar assim, com sinceridade, é discípulo de Jesus.

Depois da instrução do pai-nosso, Lucas acrescenta dois ensinamentos de Jesus sobre a oração de pedido: a parábola do “vizinho chato” (11,5-8) e as palavras sobre o dom do Pai (11,9-13).

A parábola do “vizinho chato” é provocante. Alguém acorda seu vizinho em plena noite para lhe pedir comida, porque chegou um hóspede imprevisto e a despensa está vazia. O que bate à porta certamente está bem-intencionado, pois, no Oriente, a hospitalidade é um dever muito importante. Mas o vizinho vê nisso um problema, porque deverá levantar-se e passar por cima de mulher e filhos, que estão dormindo, deitados no único quarto da casa simples. Mas o outro continua insistindo e, finalmente, o vizinho, para se ver livre dele, concede-lhe o pedido.

A oração de Abraão como também a do vizinho (e a da viúva insistente, Lc 18,3) nos ensinam uma coisa importante: pedem coisas com que Deus se possa comprometer. Pedem a Deus o que, no fundo, Deus mesmo deseja. Esse (além de nossa insistência) é o segredo da oração eficaz. Saber pedir como convém (cf. Tg 4,3). Deus é nosso Pai. Ele deseja comunicar suas dádivas, especialmente seu Espírito, força a ânimo de nosso existir (Lc 11,9-13).

Por isso, no pai-nosso, Jesus ensina seus discípulos, e a todos nós, a rezar primeiro para que o nome de Deus seja santificado (isto é, para que Deus encontre reconhecimento no mundo) e seu reino venha (Lc 6,2; Mt 6,10 explicita: “Tua vontade seja feita”). Dentro desse quadro de referências, podemos e devemos rezar por nosso pão de cada dia, pelo perdão (pois somos eternos devedores) e para ficar incólumes na tentação. Devemos rezar por isso, com insistência, não tanto porque Deus não soubesse de que precisamos, mas para nos abriremos ao que ele nos quer dar. Pedindo, a gente se convence mais a si mesmo do que a Deus! Pedir é cultivar nossa fé, nossa confiança filial, é deixar “crescer Deus”, como nosso Pai, em nossa consciência e em toda a nossa vida. É voltar a ser crianças – condição para entrar no Reino (cf. Lc 18,17). É por isso que os intelectuais tão dificilmente pedem.

Com essas considerações, não queremos justificar a oração que reduz Deus a um “quebra-galho” ou “tapa-buraco”, às vezes até para causas não condizentes com seu reino (por exemplo, para ter sucesso nos negócios ainda que outras pessoas fiquem prejudicadas). Queremos é revalorizar a

oração de petição, porque nela minha confiança filial em Deus me leva a extravasar, diante dele, aquilo que habita meu coração: minha própria miséria, além das necessidades de meu irmão, o próximo a quem quero bem e vejo em dificuldades. Assim como Abraão fez pelos habitantes de Sodoma. Isso não é absurdo. O mundo não é feito somente com as leis (físicas, psicológicas e sociológicas) que conhecemos ou estão em nossos manuais de escola, mas também com o mistério da vida. Por isso, não há dúvida de que a preocupação amorosa que extravasamos diante de Deus será operante, pela graça daquele mesmo que sustenta toda a vida.

4. II leitura (Cl 2,12-14)

O pensamento da segunda leitura pode ser sintetizado nesta frase: nossas dívidas são saldadas por Cristo. O “sacramento” do Antigo Testamento era a circuncisão: constituía, para Israel, sinal de pertença a Deus, a ponto de Jesus lhe ter se submetido, como se subordinou a toda a Lei (cf. Gl 4,4-5). Mas Jesus assumiu também toda a condição humana e a sepultou consigo em sua morte, para criar o Homem Novo na ressurreição. O que acontece a Cristo acontece a nós: no batismo, somos corressuscitados com Cristo. Corressuscitados com ele (cf. Rm 6,4), somos agora livres, livres de “culpa no cartório” (cf. Rm 8,34).

“Ninguém salva ninguém”, dizem os “realistas”. Será mesmo? Ninguém é salvo se não quer, mas em Cristo existe uma comunhão entre todos os que buscam a fonte da vida, Deus. Essa comunhão de vida, ensina a segunda leitura, faz que Cristo nos redima. Desde que participemos da vida que ele viveu (o que é expresso pelo batismo, imersão na sua morte, para que ressuscitemos com ele para uma vida nova), podemos dizer que a santidade de Cristo salda nossas dívidas e sua morte por amor supre nossa falta de amor (com a condição de nos arrependermos). Como nós mesmos perdoamos a outrem a pedido de uma pessoa amiga (pai, mãe, irmão...), assim nossa comunhão (amizade) com Cristo vale para nos restabelecer na amizade de Deus. E também nossa oração de intervenção junto a Deus será eficaz.

(Um texto das cartas que melhor combina com as duas outras leituras seria 1Jo 5,14-16, sobre a confiança no pedir.)

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Orar e pedir

Certos cristãos, julgando-se esclarecidos, acham as orações de nosso povo muito egoístas,

porque são quase sempre orações de pedido. Ora, as leituras de hoje sublinham a importância da petição. Abraão, com seus incansáveis pedidos, quase salvou as cidades de Sodoma e Gomorra – que, infelizmente, eram ruins demais. Jesus, por seu lado, ensina aos discípulos o pai-nosso, essencialmente uma oração de petição: pede a princípio que Deus reine, e, uma vez que rezamos em harmonia com o desejo de Deus, podemos pedir o que precisamos para nossa vida. Na parábola do homem que incomoda seu vizinho, Jesus parece ensinar-nos a vencer Deus pelo cansaço! No fundo, Deus gosta de dar-nos suas dádivas boas, especialmente seu Espírito, pois mesmo nós – que somos ruins – gostamos de dar coisa boa aos filhos.

A oração de petição não é uma forma de oração inferior, mais egoísta do que a meditação, a louvação, o agradecimento, a adoração... Na verdade, agradecer é a outra face do pedir. Quem agradece, gostou. Por que não pedir então? É reconhecer a bondade do doador! Como aquele frei que, depois de lauto almoço na casa de uma benfeitora, testemunhou sua gratidão com estas palavras: “Senhora, não sei como agradecer... Será que poderia repetir aquela gostosa sobremesa?”.

Conforme o espírito do pai-nosso, devemos pedir, antes de tudo, a realização daquilo que Deus deseja: seu reino, sua vontade. Ora, uma vez asentada essa base, pode-se pedir – com toda a simplicidade – o pão de cada dia, saúde, vida e todos os demais coisas que Deus nos prepara. Também o perdão de nossas faltas. Só não se deve pedir a Deus o que ele não pode desejar: a satisfação de nosso egoísmo. E sempre se deve lembrar que Deus sabe melhor do que nós o que nos convém. Podemos insistir naquilo que achamos sinceramente nosso bem... mas Deus sabe melhor.

É importante pedirmos. Compromete! Depois de ter pedido, a gente já não pode dizer: “Não pedi!”. Comprometemo-nos com Deus e com o que pedimos. Não é como no supermercado, onde você entra, olha e sai sem comprar. É, antes, como no armazém da esquina, onde você pede o que deseja e, caso houver, você compra. Assim, as preces dos fiéis, na celebração da comunidade, devem ter sentido de compromisso: devemos desejar que elas se realizem, e ao mesmo tempo nos oferecer a Deus para colaborar na realização daquilo que pedimos. *Pedir é comprometer-se*. Se pedimos a Deus saúde, não é para gozar egoisticamente a vida, mas para servir melhor. Se pedimos paz, não é para sermos deixados em paz, mas para dedicarmos à comunhão fraterna. Se pedimos por nossos irmãos e nossas irmãs mais pobres, é porque queremos ajudá-los efetivamente. Importa saber como pedimos (cf. Tg 4,3).

18º DOMINGO DO TEMPO COMUM (1º de agosto)

SER RICO PARA DEUS

I. INTRODUÇÃO GERAL

A liturgia de hoje ensina a vaidade da riqueza. Para que tanto trabalhar, se nada podemos levar e devemos deixar o fruto de nosso trabalho para outros (primeira leitura)? Os pais arrecadam, os filhos aproveitam, os netos põem a perder... No evangelho, Jesus ilustra essa realidade com a parábola do homem que chegou a assegurar sua vida material, mas na mesma noite iria morrer...

Neste presente domingo, o acento cai no desapego dos “tesouros” terrenos. Nos próximos domingos, veremos que isso é apenas um lado da mensagem. O verdadeiro tesouro é o que depositamos junto a Deus por meio da solidariedade que praticamos para com os seus filhos, especialmente os pobres. Como lema para a liturgia da Palavra e a homilia, pode-se pensar numa frase como “ser rico para Deus”, “onde está teu tesouro, aí estará teu coração” ou “a riqueza passa, Deus não passa nunca”.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Ecl 1,2; 2,21-23)

“Para que riqueza e saber?”, eis a pergunta do Eclesiastes (Coélet), de autoria de um filósofo judeu versado também no pensamento do mundo grego, lá por volta do ano 300 a.C., quando a Palestina estava sendo absorvida pelo império de Alexandre Magno, que espalhou a cultura grega por todo o Médio Oriente.

A literatura do Antigo Testamento geralmente demonstra apreço e gratidão pela vida. Prova disso é a primeira página da Bíblia, o hino da criação (Gn 1). O Eclesiastes, porém, parece demonstrar certo ceticismo. Ataca o leitor com perguntas inoportunas: Que é o homem? Por que existe? Aonde vai? Para que servem a riqueza e o saber, dificilmente alcançados e tão facilmente perdidos na hora da morte? É como um vento que passa, “vaidade”. Que sobra? Essas perguntas nos preparam para valorizar o “tesouro junto a Deus” de que fala o evangelho.

Quando os negócios vão bem, é difícil aceitar o questionamento do Eclesiastes. Ele insiste no vazio das riquezas deste mundo, não só as riquezas financeiras, mas também o poder e o saber. O judaísmo apreciava bastante a riqueza, vendo nela uma recompensa de Deus (a assim chamada “teologia da retribuição”). Porém, uma obra mais ou menos contemporânea do Eclesiastes, o livro de Jó, põe em xeque a ideia de que a riqueza e

a honra sejam recompensas por uma vida justa: Jó era um justo e recebeu o contrário da riqueza e do poder. Com base nisso, o livro de Jó nos abre ao mistério de Deus, que nos transcende (Jo 38,1-42,6). Eclesiastes, por sua vez, expõe lucidamente a precariedade das riquezas financeiras e culturais. Mas não conhece a visão de Jó, nem propõe alternativa ao tradicional pensamento judaico, nem vê outra riqueza que mereça nosso empenho. Por isso, apregeia uma fruição prudente e um comportamento sem problemas e sem perspectiva maior.

2. Salmo responsorial (Sl 90[89],3-4.5-6.12-13.14.17)

Na mesma linha que a primeira leitura, o salmo responsorial sublinha a precariedade da vida.

3. Evangelho (Lc 12,13-21)

Em contraste com o desejo de se realizar na riqueza e no bem-estar materiais, Jesus, no evangelho, ensina-nos a nos tornar ricos aos olhos de Deus. Lc 12,13-34 traz sentenças de Jesus sobre pobreza e riqueza. A vida não depende do poder aquisitivo (12,15). A palavra de Jesus é boa-nova, antes de tudo, para quem não depende da riqueza material: o pobre (cf. Mt 5,3; Lc 6,20). Onde está o tesouro de alguém, aí está o seu coração (Lc 12,34). Herança, sucesso, safra... não livram o homem do perigo maior, o de endurecer-se, de romper a comunhão com os irmãos e com Deus. Quem liga para esses “tesouros” é um bobo (12,20). Assim é quem adora a sociedade do consumo. Embora talvez frequente a Igreja, no fundo não se importa com Deus (cf. Sl 14[13],1). Possuído por suas posses (cf. Tg 4,13-15), o homem já não percebe o que Deus lhe quer mostrar. O contrário disso, porém, a doação, a comunhão e tudo que daí procede nos garantem um tesouro junto a Deus.

Basta uma boa crise financeira para a gente se lembrar da precariedade dos tesouros deste mundo, mas nem todos aprendem a lição... A cena que o evangelho conta é bem típica: uma briga de irmãos por causa da herança. Querem que Jesus resolva a questão (como os cristãos de família tradicional que chamam o padre para resolver problemas familiares). Jesus, porém, não mostra interesse por isso, sua missão é outra. Que adiantaria, para o reino de Deus, impor a esses dois irmãos uma solução que, provavelmente, não os reconciliaria? Para Jesus, interessa que a pessoa se converta aos valores do Reino. Por isso, ele narra a parábola do rico insensato, o qual, depois de uma boa safra, achou que poderia descansar para o resto da vida e viver do que recolhera. (Coitado! Na mesma noite Deus viria reclamar sua vida...) Não que Jesus critique

o desejo de viver decentemente; antes denuncia a mania de depositar a esperança nas riquezas desta vida, perdendo a oportunidade de reunir tesouros (= o que se deposita para guardar) junto a Deus.

As riquezas não são um mal em si, mas desviam nossa atenção da verdadeira riqueza, a amizade de Deus, a qual alcançamos pela dedicação a seus filhos (nesse sentido, convém completar a parábola de hoje por aquela do rico avaro e Lázaro, Lc 16,19-31).

4. II leitura (Cl 3,1-5.9-11)

Em continuidade com a segunda leitura de domingo passado, Paulo nos expõe hoje a vida nova em Cristo. A vida nova do cristão é morrer e corressuscitar com Cristo. A comunhão com ele não é só para a vida futura; já somos nova criação em Cristo, embora ela esteja ainda escondida em Deus, como o próprio Cristo. Mas essa vida nova já age e sua configuração já está definida. Para isso, o velho homem deve morrer, não por uma mortificação que diminui a dignidade humana, mas pela vida nova na comunhão. Isso é que nos garante um tesouro junto a Deus.

O evangelho nos ensina a rever os critérios de nossa vida. Precisamos acreditar que nossa existência é diferente daquilo que o materialismo nos propõe. A segunda leitura nos fornece uma base sólida para tal fé. Corressuscitados com Cristo, devemos procurar as coisas do alto: o que é de valor definitivo, junto a Deus. E isso não está muito longe de nós. Nossa verdadeira vida é Cristo, que está “escondido” junto a Deus, na glória que se há de manifestar no dia sem fim. Se essa é nossa vida verdadeira, embora escondida, ela determina nosso agir *desde já*. Em vez de buscar interesses próprios (Cl 3,5.7 faz o elenco destes), devemos buscar o que é de Deus (3,12-17, continuação da presente leitura). Nossa vida já é dirigida por critérios diferentes, embora sua figura definitiva ainda não seja visível. Por isso, o cristão é incompreensível para o mundo. Ele mesmo, porém, deve compreender e sondar a precariedade dos “tesouros” deste mundo. Por ser assim “diferente”, ele será rejeitado; portanto, precisa de uma fé sólida na autêntica vida – a de Cristo ressuscitado e de todos os verdadeiros batizados, sem distinção (Cl 3,11).

Será que isso significa desprezo pelo mundo? Não. Nem teríamos o direito de desprezar o que Deus criou. É apenas uma questão de realismo: importa saber onde está a vida verdadeira, o sentido último de nosso existir, e relativizar o resto em função dessa vida verdadeira. Esta é a do Filho de Deus. Nós a partilhamos se nos dedicamos à vontade do Pai em tudo. E essa vontade é o amor para com nossos irmãos. O amor nos engaja muito mais neste mundo do que a busca de riquezas e de saber ilustrado.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Riqueza insensata

Quem é materialista (“materialista prático”, ainda que tenha teorias altamente espirituais), no fundo, só quer conhecer os prazeres do mundo. Para ele, o ensinamento de Jesus é indigesto. Nem por isso esse ensinamento deixa de ser verdadeiro. Não levamos nada daqui. As riquezas materiais não têm valor duradouro nem podem ser o fim último ao qual o ser humano se dedica.

Talvez o consumismo de hoje tenha isto de bom: lembra-nos essa precariedade. O produto que compramos hoje já sairá da moda amanhã, e depois de amanhã já nem haverá peças de reposição para consertá-lo! Nossa nova TV estará fora de moda antes de terminarmos de pagar as prestações... Por outro lado, esse consumismo é grosseira injustiça, pois gastamos em uma só geração os recursos das gerações futuras. Se as coisas valem tão pouco, melhor seria não as comprar e voltar a uma vida mais simples e desprendida. Poderia até sobrevir, como consequência, uma recessão econômica, mas também haveria menos necessidade de dinheiro para ser gasto...

A caça à riqueza material é um beco sem saída. A razão por que se insiste em produzir sempre mais é que os donos do mundo lucram com a produção, sobretudo das coisas supérfluas que enchem as prateleiras das lojas. Para vendê-las, criam e excitam nas pessoas a necessidade de possuí-las, mediante a publicidade na rua, no jornal, na televisão. Quando então as pessoas não conseguem adquirir todas essas coisas, ficam irrequietas; quando conseguem, ficam enjoadas; e nos dois casos surge mais uma necessidade: a psicoterapia...

A “sabedoria do lucro” é injusta e assassina. Leva as pessoas a desconsiderar os fracos. Um presidente deste nosso país chegou a dizer que “quem não pode competir não deve consumir”... O sistema do lucro e do desejo sempre mais acirrado precisa manter as desigualdades, pois parte do pressuposto de que todos querem superar a todos. Tal sistema é “intrinsecamente pecaminoso”, disseram os papas Paulo VI e João Paulo II.

Ser rico não para si, mas para Deus. Não amontoar riquezas que, na hora do juízo, serão as testemunhas de nossa avareza, injustiça e exploração (cf. Tg 5,1-6), mas riquezas que constituam a alegria de Deus!

Não adianta muito discutir se a produção tem de ser capitalista ou socialista, enquanto não se tem claro que o ser humano não existe para a produção, e sim a produção para o ser humano. O qual, se for sábio, tentará precisar dela o menos possível. Usá-la-á para fazer amigos que o “recebam nas moradas eternas” (Lc 16,9).

19º DOMINGO DO TEMPO COMUM (8 de agosto)

A VIGILÂNCIA ESCATOLÓGICA

I. INTRODUÇÃO GERAL

A vigilância é uma atitude bíblica. A liturgia de hoje nos lembra a noite em que Deus libertou seu povo da escravidão do Egito – quando o anjo exterminador visitou as casas dos egípcios, enquanto os israelitas, de pé e cadoado na mão, celebravam o Senhor pela refeição pascal. Estavam prontos para seguir seu único Senhor, que os conduziria através do mar Vermelho até o deserto (primeira leitura). Segundo o evangelho, a vigilância é também a atitude do cristão que espera a volta de “seu senhor”, o qual, encontrando seus servos a vigiar, os fará sentar à mesa e os servirá. Pois já fez uma vez assim, na ceia que precedeu o dom de sua vida (cf. Lc 22,27). Jesus é o Senhor servo.

Convém, portanto, abrir os olhos para a realidade que está ainda escondida por trás do horizonte, mas é decisiva para a nossa vida. Sintetizando o espírito da liturgia de hoje, poderíamos dizer: o mundo nos é confiado não como uma propriedade, mas como um serviço a um “Senhor” que está “escondido em Deus”, porém, na hora decisiva, se revelará ser nosso amigo e servo de tanto que nos ama, a nós e os que confiou à nossa solicitude vigilante. “Minha vida não é propriedade a que me apegar, mas dom a serviço de todos” poderia ser um lema adequado para esta celebração.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Sb 18,6-9)

Segundo Ex 12,42, Deus passou a noite em vigília para libertar Israel e por isso Israel lhe dedica a vigília pascal. Na primeira leitura de hoje, ouvimos a meditação do livro da Sabedoria sobre essa memória do povo. Sb 10,19 descreve a atuação da divina Sabedoria na história de Israel. Na “noite” (Sb 18,6) do êxodo, Deus castigou o Egito, fazendo morrer seus primogênitos; foi o juízo de Deus, para salvar Israel (Sb 18,14-19; cf. Ex 12,12-29). O texto lembra que os “pais” (os antigos israelitas) preparavam-se para essa noite (Ex 11,4-6), a noite da vigilância (Ex 12,42), celebrando Javé no escondido (Sb 18,9). Tal vigilância e fidelidade são tarefa para todas as gerações, até a libertação final.

2. Salmo responsorial (Sl 33[32],1.12.18-19.20.22)

O salmo responsorial louva essa fidelidade de Israel em recordar-se dos benefícios do Senhor:

feliz o povo que Deus escolheu por herança. “Nele esperamos confiantes.”

3. Evangelho (Lc 12,32-48)

O evangelho “atualiza” a lembrança da vigília de Israel no tema da vigilância escatológica. A comunidade cristã era uma minoria vulnerável, um “pequeno rebanho” (12,32). Porém, a ela pertence o Reino, a comunhão com Deus. Nisso entram diversas considerações. Lembrando o ensino de Jesus sobre a riqueza (Lc 12,33-34; cf. domingo passado), o evangelho ensina que o discípulo deve estar livre, procurando só o que está guardado ou depositado (a tradução diz “tesouro”) junto a Deus. Os versos seguintes, Lc 12,35-48, ensinam então a vigilância (cf. primeira leitura): perceber o momento! Os servos devem estar prontos para a volta do seu Senhor, pois essa volta será o juízo tanto sobre os que estiverem atentos quanto sobre os despreocupados. E essa vigilância consiste na fidelidade no serviço confiado a cada um (cf. Mt 24,43-51; 25,1-13; Mc 13,35).

Lucas nos faz ver nossa vida em sua dimensão verdadeira. Vivendo no ambiente mercantilista do império romano, o evangelista vê constantemente o mal causado pelas falsas ilusões de riqueza e bem-estar, além do escândalo da fome (cf. 16,19-31). Se escrevesse hoje, não precisaria mudar muito. Ensina-nos a vigilância no meio das vãs ilusões.

A leitura continua com outras sentenças e parábolas referentes à parusia. Elas explicam, de maneira prática, o que a vigilância implica. Com a imagem do administrador sensato e fiel (12,42), Lucas ensina a cuidar do bem de todos os que estão em casa. Pela pergunta introdutória de Simão Pedro (12,41), parece que isso se dirige sobretudo aos líderes da comunidade. A vigilância não significa ficar de braços cruzados, esperando a parusia acontecer, mas assumir o bem da comunidade (cf. 1Ts 5). Lucas fala também da responsabilidade de cada um (12,47-48). Quem conhecia a vontade do Senhor e, contudo, não se preparou será castigado severamente, e o que não conhecia essa vontade se salva pela ignorância; a quem muito se deu, muito lhe será pedido; a quem pouco se deu, pouco lhe será pedido.

O importante dessa mensagem é que cada um, ao assumir no dia a dia as tarefas e, sobretudo, as pessoas que Deus lhe confiou, está preparando sua eterna e feliz presença junto a Cristo, que é, conforme Lc 13,37 e 22,27, “o Senhor que serve” (o único que serve de verdade). Cristo ama efusivamente a gente que ele confia à nossa responsabilidade. Não podemos decepcionar a esperança em nós depositada.

A visão da *vigilância como responsabilidade* mostra bem que a religião do evangelho não é ópio do povo, como Marx a chamou. A fé, vista

na perspectiva do evangelho de hoje, implica até a conscientização política, quando, solícito pelo bem dos irmãos, se descobre que bem administrar a casa não é passar de vez em quando uma cera ou um verniz nos móveis, mas também, e sobretudo, mexer com as estruturas tomadas pelos cupins...

Tal vigilância escatológica não é uma atitude fácil. Exige que a gente enxergue mais longe que o nariz. É bem mais fácil viver despreocupado, aproveitar o momento... pois, afinal, “quem sabe quando o patrão vai voltar?” (cf. Lc 12,45).

4. II leitura (Hb 11,1-2.8-19)

Para sustentar a atitude de ativa vigilância e solicitude pela causa do Senhor, precisamos de muita fé. Nesse sentido, a segunda leitura vem sustentar a mensagem do evangelho. Traz a bela apologia da fé de Hb 11: *A fé é a esperança daquilo que não se vê*. A fé é como que possuir antecipadamente aquilo que se espera; é uma intuição daquilo que não se vê (11,1).

Hb 11-12 é dedicado ao tema da fé. A fé olha para o futuro, como Abraão, como os israelitas no tempo do êxodo, como o discípulo que espera a vinda do Senhor; é esperança. Não deixa a pessoa instalar-se no presente. Este mundo não é o termo do caminho do ser humano. Deus preparou-lhe uma pátria melhor. O cristão é um estrangeiro neste mundo. Decerto leva este mundo a sério, mas isso se exprime exatamente no fato de ficar livre diante dele (o que não exclui o compromisso com os filhos de Deus neste mundo!).

Quando concebida como esperança vigilante, percebe-se o teor escatológico da fé. Ela não é, em primeira instância, a adesão da razão a verdades inacessíveis, mas o engajamento da existência no que não é visível nem palpável, porém tão real que pode absorver o mais profundo do meu ser. Hebreus cita toda uma lista de exemplos dessa fé, pessoas que se empenharam por aquilo que não se enxergava. O caso mais marcante é a obediência de Abraão e sua fé na promessa de Deus (11,8-19; cf. Gn 15,6). O texto continua: muitos deram a vida por essa fé, que fez Israel peregrinar qual estrangeiro neste mundo (11,35b-38). Mas o grande exemplo fica reservado para o próximo domingo: Jesus mesmo.

Se se procura uma leitura mais afinada com a primeira e o evangelho, pode-se considerar Ef 6,13-18, sobre “a armadura da fé”.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Viver para aquilo que é definitivo

O fim para o qual vivemos reflete-se em cada uma de nossas ações. A cada momento pode chegar o fim de nossa vida. Que esse fim seja aquilo que vigilantes esperamos, como os hebreus vigiaram

na noite da libertação, preparados para sair da escravidão; então não será uma noite de morte e condenação, como foi para o empregado malandro surpreendido pela volta inesperada de seu patrão.

Preparemo-nos para o definitivo de nossa vida, aquilo que permanece, mesmo depois da morte. Essa é uma mensagem difícil para o nosso tempo de imediatismo. Muitos nem querem pensar no que vem depois; contudo, a perspectiva do fim é inevitável. Já outros veem o sentido da vida na construção de um mundo novo, ainda que não seja para si mesmos, mas para seus filhos ou para as gerações futuras. Assim como os antigos judeus depositavam sua esperança de sobrevivência nos filhos, essas pessoas a depositam na sociedade do futuro. É nobre. Mas será suficiente?

Jesus abre uma perspectiva mais abrangente: um “tesouro” no céu, uma vida guardada junto a Deus. Até lá não chega a desintegração a que diariamente assistimos. Mas será que olhar para o céu não desvia nosso olhar da terra? Não leva à negação da realidade histórica, desta terra, da nova sociedade que construímos? Ou será, pelo contrário, uma valorização de tudo isso? Com efeito, mostrando como são provisórias a vida e a história, Jesus nos ensina a usá-las bem, para produzir o que ultrapassa a vida e a história: o amor, que nos torna semelhantes a Deus. Esse é o tesouro do céu, mas ele precisa ser granjeado aqui na terra.

Tal visão cristã acompanha os que se empenham pela construção de um mundo novo, solidário e igualitário, a fim de suplantarmos a atual sociedade, baseada no lucro individual. Contudo, não basta simplesmente manter-se nesse nível material, por mais que ele dê realismo ao empenho do amor e da justiça. A visão cristã acredita que a solidariedade exercida aqui e agora, na história, é confirmada para além dela. Ultrapassa nosso alcance humano. É a causa de Deus mesmo, confirmada por quem nos chamou à vida e nos faz existir. A utopia histórica, a visão cristã acrescenta a fé, “prova de realidades que não se veem”. A fé, baseada na realidade definitiva que se revelou na ressurreição de Cristo, dá-nos a firmeza necessária para abandonar tudo em prol da realização última – a razão de nosso existir.

20º DOMINGO DO TC. / ASSUNÇÃO DE N. SENHORA (15 de agosto)

A MÃE GLORIOSA E A GRANDEZA DOS HUMILDES

I. INTRODUÇÃO GERAL

Em 1950, o papa Pio XII proclamou o dogma da Assunção de Nossa Senhora ao céu. Um dogma

é um marco referencial de nossa fé, por trás do qual ela não pode retroceder e sem o qual ela não é completa. Proclamamos que Maria, no fim de sua vida, foi acolhida por Deus no céu “com corpo e alma”, ou seja, coroada, plena e definitivamente, com a glória que Deus preparou para os seus santos. Assim como ela foi a primeira a servir Cristo na fé, é a primeira a participar na plenitude de sua glória, a “perfeitissimamente redimida”. Maria foi acolhida, completamente, de corpo e alma, no céu, porque ela acolheu o céu nela – inseparavelmente.

A presente festa é uma grande felicitação de Maria por parte dos fiéis, que nela veem, a um só tempo, a glória da Igreja e a prefiguração da própria glorificação. A festa tem uma dimensão de *solidariedade* dos fiéis com aquela que é a primeira a crer em Cristo e, por isso, também, é a mãe de todos os fiéis. Daí a facilidade com que se aplica a Maria o texto do Apocalipse, na primeira leitura, originariamente uma descrição do povo de Deus, que deu à luz o Salvador e depois se refugiou no deserto. Na segunda leitura, a assunção de Maria ao céu é considerada como antecipação da ressurreição dos fiéis, que serão ressuscitados em Cristo. Observe-se, portanto, que a glória de Maria não a separa de nós, mas a torna unida a nós mais intimamente.

Merece consideração, sobretudo, o texto do evangelho, o *Magnificat*, que hoje ganha nova atualidade, por traduzir a pedagogia divina: *Deus recorre aos humildes para realizar suas grandes obras*. Esse pensamento pode ser o fio condutor da celebração. Na homilia, convém que se repita e se faça entrar no ouvido e no coração esse pensamento ou uma frase do *Magnificat* que o exprima.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Ap 11,19a; 12,1.3-6a.10ab)

O sinal da Mulher, no Apocalipse, aplica-se em primeiro lugar ao povo de Deus do qual nasce o Messias: à Igreja do Novo Testamento, nascida dos que seguem o Messias. Aparece no céu a Mulher que gera o Messias; as doze estrelas indicam quem ela é: o povo das doze tribos, Israel – não só o Israel antigo, do qual nasce Jesus, mas também o novo Israel, a Igreja, que, no século I d.C., quando o livro foi escrito, precisava esconder-se da perseguição, até que, no fim glorioso, o Cristo se possa revelar em plenitude. Ao ouvir esse texto, a liturgia pensa em Maria. Maria assunta ao céu sintetiza em si, por assim dizer, todas as qualidades desse povo prenhe de Deus, aguardando a revelação de sua glória.

2. Salmo responsorial (Sl 45[44],10bc.11-12ab.16)

O salmo responsorial é belo canto nupcial em honra da esposa régia. Em Maria se reconhece o

povo-esposa, Sião, que se apresenta em toda a sua beleza para as núpcias messiânicas: Deus que será dele como ele é de Deus.

3. II leitura (1Cor 15,20-27a)

No quadro da glória celestial, a segunda leitura evoca a visão da vitória de Cristo sobre a morte (presente também na liturgia da festa de Cristo Rei no ano A). O sinal da vitória definitiva de Cristo é a ressurreição, seu triunfo sobre a morte. Essa vitória se realizou na sua própria morte e se realizará também na morte dos que o seguem. Maria já está associada a Jesus nessa vitória definitiva; nela, a humanidade redimida reconhece sua meta.

4. Evangelho (Lc 1,39-56)

O evangelho de hoje é o *Magnificat*. O quadro narrativo é significativo: Maria vai ajudar sua parenta Isabel, grávida, no sexto mês. Ao dar as boas-vindas à prima, Isabel interpreta a admiração dos fiéis diante daquilo que Deus operou em Maria. Esta responde, revelando sua percepção do mistério do agir divino: um agir de pura graça, que não se baseia em poder humano; pelo contrário, envergonha esse poder, ao elevar e engrandecer o pequeno e humilhado, porém dedicado ao serviço de sua vontade amorosa. O amor de Deus se realiza por meio não da força, mas da humilde dedicação e doação. E nisso manifesta sua grandeza e glória.

O *Magnificat*, hoje, ganha nova atualidade, por traduzir a pedagogia divina: Deus recorre aos humildes para realizar suas grandes obras. Ele escolhe o lado de quem, aos olhos do mundo, é insignificante. Podemos ler no *Magnificat* a expressão da consciência de pessoas “humildes” no sentido bíblico: rebaixadas, humilhadas, oprimidas. A “humildade” não é vista como virtude aplaudida, mas como baixo estado social mesmo, como a “humilhação” de Maria, que nem tinha o *status* de casada, e de toda a comunidade de humildes, o “pequeno rebanho” tão característico do Evangelho de Lucas (cf. 12,32, texto peculiar de Lc). Na maravilha acontecida a Maria, a comunidade dos humildes vê claramente que Deus não obra por meio dos poderosos. É a antecipação da realidade escatológica, na qual será grande quem confiou em Deus e se tornou seu servo (sua serva), não quem quis ser grande pelas próprias forças, pisando os outros. Assim, realiza-se tudo o que Deus deixou entrever desde o tempo dos patriarcas (as promessas).

A glorificação de Maria no céu é a realização dessa perspectiva final e definitiva. Em Maria são coroadas a fé e a disponibilidade de quem se torna servo da justiça e da bondade de Deus; impotente aos olhos do mundo, mas grande na obra que Deus realiza. É a Igreja dos pobres de Deus que hoje é coroada.

A celebração litúrgica deverá, portanto, suscitar nos fiéis dois sentimentos dificilmente conjugáveis: o triunfo e a humildade. O único meio para unir esses dois momentos é pôr tudo nas mãos de Deus, ou seja, esvaziar-se de toda glória pessoal, na fé em que Deus já começou a realizar a plenitude das promessas.

Em Maria vislumbramos a combinação ideal da glória e da humildade: ela *deixou Deus ser grande* na sua vida.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

A mãe gloriosa e a grandeza dos pobres

O *Magnificat* de Maria é o resumo da obra de Deus com ela e em torno dela. Humilde serva – faltava-lhe o *status* de mulher casada –, foi “exaltada” por Deus para ser mãe do Salvador e participar de sua glória, pois o amor verdadeiro une para sempre. Sua grandeza não vem do valor que a sociedade lhe confere, mas da maravilha que Deus nela opera. Aconteceu um *diálogo de amor entre Deus e a moça de Nazaré*: ao convite de Deus responde o “sim” de Maria, e à doação dela na maternidade e no seguimento de Jesus responde o grande “sim” de Deus, com a glorificação de sua serva. Em Maria, Deus tem espaço para operar maravilhas. Em compensação, os que estão cheios de si mesmos não o deixam agir e, por isso, são despedidos de mãos vazias, pelo menos no que diz respeito às coisas de Deus. O filho de Maria coloca na sombra os poderosos deste mundo, pois, enquanto estes oprimem, ele salva de verdade.

Essa maravilha só é possível porque Maria não está cheia de si mesma, como os que confiam no seu dinheiro e *status*, mas “cheia de graça”. Ela é serva, está a serviço – também de sua prima, grávida como ela – e, por isso, sabe colaborar com as maravilhas de Deus. Sabe doar-se, entregar-se àquilo que é maior que sua própria pessoa. *A grandeza do pobre é que ele se dispõe para ser servo de Deus*, superando todas as servidões humanas. Ora, para que seu serviço seja grandeza, o fiel tem de saber decidir a quem serve: a Deus ou aos que se arrogam injustamente o poder sobre seus semelhantes. Consciente de sua opção, quem é pobre segundo o espírito de Deus realizará coisas que os ricos e os poderosos, presos na sua autossuficiência, não realizam: a radical doação aos outros, a simplicidade, a generosidade sem cálculo, a solidariedade, a criação de um homem novo para um mundo novo, um mundo de Deus.

A vida de Maria, a “serva”, assemelha-se à do “servo”, Jesus, “exaltado” por Deus por causa de sua fidelidade até a morte (cf. Fl 2,6-11). De fato, o amor torna as pessoas semelhantes entre si. Também na glória. Em Maria realiza-se, desde o fim de sua vida na terra, o que Paulo descreve na segunda leitura: a entrada dos que pertencem

a Cristo na vida gloriosa concedida pelo Pai, uma vez que o Filho venceu a morte.

Congratulando Maria, congratulamo-nos a nós mesmos, a Igreja. Pois, mãe de Cristo e mãe da fé, Maria é também mãe da Igreja. Na “mulher vestida de sol” (primeira leitura) confundem-se os traços de Maria e os da Igreja. Sua glorificação são as primícias da glória de seus filhos na fé.

No momento histórico em que vivemos, a contemplação da “serva gloriosa” pode trazer uma luz preciosa. Quem seria a “humilde serva” no século XXI, século da publicidade e do sensacionalismo? Sua história é: serviço humilde e glória escondida em Deus. Não se assemelha a isso a Igreja dos pobres? A exaltação de Maria é sinal de esperança para os pobres. Sua história também joga luz sobre o papel da mulher, especialmente da mulher pobre, “duplamente oprimida”. Maria é “a mãe da libertação”.

21º DOMINGO DO TEMPO COMUM (22 de agosto)

VOCAÇÃO UNIVERSAL À SALVAÇÃO

I. INTRODUÇÃO GERAL

São poucos os que vão ser salvos? Muitos cristãos vivem com essa pergunta angustiante, inculcada às vezes por pregadores insensatos.

Segundo Jesus, no evangelho, a salvação é para todos, vindos de todos os lados, dos quatro ventos, de perto e de longe. Só não é para os que se fecham na sua autossuficiência e nos seus presumidos privilégios. A primeira leitura lembra que Deus não apenas quis salvar o povo de Israel do exílio babilônico, como também o encarregou de abrir o Templo e a aliança a todas as nações. Quando Deus concede um privilégio, como foi a salvação de Israel do cativeiro babilônico, esse privilégio se torna responsabilidade para com os outros. Deus rejeita a autossuficiência.

Na reflexão/homilia, pode-se aprofundar o tema do chamamento universal combinado com a exigência de resposta generosa. “Deus não fechou o número, a nós cabe nos incluir nele” poderia ser um lema para inculcar no ouvido e no coração do povo celebrante.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Is 66,18-21)

O fim da profecia de Isaías evoca a revelação universal da glória de Deus: uma “utopia”. Olhar para o futuro, como faz o profeta pós-exílico de Is 66, não é necessariamente fuga da realidade presente; pode também ser um passo ao encontro

da realidade messiânica que vem de Deus. Trata-se do futuro criado por Deus! Ele envia mensageiros a todos os povos, até os mais distantes, os que nunca ouviram falar dele! Então farão subir a Sião esses povos e suas riquezas para santificarem o Senhor no Templo – alguns até como sacerdotes! O profeta vê Israel como o lugar da manifestação dos grandes feitos de Deus. De fato, a própria pessoa de Jesus, o judeu, será desse lugar.

2. Salmo responsorial (Sl 117[116],1.2)

O salmo de meditação é um breve hino de louvor universal a Deus. À universalidade da salvação oferecida por Deus corresponde o louvor universal de suas criaturas.

3. Evangelho (Lc 13,22-30)

O evangelho de hoje deve ser entendido à luz da fé na salvação universal: a todos deve ser apresentado o convite do Reino. Algumas pessoas, preocupadas, perguntam a Jesus se são poucos os “eleitos” que vão participar do reino de Deus. Jesus não responde, mas evoca três imagens.

As duas primeiras imagens que Jesus evoca são “restritivas”: 1) a porta é estreita, mas a vocação, universal; porém é preciso esforçar-se (13,23-24; cf. 16,16); 2) em determinado momento a porta será fechada, e então será tarde para chorar por entrar (13,25-27). À preocupação apocalíptica de saber o número dos eleitos e as chances de entrar, Jesus responde: o número dos eleitos não importa; importa a conversão, esforçar-se para entrar e não ficar gracejando, exibindo um ar de interessado, sem nada empreender. Pois vem o momento em que o dono da casa se levanta e fecha a porta; então, não reconhecerá os que estiveram com ele nas praças, porém só “de corpo presente”, sem dar audiência à sua palavra. Ora, a festa em si, ela está aberta a todos os que quiserem esforçar-se. Mas Jesus dirige uma crítica àqueles em cujas praças ele ensinou (13,26): deixaram-no falar, mas não obedeceram a seu apelo de conversão, talvez por estarem seguros de pertencer ao número dos eleitos. Eles são os primeiros que se tornam últimos, enquanto os últimos – os desprezíveis pagãos –, quando se convertem, se tornam os primeiros, para sentar com Abraão, Isaac e Jacó (que provocação para os judeus!) na mesa do banquete escatológico, vindos de todos os cantos do mundo.

Aparece aqui a terceira imagem: o banquete dos povos. Apesar da exclusão dos “primeiros”, que recusaram o convite, Deus realizará o banquete escatológico para todos os povos, incluindo os gentios (os “últimos”) (13,28-30). Portanto, Deus não é mesquinho, não prepara a festa para um número restrito, mas para todos. Espera, porém, o empenho da fé, vivida na caridade, como resposta à palavra da pregação: qualquer um que responder a essa exi-

gência poderá participar. Para compreender melhor essa combinação entre o chamado universal e a exigência de disposição e empenho pessoal, pode-se ver a parábola do banquete universal segundo Mateus, seguida da parábola do traje de festa que se exige para participar (Mt 22,1-14).

Essa mensagem não perdeu sua atualidade. O que Jesus recusa é o calculismo e a falsa segurança a respeito da eleição. Esta não responde a nenhum critério humano. É a graça de Deus que nos chama à sua presença. Diante desse chamado, todos, seja quem for, devem converter-se, pois ninguém é digno da santidade de Deus nem de seu grande amor. Ninguém se pode considerar dispensado de lhe prestar ouvido e de transformar sua vida conforme a exigência de sua palavra. Não existe um número determinado de eleitos (é bom repeti-lo, em vista de certas seitas por aqui). O que existe é um chamado universal e permanente à conversão. E esse chamado vale também para os que já vêm rotulados de bons cristãos. Pois a fé nunca é conquistada para sempre. É como o maná do deserto: se a gente o quer guardar até a manhã seguinte, apodrece (cf. Ex 16,20)! Quem não retoma diariamente o trabalho de responder à Palavra com autêntica conversão gritará em vão: “Senhor, participei de retiros e assisti a pregações, palestras e cursos em teu nome (e também comi e bebi nas tuas festinhas paroquiais)”... E também hoje os últimos poderão ser os primeiros: os que não vão à igreja porque não têm roupa decente, porque devem trabalhar, porque têm filhos demais ou, simplesmente, porque se sentem estranhos entre tanta gente de bem... Para chamá-los é que Jesus não ficou nos grandes centros, mas entrou nos bairros e vilarejos.

4. II leitura (Hb 12,5-7.11-13)

A segunda leitura apresenta um tema delicado: o sofrimento como pedagogia de Deus. Nossa atual condição humana é precária, “frágil” (Hb 5,15). O Filho de Deus participa dessa fragilidade, para nos ajudar. Ele conheceu tentação, sofrimento e morte: “aprendeu a obediência” (5,8). Do mesmo modo, os fiéis devem passar pela “escola” de Deus: assim chegarão à justiça, à retidão, à salvação. Deus nos educa para a vida (12,9-10).

Esse texto entra em choque com a mentalidade “esclarecida”. O texto diz que Deus “castiga” para nos educar: “Pois o Senhor educa a quem ele ama e castiga todo que acolhe como filho” (Hb 12,6; cf. Pr 3,11-12). Achemos horrível: Deus castiga, faz sofrer? Não. Educa-nos, como um bom pai educa seu filho, corrigindo-o. Essa é a resposta dos antigos para o escândalo do sofrimento, e do nosso povo simples também. Será que eles se enganam? Enquanto os eternos disputadores acusam Deus por permitir o sofrimento, os simples veem no sofrimento uma escola de vida. O importante não é de onde vem o sofrimento, a não ser que seja conse-

quência da maldade. Importante é saber o que fazer com ele! Que o sofrimento existe é inegável. Muitas vezes, é causado pelos homens, mas nem sempre. A quem sofre importa menos explicar as causas do que dar um sentido ao sofrer. O sofrimento pode ter o valor de educação para uma vida que agrade a Deus, já que este, em Cristo, também o encarou. Não é errada tal valorização do sofrimento, já que não se consegue escapar dele, nem mesmo no admirável mundo novo da era tecnológica. Como cristãos, devemos aprender a viver uma vida nova, diferente da vigente. Isso não é possível sem sofrer. Porém, esse sofrimento não deprime, não torna fatalista, mas faz crescer a força para produzir frutos de paz e justiça: “Levantai, pois, as mãos fatigadas e os joelhos trêmulos; dirigi vossos passos pelo caminho reto!” (Hb 12,12).

(Um texto das cartas mais próximo das outras leituras seria 1Pd 2,9-10: somos chamados das trevas à luz.)

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Cristianismo instalado ou aberto?

A vocação à salvação é universal, mas nem por isso todos os que a ouvem estão salvos. Existem muitos cristãos acomodados e seguros que fazem formalmente todo o prescrito, porém não assumem com o coração o que Jesus deseja que façam, sobretudo o incansável amor ao próximo. Eles ficarão de fora se não se converterem, enquanto outros, considerados pagãos, vão encontrar lugar no Reino. Os que só servem a Deus com os lábios e não com o coração e de verdade, o Senhor não os conhecerá!

Na América Latina, hoje, os que sempre foram os “donos” da Igreja estão se enterrando no materialismo, e os pobres – marginalizados da vida eclesial ou relegados a uma posição inferior – estão entrando nas comunidades e ocupando o lugar dos antigos donos. Apesar das tentativas de voltar ao “tradicional”, tanto o povo simples como a juventude pós-moderna estão dando outro aspecto a igrejas e capelas. Esvazia-se o comportamento chamado tradicional – porém alheio à verdadeira Tradição –, enquanto se abre espaço para novo modo de ser cristão, mais jovem e mais simples, mais participativo e menos fechado, mais fiel, também, à primeira tradição cristã.

Contudo, essa chegada de um novo tipo de cristãos, muitas vezes “vindos de longe”, não significa que o ser cristão esteja ficando mais fácil. Pelo contrário, exige desinstalação. Exige busca permanente do que é realmente ser cristão: não apegar-se a fórmulas farisaicas, mas entregar-se a uma vida de doação e de amor, que sempre nos desinstala.

Então a questão não é se poucos ou muitos vão ser salvos. A questão é se estamos dispostos a entrar

pela “porta estreita” da desinstalação e do compromisso com os que sempre foram relegados. A questão é se abrimos amplamente a porta de nosso coração, para que a porta estreita se torne ampla para nós também. Deus não fechou o número. A nós cabe nos incluir nele...

22º DOMINGO DO TEMPO COMUM (29 de agosto)

MODÉSTIA E GRATUIDADE

I. INTRODUÇÃO GERAL

As leituras de hoje insistem em virtudes fora de moda: mansidão e humildade (primeira leitura), modéstia e gratuidade (evangelho). Quanto à modéstia, Jesus usa um argumento da sabedoria popular, do bom senso: se alguém for sentar no primeiro lugar num banquete e um convidado mais digno chegar depois, o que escolheu o primeiro lugar terá de cedê-lo ao outro e contentar-se com qualquer lugarzinho que sobrar. Mas quem se coloca no último lugar só pode ser convidado para subir e ocupar um lugar mais próximo do anfitrião...

Como lema para o povo celebrante recordar, se for de classe humilde, pode servir a frase da primeira leitura: “O poder de Deus é exaltado pelos humildes”; ou, se o público for de classe média calculista, a frase do evangelho: “Convida os pobres, porque não têm como te retribuir”.

1. I leitura (Eccl 3,19-21.30-31)

A verdadeira modéstia de vida, tema da primeira leitura, não é a falsa modéstia de quem se gaba de ser humilde ou “se faz de burro para comer milho”. Consiste na consciência de que só Deus é poderoso e bom. O ser humano deve sempre recorrer a ele. Daí a atitude do sábio: segurança ante os poderosos, pois sua confiança está em Deus, e magnanimidade para com os fracos, pois pode contar com Deus.

2. Salmo responsorial (Sl 68[67], 4-5ac.6-7ab.10-11)

Na linha da primeira leitura, o salmo responsorial exorta o justo a louvar a magnanimidade de Deus, que protege os humildes.

3. Evangelho (Lc 14,1.7-14)

O evangelho nos ensina a modéstia e a gratuidade na perspectiva do reino de Deus. Lucas gosta de apresentar Jesus como viajante e hóspede: a comunhão de mesa é o lugar da amizade, e Jesus

quer ser amigo. Mas amigo de verdade não esconde a verdade. Na casa de um fariseu, de modo surpreendente e, segundo os nossos critérios, um tanto indelicado, Jesus ensina algumas regras. 1) Aos convidados ensina a não procurar o primeiro lugar, para que o dono da casa possa apontar o lugar mais importante. 2) Ao anfitrião ensina a não convidar as pessoas de bem, mas os que não podem retribuir, pois só assim demonstramos gratuidade e magnanimidade. Em outros termos, Jesus ensina a saber receber de graça e a saber dar sem intenções calculistas. O sentido profundo dessa lição se revelará na Última Ceia (22,24-27), em que o anfitrião é o Servo, que dá até a própria vida.

Jesus é um desses hóspedes que não ficam re-féns de seus anfitriões. Já o mostrou a Marta (cf. Lc 10,38-42, 16º domingo); mostra-o também no evangelho de hoje. Olhemos o contexto da perícope. O anfitrião é um chefe dos fariseus. A casa está cheia de seus correligionários, não muito bem-intencionados (14,2). Para começar, Jesus aborda o litigioso assunto do repouso sabático, defendendo uma opinião bastante liberal (14,3-6).

Depois (em 14,7, onde começa o texto de hoje) critica, com uma parábola, a atitude dos fariseus, que prezam ser publicamente honrados por sua virtude, também nos banquetes, onde gostam de ocupar os primeiros lugares (cf. Lc 11,43). Alguém que ocupa logo o primeiro lugar num banquete já não pode ser convidado pelo anfitrião para subir a um lugar melhor; só pode ser rebaixado, se aparecer alguma pessoa mais importante. É melhor ocupar o último lugar, para poder receber o convite de subir mais. Alguém pode achar que isso é esperteza. Mas o que Jesus quer dizer é que, no reino de Deus, a gente deve adotar uma posição de receptividade, não de autossuficiência.

Segue-se outra lição, também relacionada com o banquete, porém dirigida ao anfitrião (um fariseu: cf. 14,1). Não se deve convidar os que podem convidar de volta, mas os que não têm condições para isso. Só assim nos mostraremos verdadeiros filhos do Pai, que nos deu tudo de graça. É claro que tal gratuidade pressupõe a atitude recomendada na parábola anterior: o saber receber.

Portanto, a mensagem do evangelho de hoje é: saber receber de graça (humildade) e saber dar a graça (gratuidade). Isso ficou ilustrado na primeira leitura, que sublinha a necessidade da humildade, oposta à autossuficiência.

4. II leitura (Hb 12,18-19.22-24a)

Deus se tornou manifesto e acessível em Cristo. A manifestação de Deus no Antigo Testamento (no Sinai) era inacessível (12,18-21). No Novo Testamento, verifica-se o contrário (12,22-24): agora vigora uma ordem melhor (9,10); a manifestação de Deus (em Cristo) é agora acessível,

menos “terrível”, porém mais comprometedora. Não é por ser mais humana que ela seria menos divina. Pelo contrário! No homem Jesus, Deus se torna presente. Essa nova e escatológica presença de Deus em Cristo é chamada, no texto, “monte Sião”, “cidade do Deus vivo”, “Jerusalém celeste”. E quem quiser ler alguns versículos além da perícope de hoje encontrará a conclusão prática: não recusar a palavra do Cristo (12,25).

A segunda leitura não demonstra muito parentesco temático com a primeira e o evangelho. Contudo, complementa o tema da gratuidade, mostrando como Deus se tornou, gratuitamente, acessível para nós, em Jesus Cristo. O tom da leitura é de gratidão por esse mistério.

(Desejando uma leitura das cartas que se aproxime da primeira leitura e do evangelho, pode-se olhar para 1Pd 5,5b-7.10-11, sobre humildade e grandeza.)

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Simplicidade e gratuidade

Graça, gratidão e gratuidade são os três momentos do mistério da benevolência que nos une com Deus. Recebemos sua “graça”, sua amizade, seu benquerer. Por isso nos mostramos agradecidos, conservando seu dom em íntima alegria, que abre nosso coração. E desse coração aberto mana generosa gratuidade, consciente de que “há mais felicidade em dar do que em receber” (cf. At 20,35). Isso não significa que a gente não pode se alegrar com aquilo que recebe. Significa que só atingirá a verdadeira felicidade quem souber dar gratuitamente. Quem só procura receber será um eterno frustrado.

A humildade não é a prudência do tímido ou do incapaz nem o medo de se expor, que não passa de egoísmo. A verdadeira humildade é a consciência de ser pequeno e ter de receber para poder comunicar. Humildade não é tacanhice, mas o primeiro passo da magnanimidade. Quem é humilde não tem medo de ser generoso, pois é capaz de receber. Gostará de repartir, porque sabe receber; e de receber, para poder repartir. Repartirá, porém, não para chamar a atenção para si, como o orgulhoso que distribui ricos presentes, e sim porque, agradecido, gosta de deixar seus irmãos participar dos dons que recebeu.

Podemos também focalizar o tema de hoje com uma lente sociológica. Torna-se relevante, então, a exortação ao convite gratuito. Jesus manda convidar pessoas bem diferentes das que geralmente são convidadas: em vez de amigos, irmãos, parentes e vizinhos ricos, convidem-se pobres, estropiados, coxos e cegos – ou seja, em vez do círculo costumeiro, os marginalizados. E

na parábola seguinte no Evangelho de Lucas, a parábola do grande banquete, o “senhor” convida exatamente essas quatro categorias mencionadas (Lc 14,21).

O amor gratuito é imitação do amor de Deus. A autenticidade do amor gratuito se mede pela pouca importância dos beneficiados: crianças, inimigos, marginalizados, enfermos (cf. também Mt 25,31-46). Jesus não nos proíbe gostar de parentes e vizinhos; mas imitar realmente o amor gratuito (a *hésed* de Deus) a gente só o faz na “opção preferencial” pelos que são menos importantes.

A parábola daquele que ocupa o último lugar para ser convidado a subir mais faz pensar em quem “se faz de burro para comer milho”. Contudo, Jesus pensa em algo mais. É por isso que ele acrescenta outra parábola, para nos ensinar a fazer as coisas não por interesse egoísta, mas guiados pela gratuidade. Seremos felizes – diz Jesus – se convidarmos os que não podem retribuir, porque Deus mesmo será então nossa recompensa. Estaremos bem com ele, por termos feito o bem aos seus filhos mais necessitados.

A gratuidade não é a indiferença do homem frio, que faz as coisas de graça porque não se importa com nada, pois isso é orgulho! Devemos ser gratuitos simplesmente porque os nossos “convidados” são pobres e sua indigência toca o nosso coração fraterno. O que lhes damos tem importância, tanto para eles como para nós. Tem valor. Recebemo-lo de Deus, com muito prazer. E repartimo-lo, porque o valorizamos. Dar o que não tem valor não é partilha: é liquidação... Mas, quando damos de graça aquilo que, com gratidão, recebemos como dom de Deus, estamos repartindo o seu amor.

Tal gratuidade é muito importante na transformação que a sociedade está necessitando. Não apenas “fazer o bem sem olhar para quem” *individualmente*, mas também *social e coletivamente*: contribuir para as necessidades da comunidade, sem desejar destaque ou reconhecimento especial; trabalhar e lutar por estruturas mais justas, independentemente do proveito pessoal que isso nos vai trazer; praticar a justiça e o humanitarismo anônimos; ocupar-nos com os insignificantes e inúteis...

Concluindo, a lição de hoje tem dois aspectos: para nós mesmos, procurar a modéstia, ser simplesmente o que somos, para que a graça de Deus nos possa inundar e não encontre obstáculo em nosso orgulho. E para os outros sermos anfitriões generosos, que não esperam compensação, mas, sem considerações de retorno em dinheiro ou fama, oferecem generosamente suas dádivas a quem precisa.